

Samia Feitosa Miguez

**ROTAS DA COLONIZAÇÃO NA AMAZÔNIA:
Legados e novas incursões**

Manaus

2009

Samia Feitosa Miguez

ROTAS DA COLONIZAÇÃO NA AMAZÔNIA:

Legados e novas incursões

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Ciências Humanas e Letras, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski.

Manaus

2009

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAM

M636r Miguez, Samia Feitosa
Rotas da colonização na Amazônia : legados e novas incursões / Samia
Feitosa Miguez. - Manaus, AM : UFAM, 2009.
130 f. ; 30 cm

Inclui referências.

Dissertação (Mestre em Sociologia). Universidade Federal do
Amazonas. Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski.

1. Amazônia - Colonização 2. Assentamentos humanos – Amazônia
3. Amazônia - História I. Witkoski, Antônio Carlos (Orient.) II. Título

CDU (2007): 325.3(811)(043.3)

Samia Feitosa Miguez

ROTAS DA COLONIZAÇÃO NA AMAZÔNIA:

Legados e novas incursões

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Ciências Humanas e Letras, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia e aprovada pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Renan Freitas Pinto
Universidade Federal do Amazonas

Profa. Dra. Elenise Faria Sherer
Universidade Federal do Amazonas

Manaus

2009

A minha mãe, Cinha, por toda dedicação, amor e estímulo oferecidos durante toda a minha vida, pelo apoio e dedicação nos momentos de estudo e trabalho. Ao meu pai, Ivan, pelo carinho, apoio, contribuição e trocas na elaboração do trabalho.

Aos meus irmãos, Karla, Leandro, Marcelo, Marcos e Lico (in memoriam) pelo apoio e amparo, por terem sido grandes companheiros e amigos nessa jornada.

AGRADECIMENTOS

Ao prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski, primeiramente, pela amizade e compreensão ao longo dessa parceria. Agradeço as trocas, contribuições e orientações devotadas ao trabalho durante os momentos de elaboração e discussão. Além da confiança e oportunidade de trabalho em meu processo de aprendizagem.

Ao Davyd, pela generosidade, compreensão e contribuição não apenas a mim, mas a todos os colegas do mestrado, ao oferecer e trocar suas descobertas e especial curiosidade tão característica dos grandes pesquisadores e estudiosos. Por ter sido companheiro e amigo durante toda essa jornada acadêmica, minha eterna gratidão.

Aos amigos da Associação dos Produtores Rurais de Silves - ASSOPRAS, por terem me acolhido e respeitado, pela colaboração sem propósitos, pelo incentivo e confiança que depositaram no nosso trabalho. Agradeço ao Reinaldo Santos (Telê), pela credibilidade ao fornecer informações e percepções pessoais; ao José Osmar (Zequinha), que ofereceu grande parceria nos momentos da pesquisa de campo; a Dona Julires e Dona Arlete pelas valiosas informações para a realização deste trabalho; ao Marcelo, por ter contribuído durante a coleta de dados; ao Samuel, pela atenção e entusiasmo nas entrevistas.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia-PPGS, por terem possibilitado momentos de trocas e contribuições fundamentais para o aprendizado de todos os alunos do programa. Ao Prof. Renan de Freitas Pinto, pelas conversas e sugestões estimulantes; a Profa. Selda Vale e Izabel Vale, pelas sugestões e orientações nos projetos de mestrado. Aos professores, Therezinha Fraxe, Marco Aurélio Paiva, Antônio Carlos Witkoski e Nelson Noronha, por ministrarem disciplinas que contribuíram significativamente na definição e elaboração de nossas pesquisas.

Aos amigos do mestrado, Davyd, Maglúcia, Suzete, Bernadete, Amaral, Marco Antônio, Tiago, Eudes, Márcio, Charles, Carla, Helena, Gláucia e André, por ter sido a turma mais amiga, mais unida, mais companheira de todas que conheci. Sem dúvida, deixará grandes lembranças e uma enorme saudade.

Agradecimento especial à secretária Marluce Lima de Carvalho pelo carinho, dedicação e paciência devotados aos discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Certamente, sua excelência profissional constitui um diferencial significativo para o desenvolvimento do PPGS. Eterna gratidão e amizade.

A equipe de trabalho do grupo de pesquisa PGCT, Liliane, Maglúcia, Pedro Henrique, Saadya, Taciana e Silvio, pelas contribuições, incentivos, trocas e grande entusiasmo devotado ao ofício da pesquisa. Grande motivação com experiências inesquecíveis para o estudo.

Em especial, a professora Therezinha Fraxe e a equipe de pesquisa do Núcleo de Socioeconomia (Jozane, Albejamere, Janaína e Suzete), pela compreensão e sensibilidade tão características ao fornecer apoio e amizade no processo de construção do conhecimento na minha vida. Agradeço as oportunidades e confiança depositada em meu trabalho como pesquisadora.

A toda a minha família, pelo apoio, paciência e confiança que depositaram em mim. Aos meus amigos, Loretta Ennes e Rafael Gualberto, pelas trocas de conhecimento e motivação, pela amizade, apoio e companheirismo.

À Universidade Federal do Amazonas, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação-PROPESP, ao Instituto de Ciências Humanas e Letras, ao Departamento de Ciências Sociais, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, pelo apoio e encaminhamentos acadêmicos que proporcionaram o desenvolvimento dos estudos;

À FAPEAM, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas, pela concessão de bolsa de estudos e apoio no desenvolvimento da pesquisa, fundamentais para a concretização do mesmo.

Ao Instituto de Terras do Amazonas, por sua gestão estratégica e diferencial em consultar e consolidar uma parceria com a Universidade Federal do Amazonas.

RESUMO

As discussões em torno da noção de pós-colonização trazem a tona sua realidade fundadora - a colonização. Embora esta temática tenha sido exaustivamente discutida no universo acadêmico brasileiro e internacional, consideramos conveniente abordá-la numa perspectiva que ressurge em pleno século XXI, marcada pelos efeitos de uma “suposta” transição social e política. Se a colonização resulta dos eventos da modernização ocidental, o que podemos pensar a respeito de uma conjuntura dita “pós-colonial”? Falamos de um momento histórico de pós-colonização? Como podemos afirmar um momento de pós-colonização sem os resultados dos efeitos de um *processo de descolonização*? A partir desse ponto central construímos esta análise, resgatando uma insistente imprecisão de entendimento deste assunto em um cenário de grandes dimensões e contradições - a Amazônia. Colocamos em pauta os condicionantes e condicionados da prática colonialista na região, destacando os reflexos passados e presentes que o sistema de colonização europeu gerou no processo civilizatório das sociedades amazônicas. Tomamos como referência as contribuições das teorias da descolonização (Dussel, 2005; Quijano, 2005; Mignolo, 2008), nas quais o sujeito está no centro desse processo analítico. Direcionamos o estudo para aqueles efeitos produzidos pelas práticas de ocupação territorial do Estado do Amazonas, tendo como foco os sujeitos “demandantes de terra” da Associação de Produtores Rurais do Município de Silveira - ASSOPRAS.

PALAVRAS-CHAVE: Colonização. Sujeitos. Assentamentos. Amazônia.

ABSTRACT

The arguments around the notion of powders-colonization bring it becomes its reality founder - the colonization. Although this theme exhaustively have been discussed in the Brazilian academic universe and international, we consider convenient approach-her in a perspective that reappears in full century XXI, marked by the effects of a "supposed" political and social transition. If the colonization results of the events of the western modernization, what do we be able to think as to a situation dictates "powders-colonial"? We speak of a historical moment of powders-colonization? As we be able to affirm a moment of powders-colonization without the results of the effects of a trial of (des)colonization? From that central point we build this analysis, rescuing an insistent imprecision of understanding of this matter in a setting of big dimensions and contradictions - the Amazonia. We put on the agenda the condicionantes and conditioned of the practical one colonialista in the region, detaching the present and past consequences that the system of European colonization generated in the trial *civilizatório* of the Amazonian societies. We take like reference the contributions of the theories of the descolonização (Dussel, Quijano and Mignolo, 2005), in the which the subject is in the center of that analytic trial, we direct the study for those effects produced by the practices of territorial occupation of the State of the Amazon, having like focus the subjects "plaintiffs of land" of the Association of Rural Producers of the Silves - ASSOPRAS.

KEYWORDS: Colonization. Subjects. Assentamentos. Amazônia.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01	Projeto de Integração Nacional da Amazônia.....	39
QUADRO 02	Investimentos em Transportes no Vetor Amazônico, no Período, 2008-2011..	44
QUADRO 03	Critérios do SNUC para as Unidades de Conservação.....	46
QUADRO 04	Descrição das Unidades de Conservação do Estado do Amazonas.....	51
QUADRO 05	Lista das Organizações Sociais locais.....	68

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01	Rota das Expedições pela bacia amazônica	26
FIGURA 02	Rotas, portos e povoados.....	28
FIGURA 03	Programa Polamazônia de 1974 a 1980.....	37
FIGURA 04	Programa Grande Carajás.....	38
FIGURA 05	Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento.....	42
FIGURA 06	Rotas da integração no setor Amazônico.....	46
FIGURA 07	Unidades de Conservação Estaduais e Federais localizadas no Estado do Amazonas.....	50
FIGURA 08	Unidades de Conservação e áreas indígenas na Amazônia brasileira.....	56
FIGURA 09	Mapa do município de Itacoatiara.....	66
FIGURA 10	Área de localização do assentamento, município de Silves.....	76
FIGURA 11	Localização de Altamira.....	100
FIGURA 12	Croqui do modelo de assentamento de Altamira.....	101
FIGURA 13	Croqui do modelo de assentamento de Silves.....	101
FIGURA 14	Definição e Percepção profissional de Itacoatiara.....	103
FIGURA 15	Principais atividades desenvolvidas em Itacoatiara.....	105
FIGURA 16	Caracterização fundiária das propriedades dos “demandantes de terras” de Itacoatiara.....	106
FIGURA 17	Benefícios esperados com o assentamento.....	107
FIGURA 18	Demandas e expectativas com regularização fundiária.....	108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
ENID	Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MMA	Ministério do Meio ambiente
ONGs	Organizações Não Governamentais
PIC	Projeto Integrados de Colonização
PIN	Programa de Integração Nacional
PND	Plano de Desenvolvimento Nacional
POLAMAZÔNIA	Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PPA	Planos PluriAnuais
SDS	Secretaria de Desenvolvimento Sustentável
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPVEA	Superintendência do Plano de valorização da Amazônia
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
UCs	Unidades de Conservação
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas
PNLT	Plano Nacional de Logística e Transportes
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
ASSOPRAS	Associação dos Produtores Rurais do Município de Silves
ITEAM	Instituto de Terras do Amazonas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CEBS	Comissão Eclesial de Base
CUT	Central Única dos Trabalhadores

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
 CAPÍTULO I	
Rotas da Colonização na Amazônia: legados e novas incursões.....	21
1 As rotas ocupação territorial e lusitanização da Amazônia.....	22
2 As rotas da integração nacional.....	32
3 As rotas da sustentabilidade ambiental.....	45
4 As rotas da reflexividade.....	60
4.1 Os sujeitos “demandantes de terra” de Itacoatiara.....	66
 CAPÍTULO II	
A Amazônia em tempos de (pós)colonização: antigos problemas e novos significados.....	78
1 A condição (pós)colonial.....	79
2 Tempos de (pós)colonização?.....	81
3 A colonização e a civilização moderna.....	83
4 A inautenticidade da modernização brasileira.....	87
5 Reflexos (in)desejáveis da Identidade.....	93
6 O caso de Itacoatiara.....	98
 CAPÍTULO III	
O sujeito em movimento a Amazônia: descolonização, cultura política e construção democrática.....	111
1 Revendo paradigmas e interpretações.....	112
2 Resta a opção descolonial?.....	116
3 A emergência do sujeito e o processo de descolonização na Amazônia.....	118
4 O sujeito e a descolonização na Amazônia.....	121
5 Cultura política e construção democrática.....	126
Considerações finais.....	133

Referências.....	136
Anexo.....	140
Apêndice.....	142
Caderno de fotos.....	147

INTRODUÇÃO

Revisitar o tema da colonização é um percurso fundamental para quem pretende tomar a Amazônia como lócus de investigação. A contemporaneidade dessa temática deve ser comprovada quando os olhos do mundo voltam em direção à região, mediante o interesse e preocupação com o esgotamento dos seus recursos naturais. Uma tendência quase generalizada enfoca a questão ambiental e a sustentabilidade como prioridade. O que pode ser percebido com a infinidade de estudos a respeito desta variável, destacando aspectos políticos e econômicos relacionados à grande biodiversidade existente na região.

Diante de um contexto político tendencialmente favorável ao processo de regularização fundiária do Estado do Amazonas, com a elaboração de estratégias e práticas de intervenção no setor de terras e formulação de uma política de reforma agrária que considerem as singularidades do Estado, percebemos a possibilidade e necessidade de levantar alguns questionamentos. Revisitando conceitos que haviam sido colocados de lado, retomando antigos problemas e apresentando novos significados. Buscamos contribuir para a reflexão de práticas que reproduzem lógicas de dominação, subordinação e transformação social.

Buscamos inverter a ordem dessa discussão transitando da esfera da dominação para a esfera da transformação. Trata-se de trazer à tona as mudanças que vem sendo engendradas no que diz respeito às questões sociais e políticas, especificamente, no setor fundiário, nas lutas de pequenos segmentos sociais em busca de garantia de seus direitos e necessidades. Ainda que esta busca pela terra esteja marcada por controvérsias e imprecisões, há que se destacar o papel que as políticas associativistas tem desenvolvido no processo de organização social e política dos grupos sociais da Amazônia.

Em meio a uma série de demandas fundiárias apresentadas ao Instituto de Terras do Estado do Amazonas – ITEAM pelas associações de trabalhadores e produtores rurais de diferentes municípios do Estado, destacamos o caso específico do município de Itacoatiara¹,

¹ A escolha desse município não se deu de forma aleatória, mas em função da nossa participação e elaboração de eixos estruturantes para a concepção de uma política de regularização fundiária no Estado do Amazonas, mediante o projeto “Por uma Política Estadual de Reforma Agrária (um estudo de sua viabilidade a partir dos municípios de Silves, Maués, Anori, Parintins, Uarini, Tefé e Manicoré)”, sob a coordenação do Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski.

cuja demanda foi apresentada pela Associação dos Produtores Rurais de Silves – ASSOPRAS. A formalização desta demanda suscita algumas questões importantes no que diz respeito ao projeto de colonização de novas terras na Amazônia, tendo em vista as conseqüências sociais e políticas oriundas de uma política de colonização específica e diferenciada.

A Amazônia tem sido historicamente alvo de uma longa e constante política de colonização e integração territorial ao projeto nacional de desenvolvimento. Este permanente projeto de colonização promove inúmeras transformações sociais e ambientais na região, que visam sempre um interesse declarado em construir redes logísticas que favoreçam o investimento e expansão capitalista. A construção dessas redes logísticas vem operando dentro da ótica de ocupação dos espaços vazios e valorização econômica dos potenciais naturais da região. Seus pressupostos defendem a garantia da segurança nacional e o fortalecimento da ocupação das fronteiras nacionais, permitindo o reequilíbrio regional com o deslocamento de populações para as áreas não ocupadas.

As estratégias da política de colonização da Amazônia têm priorizado o que entendemos por *rotas de colonização*, ou seja, os projetos de ocupação territorial baseados na instalação de assentamentos, construção de estradas e rodovias, que atuam como os eixos de ligação no processo de colonização de novas terras. Compreendemos os projetos de colonização e/ou assentamento com um enfoque histórico-social, sendo caracterizados por intervenções governamentais, geradas dentro de uma dinâmica política e econômica que ora privilegia alguns grupos, ora atende aos interesses de outros. A colonização se apresenta como um fenômeno histórico com razões, motivações e interesses que possuem uma temporalidade própria, vinculadas a diferentes momentos da história.

No primeiro capítulo, Rotas da colonização na Amazônia: legados e novas incursões, apresentamos a ideia central do estudo, relacionada à história política e social da colonização na Amazônia. Não pretendemos esgotar o tema da colonização em suas longas e cansativas frações históricas, mas lançar uma nova forma de interpretação acerca dos processos de colonização engendrados na região amazônica. Buscamos refazer algumas rotas dessa colonização, destacando as perspectivas históricas e econômicas onde se fez mais evidente uma fundamentação geopolítica.

Três orientações são fundamentais para dar início a esta viagem, relacionados com importantes momentos da história. Tal como destacamos anteriormente, o ponto de partida na aventura da descoberta é a ocupação territorial da Amazônia. Não se trata de resgatar

acontecimentos longínquos no tempo, mas criar formas de encadeamento nos fatores políticos e culturais, refletidos em práticas e condutas de um processo padronizado de colonização. Entendemos a colonização, ontem e hoje, dentro de uma conjuntura de emergência de (des)povoamento, de ocupação e posse territorial, a partir da dominação forçada das populações locais.

A luta em garantir a hegemonia européia na expansão marítima levou a cobiça lusitana ao desenfreado ímpeto em invadir, explorar e esgotar as riquezas presentes na região. Esta busca lançou aventureiros expedicionários à enigmática navegação marítima em busca do El Dorado. Francisco Orellana ou Afonso Mercadillo? A controvérsia em torno dos primeiros expedicionários se torna um fator sem importância diante do grande efeito que cada uma dessas expedições teve na descoberta do rio Amazonas. A busca por tesouros se tornou o empreendimento mais importante e a principal justificativa da colonização. Ao contrário dos seus adversários ibéricos espanhóis, Portugal sempre esteve interessado na exploração emergencial da região. Cuidou menos em construir e planejar alicerces do que em feitorizar uma riqueza que estava fácil e ao alcance das mãos.

Depois de Francisco Orellana outras expedições aportaram na Amazônia, tal como a de Gonzalo Pizarro em 1541, depois a de Pedro de Ursua em 1558 e a de Pedro Teixeira em 1638. Essas primeiras expedições se caracterizavam também como as primeiras formas de ocupação, logo que estes aventureiros se deram conta da necessidade em demarcar o território por eles encontrado. Embora os portugueses tenham realizado poucas expedições, a última de suas expedições resultou na fundação do Forte do Presépio em 1616, dando início, de fato, a ocupação na Amazônia. A partir deste acontecimento foram criadas inúmeras estratégias no projeto de colonização, entre as quais: o Sistema de Capitães de Aldeia, a convocação dos missionários para a evangelização, os descimentos, resgates, guerras justas e regimentos. Enfim, a lusitanização da Amazônia como o primeiro grande projeto da colonização.

Vimos que o desencadear de fatos e fatores no início da colonização na Amazônia culminaram em acontecimentos ambíguos e controversos, mas que sempre giraram em torno de uma intenção inicial – a ocupação territorial e apropriação dos recursos. Na verdade, a história econômica e política da região girou em torno da busca de grandes tesouros: as drogas do sertão, a borracha, minérios, madeira, entre outros. E para compreender esse processo, buscamos refazer as rotas traçadas e percorridas pelos aventureiros expedicionários da Amazônia, resgatando sujeitos-chaves, lançando novos questionamentos, retomando antigas questões, buscando novas incursões.

Diante de novos contextos políticos e econômicos, eram usadas as mesmas táticas. Com a fundamentação de uma política militarizada, vimos se desenhar o segundo momento desse processo. As políticas explícitas dos governos militares a partir dos anos de 1970 determinavam a ocupação da região mediante a formulação de um projeto político de colonização. Nesse contexto da história podemos visualizar mais claramente a conexão das *rotas de integração*, o que não significa que o interesse em concretizar esta política esteja superado no momento, esta dimensão está em conexão e contraposição com outras.

A Amazônia tida como o grande vazio demográfico e o inferno verde, agora precisava urgentemente ser integrada ao território nacional. O Brasil como nação “independente” necessitava garantir a anexação de seus territórios e o desenvolvimento de suas regiões. “É preciso integrar para não entregar”. Aportamos em um momento decisivo da história – a ditadura militar. Sem dúvida, os efeitos que os governos militares tiveram na região amazônica foi devastador, embora não seja objetivamos aprofundar essa discussão, abriremos margem para uma pequena lacuna desse processo político, a consecução das rotas da integração.

A Amazônia de terra de ninguém fomentava o desejo em fazer fortuna e mudar de vida, o alvo agora não eram os expedicionários e viajantes portugueses, mas os brasileiros de diferentes localidades. Correntes migratórias partiram rumo ao paraíso perdido, a vontade de encontrar rumos e rotas que conduzissem a melhoria de vida era maior que qualquer especulação fortuita que por ventura surgisse acerca das dificuldades que podiam ser encontradas na região. Conseqüentemente, muitas pessoas morreram diante do poder pouco domesticável de uma floresta densa e instável.

A antiga esperança se afastava lentamente como os navios que partiam de volta a pátria mãe. O objetivo cumpriu seu fim, de levar a ocupação para o vazio, de garantir a ocupação das fronteiras, de transferir as mazelas sociais. Caminhando um pouco mais no tempo, chegamos aos anos de 1990, embasados em uma política de proteção ambiental. Dados tantos reveses agora se faz presente uma preocupação com a sustentabilidade de tudo que foi explorado e esgotado. É chegada a hora de garantir a conservação dos recursos naturais que sobreviveram à dura marcha da colonização e exploração.

O mundo se volta para a Amazônia, a fim de minimizar a culpa pela trágica história dos comuns. Este fator justifica a criação de políticas de proteção da natureza, é preciso usar de modo “racional”, criar meios de desenvolvimento econômico sustentável. Criar rotas de

sustentabilidade, ousamos afirmar que as rotas estão presentes nos grandes mosaicos de unidades de conservação distribuídos em todo o território amazônico.

Diante disso, eis que surge um complicador: o homem. Como conciliar a lógica da conservação dos recursos esgotáveis com a finita trajetória humana? Não restam dúvidas de que há uma supremacia do ambiental, contudo, não é possível suprimir o antigo desejo de ocupação se estamos diante de sujeitos aptos à reflexão. Podemos afirmar uma importante correlação entre as rotas da sustentabilidade e as rotas da reflexividade. É chegado o momento da desconstrução para que a construção seja elaborada de forma autêntica e libertadora.

No segundo capítulo, buscamos inserir esta combinação de fatos, projetos e sujeitos numa problemática dita pós-colonial. Enfatizando a coexistência e correspondência de determinados conceitos na realidade amazônica, conceitos estes fundamentais para sustentar práticas de dominação e civilização forçada. Buscamos investigar o alcance desta política de colonização na dimensão cultural e social.

Colocamos em pauta as discussões em torno da idéia de pós-colonização, problematizando de que modo esta questão tem sido tratada na Amazônia. Buscamos enfatizar as conseqüências sociais e políticas que os projetos de colonização deixaram no processo de construção de uma suposta identidade regional, considerando a existência e aplicação de conceitos, definições e categorias que acabam reproduzindo a lógica de dominação e inferiorização do sistema colonialista. Para compreender como esta política de colonização tem sido aplicada na região, tomamos como referência a situação política e fundiária do município de Itacoatiara, em particular, dos sujeitos “demandantes de terra” da Associação dos Produtores Rurais de Silves e Itacoatiara - ASSOPRAS.

Inserimos a discussão em torno da questão fundiária no Estado do Amazonas em uma problemática mais abrangente, a noção de pós-colonização. Os efeitos da colonização no processo de ocupação territorial da Amazônia já foram exaustivamente enumerados. Precisamos investigar como estes efeitos tem se caracterizado em um contexto histórico de pós-colonização. Podemos afirmar um tempo de pós-colonização? Iniciaremos essa discussão revisitando o conceito de colonização e civilização, destacando que a matriz fundadora da colonização é a civilização. Mas que civilização é esta? Quais são os seus moldes num cenário complexo e confuso como o Brasil? Percebemos uma condição de inautenticidade. A modernidade brasileira é inautêntica na medida em que está fundada nos alicerces da colonização.

No entanto, é preciso visualizar os efeitos de uma inautenticidade. O que estamos chamando de inautenticidade? Onde ela está presente? Partimos do lócus do nosso estudo – a Amazônia – resgatando a figura inautêntica do sujeito fruto do processo de colonização – o caboclo. Destacar os estereótipos e estigmas presentes nos conceitos criados para nomear o homem que vive na Amazônia constitui um caminho viável na desconstrução da condição de inautenticidade. Do ponto de vista empírico, é preciso buscar elementos que legitimam a busca pela autenticidade e pela construção democrática.

Os sujeitos “demandantes de terra” em Itacoatiara representam e fundamentam de forma legítima esta busca à medida que imprimem marcas de uma política emancipatória na luta pela terra na Amazônia. Consideramos conveniente entendê-los como sujeitos sociais que definem novas rotas na história da Amazônia, baseados em uma postura reflexiva em contraposição as correntes hegemônicas fundamentadas na defesa política de interesses políticos e econômicos.

Por fim, no terceiro capítulo, realizamos uma reflexão desse sujeito enfatizando não apenas a figura emblemática do militante, das pessoas sem terras e sem perspectiva de vida. Mostramos um sujeito que não está preparado apenas para o embate, mas um sujeito que busca fundamentos democráticos para legitimar seus projetos, analisa seus campos de possibilidades e projeta seus desejos. Este sujeito não está colado na terna paisagem amazônica, este sujeito está em movimento. Retomamos o projeto de desconstrução baseado na emergência de um processo de descolonização, uma descolonização que não se prende a esfera política, mas, sobretudo, as esferas culturais e sociais.

Fomos buscar as contribuições das teorias da descolonização (DUSSEL, 2005; QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2008) para fundamentar as experiências vividas juntamente com os movimentos de emancipação dos sujeitos sociais da Amazônia. Para compreender como tem se caracterizado esse processo, articulamos os conceitos de descolonização, cultura política e construção democrática na formulação de práticas associativistas, tendo estas como estratégias de participação política entre os diferentes grupos sociais da Amazônia. O foco dessa análise está, portanto, centrado no sujeito, no modo como percebe e avalia esse processo de transição política e cultural no Estado do Amazonas. Em particular, o modo como tem criado e garantido formas de participação legítima e democrática, tal como na implantação do projeto de assentamento no município de Silves.

A descolonização prevê a construção do sujeito. A subjetivação constitui o processo de formação do sujeito. Este sujeito em movimento está dentro de um espaço autônomo que

se contrapõe ao individualismo exacerbado, pois fundamenta sua existência na esfera coletiva, na associação. A construção da democracia pressupõe a formação de uma nova cultura política, aliamos ao processo de descolonização (desconstrução da inautenticidade) o processo de subjetivação (construção da autenticidade), dentro de um cenário de grandes descobertas e incursões.

CAPÍTULO I

ROTAS DA COLONIZAÇÃO NA AMAZÔNIA

Legados e novas incursões

O grande empreendimento da modernidade é, sem dúvida, a colonização. A legitimidade que o sistema colonial atribui à conjuntura política e econômica européia com a descoberta de um novo mundo constitui um salto para a modernidade. Toda a confusão de contextos e sujeitos se faz presente no momento da descoberta à medida que um grande projeto estava por se realizar. Falar de um acontecimento tão longe e perdido na nossa história parece um contra-senso. De que vale resgatar acontecimentos históricos debatidos, discutidos e cansativos? A resposta a este questionamento está, justamente, na sua formulação. Todos os estudos e discussões em torno desta temática não esgotaram seu conteúdo mais emblemático – o próprio homem.

A partir desse ponto central construímos esta análise, resgatando uma insistente imprecisão de entendimento deste assunto em um cenário de grandes dimensões e contradições como a Amazônia. Entendemos a colonização como a elaboração de rotas que fazem e desfazem caminhos neste cenário, não apenas rotas geográficas, mas rotas políticas, econômicas e culturais. Estas rotas podem ser percebidas em um grande mosaico, seguem conjunturas, articulam histórias e sociedades, criam oportunidade e enganações, ora sustentam um padrão de poder e um modelo de ocupação que tende a reproduzir a lógica de colonização, ora apresentam elementos de transformação na Amazônia

Em *Rotas da colonização na Amazônia: legados e novas incursões* buscamos entender a colonização a partir de três modalidades de fundamentação geopolítica. Neste primeiro momento, *rotas da ocupação territorial e lusitanização da Amazônia*, entendemos a colonização dentro de uma conjuntura de emergência de (des)povoamento, cuja principal estratégia era garantir a ocupação e posse territorial, mediante a dominação social. A luta pela hegemonia européia levou a cobiça lusitana ao desenfreado ímpeto em invadir, explorar e esgotar as riquezas presentes na região. Para isso, foram criadas inúmeras formas de ocupação e recrutamento social a fim de cumprir o objetivo lusitano. Para compreender esse processo,

buscamos refazer as rotas traçadas e percorridas pelos aventureiros expedicionários da Amazônia.

Diante de um novo contexto político e econômico, foram usadas as mesmas táticas. A idéia de integrar para não entregar custou caro para quem se lançou nessa difícil tarefa. Com a fundamentação de uma política militarizada, vimos se desenhar o segundo momento desse processo. As políticas explícitas dos governos militares a partir dos anos de 1970 determinavam a ocupação da região mediante a formulação de um projeto político de colonização. Nesse contexto da história podemos visualizar mais claramente a conexão das *rotas de integração*, este objetivo não está fora das políticas contemporâneas, aliás, entra em choque com outras perspectivas de ocupação. Esta dimensão está em conexão e contraposição com outras, como a dimensão ambiental.

A dimensão ambiental torna-se fundamental nesse processo analítico na medida em que está presente em grande parte dos programas e projetos políticos. Sua legitimidade é comprovada quando o mundo se volta para a preocupação com o esgotamento dos recursos naturais presentes em regiões de grande biodiversidade – como a Amazônia. Em função disso, definimos esta terceira dimensão como “Rotas da sustentabilidade ambiental, embora não seja nossa pretensão esgotar as ambigüidades e paradoxos que o termo Desenvolvimento Sustentável sugere, é fundamental colocar em pauta seus condicionantes sociais, tomando-o como uma nova política de colonização do território amazônico.

1 As rotas ocupação territorial e lusitanização da Amazônia

As experiências costumam possuir um duplo sentido em nossas vidas, elas podem girar em torno de um objetivo central, como também podem ser parte de uma etapa da vida. Mas o que interessa nesse momento é entender as experiências que se configuram como *aventuras*, à medida que permitem uma relação com a totalidade da vida, ainda que de forma momentânea. De acordo com Gerg Simmel (2005:169), a aventura extrapola o contexto da vida, constitui aqueles momentos da existência humana que se ligam de modo profundo e efêmero a linha contínua da vida, algo estranho, que está, de alguma forma, ligado ao centro da nossa existência.

A aventura é como um sonho, que embora esteja fora do contexto de totalidade da vida, pode se materializar a qualquer momento. Com começo e fim, a aventura tem um sentido próprio. Configura de modo independente aos outros acontecimentos da vida,

determina seus limites, mas não os considera, é como uma ilha na vida. A aventura não está definida em função do passado ou do futuro, ela é vivida intensamente no presente. Tomando como referência à perspectiva analítica de Simmel, iniciamos o estudo enfatizando o sentimento aventureiro que guiava os viajantes expedicionários no projeto de conquista e exploração das rotas da colonização na Amazônia.

Navegar, navegar e navegar. Na época em que a água era o meio de transporte por excelência, a navegação marítima foi a principal responsável pela definição das rotas de exploração, conquista e colonização. Pelos oceanos, naus repletas de grandes desbravadores partiam em rumo destas novas rotas. Movidos por um sentimento atemporal, esses aventureiros percebiam a totalidade de suas vidas como algo superior, quase transcendental. Carregavam os gestos de um conquistador, o aproveitamento das chances, não importando as conseqüências que teriam. Permaneciam expostos e desprotegidos aos desvios e adaptações, é como se cada aventura constituísse uma ponte, que surge rapidamente, para a ligação entre uma rota e outra.

Cabe a cada aventureiro a escolha de passar ou não por elas, de se entregar às chances do mundo que podem tanto favorecê-los, quanto destruí-los. Diante desses cruzamentos a decisão de partir é flutuante e imprecisa, mas ao mesmo tempo é ousada e decidida, derrubam-se as pontes e segue-se o caminho à frente, sob qualquer circunstância. A instabilidade torna legítima a decisão, uma convicção fatalista na própria força e na própria sorte. É o que resta.

É justamente deste modo que muitas embarcações partiram dos portos europeus em busca de novas rotas marítimas. Poucos eram os instrumentos disponíveis para a orientação dessas grandes embarcações, entretanto, era possível contar com bússolas, ampulhetas, relógios de areia, quadrantes, entre outros instrumentos. Qualquer conhecimento sobre a arte náutica e o globo terrestre representava grandes conquistas que tornavam o empreendimento da expansão marítima cada vez mais concreto.

Ainda assim as expedições marítimas eram bastante sacrificantes, uma aventura que muitas vezes terminava em naufrágio. A vida cotidiana no mar era difícil. Longas viagens sem o mínimo de conforto e segurança, o espaço era limitado para uma tripulação não tão pequena. Mas a ambição da colonização era bem maior que qualquer dificuldade que por ventura fosse enfrentada. Deste modo, em maiores ou menores tentativas, as grandes potências européias se lançavam em busca de novas rotas, acirrando as rivalidades coloniais dessas nações.

Mediante os progressos obtidos nas navegações, as descobertas eram facilitadas, o que fazia com que estas potências investissem mais e mais em novas e poderosas expedições. Esta expansão marítima e, conseqüentemente, as suas descobertas eram financiadas pelos grandes comerciantes da época, principais interessados no projeto de colonização do novo mundo. Portanto, não podemos pensar nas rotas da colonização sem considerar as rotas da comercialização. Em geral, todas contribuíram de algum modo para o conhecimento do mundo. Mundos misteriosos e exóticos, onde qualquer navegante se sentia um explorador. Dava-se início a uma nova etapa da história, ampliavam-se os horizontes.

Rapidamente surgiram inúmeros comerciantes que se ocupavam dos negócios coloniais e paralelas a estes comerciantes estavam constituídas redes de correspondentes e intermediários que cuidavam de todas as transações entre as metrópoles e as colônias. Estes intermediários estavam instalados nos portos que estavam distribuídos nestes lugares. Deste modo, eram formadas as grandes associações de mercadores, criadas com o intuito de financiar as expedições marítimas.

A luta pela obtenção de poder e riquezas era determinada, consideravelmente, por estas relações comerciais, uma luta acirrada entre as nações européias e asiáticas pelo monopólio da única rota existente do Mar Mediterrâneo. Em função disso, deu-se início a busca por outras rotas que deveriam levar facilmente ao Oriente e assim, garantir maior lucro. Muitas expedições lançaram-se ao oceano Atlântico com este intuito, Portugal e Espanha tornaram-se pioneiras nesse projeto. Mas, foi a expedição comandada por Cristóvão Colombo, a serviço da coroa espanhola, que encontrou novas terras a oeste do continente europeu, em 1492.

Contudo, a busca por novas rotas para o comércio das especiarias e lugares desconhecidos impulsionou novas nações a serem colonizadas. Muitas expedições partiram em busca das ilusões e cobiças fomentadas pela descoberta deste novo mundo, tal como destaca Neide Gondim, “As preocupações que norteiam o Diário de Colón e a primeira carta de Vespucci (1500) resultam em visões diferenciadas que, na maioria das vezes, vão exercer seu fascínio para as impressões de viagens posteriores no enriquecimento do imaginário europeu” (1994:42). As narrativas de Cristóvão Colombo destacam sua ânsia em encontrar as fontes de ouro, tal como havia sido divulgado. Havia, na verdade, uma preocupação em oferecer vantagens que garantissem o sucesso da viagem. No entanto, essa perseguição estava longe de acabar, incentivou outras tentativas de viajantes, uma luta incansável em preencher essa lacuna imagística. Em geral, muitas expedições foram realizadas com a finalidade de

conquistar a Amazônia. Apesar de os portugueses terem realizado um número menor de viagens, quando comparado com outras nações, seus resultados foram os mais consistentes nesse processo de colonização.

Deste modo, para entender o processo inicial de colonização na Amazônia é fundamental destacar algumas noções fundamentais para a definição das rotas da colonização. Em primeiro lugar, buscamos compreender como são definidas e organizadas as expedições de exploradores quinhentistas, tendo em vista que as rotas da conquista foram definidas em função de determinadas estratégias logísticas de ocupação territorial. Para entender como funcionavam as rotas da colonização no momento de descoberta, conquista e ocupação dos espaços, indicamos algumas noções fundamentais nesse processo.

Expedição, envio de pessoas para determinado objetivo. Não podemos falar do projeto de colonização da Amazônia sem dar merecido destaque as viagens expedicionárias dos primeiros exploradores navegantes da região, tendo em vista que grande parte dos registros etno-históricos existentes foram fornecidos por estes. Entretanto, há inúmeras controvérsias a respeito de qual teria sido a primeira expedição a navegar pelo rio Amazonas, alguns pesquisadores afirmam que foi a expedição comandada por Francisco Orellana. Contrariando esta noção corrente, Antônio Porro afirma ter havido uma primeira expedição a entrar na Amazônia Brasileira, a expedição de Alonso Mercadillo (1993:30). No entanto, concentramos nossas análises nas expedições de Francisco Orellana, Pedro de Ursua/Lopo de Aguirre e Pedro Teixeira.

Em primeiro lugar, destacamos os principais objetivos que definiam os rumos que tomavam estas expedições. Em geral, o objetivo central consistia na busca por tesouros e riquezas que garantissem a conquista territorial destas supostas áreas de grande cobiça. O interesse em encontrar produtos rentáveis era imediato, sendo necessária à exploração emergencial das ricas áreas, antes que outros grupos o fizessem. Assim, partiram todas as expedições em busca dos famosos tesouros nunca encontrados.

Tudo começou quando os espanhóis, em anos posteriores a conquista de Quito, tomaram conhecimento de duas regiões imaginárias, supostamente ricas e fabulosas – *El Dorado* e *País da Canela*² – a busca dessas regiões imaginárias foi o que levou a exploração do noroeste da América do Sul e bacia amazônica (figura 01). Em 1540, Francisco Pizarro nomeou seu irmão Gonzalo Pizarro governador das províncias de Quito, com o propósito de organizar uma expedição ao suposto *El Dorado*, que em tese estaria localizado na vertente

² O País das Canelas estava localizado na região dos rios Napo e Coca.

oriental dos Andes equatorianos (PORRO, 1993:36). A expedição saiu do porto de Quito em 1541, contando com cerca de 220 espanhóis e aproximadamente 4.000 índios. No mapa abaixo estão indicadas as principais rotas de colonização pela bacia amazônica.

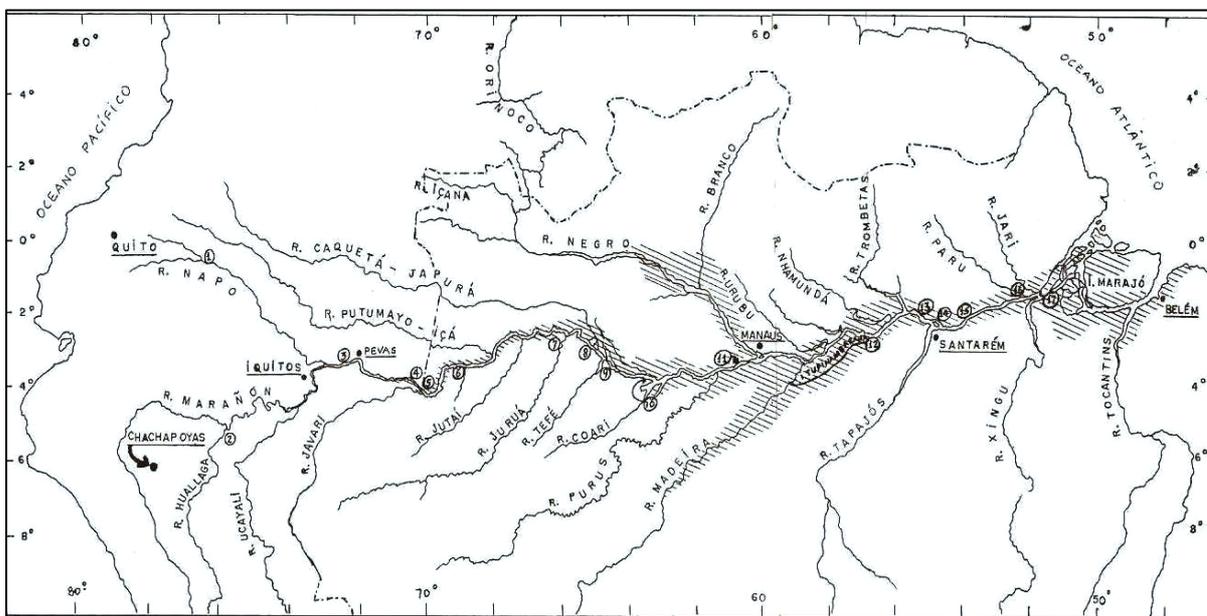


Figura 01 – Rota das Expedições pela bacia amazônica

Fonte: PORRO, A. As crônicas do crônicas do Rio Amazonas. Petrópolis: Editora Vozes, 1993. Projeto Radam.

Passados 18 anos da expedição de Orellana, as notícias e expectativas a respeito dos grandes países e ricas províncias permaneciam renovando o interesse dos exploradores espanhóis. Em função disso, o Vice-Rei Marquês de Cañete, em 1558, encarregou Pedro de Ursua em organizar uma grande expedição, chamada de *Omagua y Dorado*. A expedição saiu em 1560, com 370 homens, 500 índios, 20 balsas e inúmeras canoas, seguindo o mesmo percurso que fez Orellana. Essas foram as duas principais expedições realizadas no período quinhentista, responsáveis por importantes registros etno-históricos da época.

Comandada por Pedro Teixeira, depois de 75 anos, outra expedição é organizada para desbravar a região. A viagem deveria refazer o trecho realizado pelos franciscanos em sentido contrário. Sigilosamente a expedição deveria tomar posse de todas as regiões que ficassem abaixo da província dos Omágua, em nome da coroa portuguesa. Em 1637, Pedro Teixeira saiu da região do Gurupá com 70 portugueses, 1100 índios e 47 canoas, dez meses depois a expedição chega em Quito, ano de 1638.

As rotas das expedições que passaram pelo rio Amazonas partiam de dois pontos importantes. Devemos entender esses pontos como os portos entre as nações metropolitanas e

as nações coloniais. Os portos são as áreas naturais ou artificiais onde as pessoas ou materiais podem ficar protegidos de ondas ou correntes de água mais fortes, são locais que servem de abrigo as embarcações em geral, onde são realizados os embarques e desembarques. Os portos são locais de grande movimentação, onde toda rede de comercialização acontece, seja na venda ou escoamento de mercadorias. Em se tratando das expedições marítimas quinhentistas, os portos constituíam importantes locais de circulação de informações, além de pontos de encontro de diferentes grupos de pessoas e culturas. Partindo do centro da nossa análise, as rotas das expedições marítimas, destacaremos dois pontos fundamentais nesse processo. Em primeiro lugar, o significado de *rota* corresponde a caminho marítimo ou aéreo, direção, rumo. Caminho pelo qual é possível indicar um ponto inicial e um ponto final, nesse caso, o porto de saída e o porto de chegada.

As três expedições destacadas (figura 02) partiram de regiões diferentes, nesse caso, a expedição de Francisco Orellana partiu de Quito em 1541 (1), a expedição de Ursua e Aguirre partiu da região do rio Huallaga e Ucayali (2)³ e, por fim, a expedição de Pedro Teixeira que fez o mesmo percurso em sentido contrário, partindo da região do Gurupá (5).

³ Nomes dados ao Rio Amazonas no Peru.

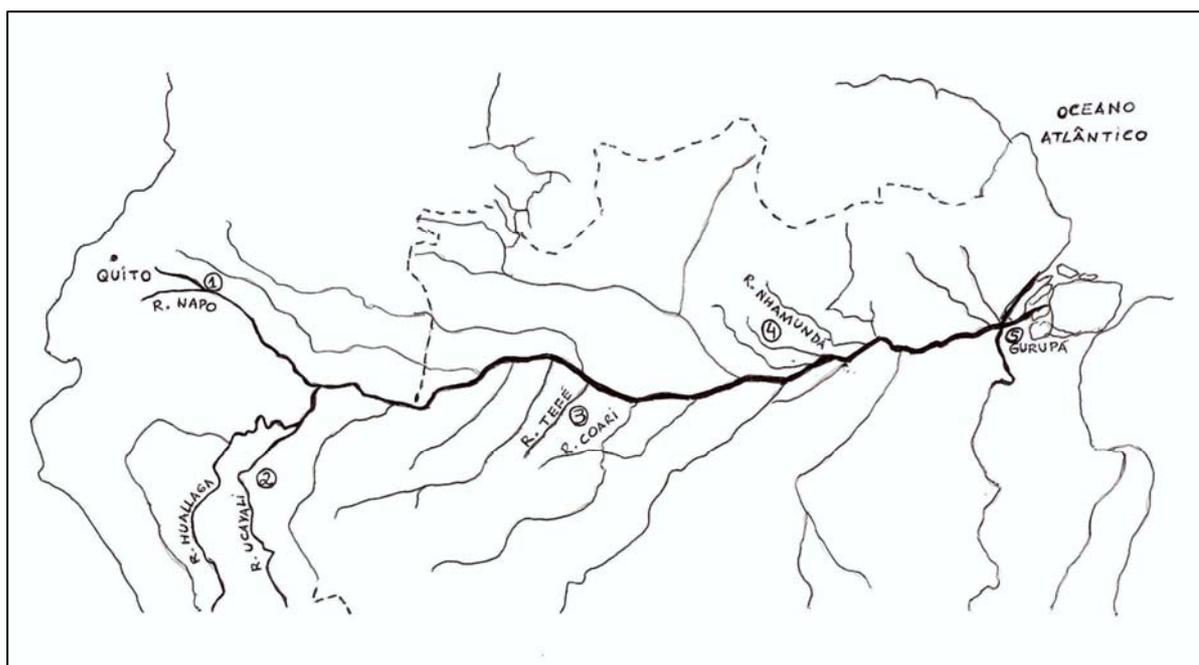


Figura 02 – Rotas, portos e povoados
 Fonte: Projeto Radam, Antônio Porro.

As paradas nas áreas mais povoadas eram praticamente obrigatórias, primeiro, em função da ausência de mantimentos, era necessário estabelecer contatos com os povoados e garantir a alimentação. Segundo, grande parte das etnias encontradas enfrentava as tropas exploradoras que surgiam, tendo em vista a ocupação forçada e violenta praticada por muitos viajantes.

A expedição de Gonzalo Pizarro armou acampamento na região do Zumaco, próximo aos rios Coca e Napo, sendo alcançado por Francisco Orellana, que se juntou à expedição. Orellana logo foi nomeado lugar-tenente, sendo encarregado com 60 homens (entre eles Gaspar de Carvajal), de ir ao rio Coca em busca de mantimentos, enquanto os outros permaneciam explorando a região. Nas andanças, Pizarro descobriu que de fato a região ao alto Napo era o suposto *País das Canelas*, entretanto, para decepção geral a distancia entre as árvores tornava o aproveitamento econômico inviável.

De volta ao acampamento descobriu que Orellana o havia abandonado, contrariando suas ordens em função das dificuldades que encontraria. Diante disto, não restou outra alternativa que voltar a Quito em 1542 e a busca pelo *El Dorado* foi inútil. Enquanto isso Orellana seguia viagem, descendo o rio Napo cada vez mais para leste, até perceber que a volta era impossível. As paradas em povoados indígenas para suprir-se de mantimentos levou a aventura durar o período de oito meses, cerca de 6.000 km de navegação, todo o Amazonas e depois o Atlântico (PORRO, 1993:37).

Sem dúvida, as crônicas de Carvajal são fundamentais para o conhecimento quinhentista das margens do Amazonas. Percorrendo o leito do rio a expedição passou por várias *províncias*, embora as suas identificações não sejam consideradas seguras, Carvajal faz destaque a algumas delas, como a Província de São João, na região de Nhamundá e Tapajós (4), pelas suas grandes aldeias (figura 02). Além disso, é fundamental fazer referência ao episódio das guerreiras Amazonas, nesta mesma região, tendo em vista os inúmeros enigmas deixados na história (Box 01). O relato colocou sob suspeita as crônicas de Carvajal, considerando a sua narrativa exagerada ao se referir às mulheres que acompanhavam os esquadrões de espanhóis nos combates existentes (PORRO, 1993:42).

A expedição seguiu viagem fazendo as mesmas paradas e observações que Carvajal, entretanto, a partir da região definida como Machifaro (3), os acontecimentos deixaram de ser registrados em função dos contratempos e conflitos provenientes dos crimes de um dos oficiais da expedição – Lope de Aguirre, ver figura 02. Rebelando-se contra o governo colonial, Aguirre decidiu voltar ao Peru, abandonando a busca por Omágua e o El Dorado. Em Machifaro, providenciou o assassinato de Ursua e de inúmeros tripulantes, tomando a liderança da expedição (PORRO, 1993:82). Chegando em Margarita, Aguirre foi assassinado pelos companheiros sobreviventes da viagem.

Desde então se deu início ao longo e permanente projeto de colonização, onde o objetivo principal se centralizou na busca e elaboração de novas rotas comerciais. Rotas estas que sempre deveriam levar a produção de riquezas e descobertas de tesouros e de minas. Rotas capazes de escoar a produção acumulada, mediante o trabalho escravo. A história da Amazônia tem sido a construção e reconstrução destas sucessivas rotas, algumas delas bem sucedidas, mas outras frustradas. O primeiro momento da colonização amazônica caracterizou-se, então, pela determinação da presença dos colonizadores europeus, não apenas fisicamente mediante a ocupação do território e uso dos recursos naturais, mas, sobretudo, nas estratégias de deculturação, nas tentativas de afastar todos os traços e aspectos indígenas com a assimilação forçada da lusitanização da Amazônia.

O Tratado de Tordesilhas determinava que a maior parte das terras amazônicas pertencia à Espanha, mas como esta nação não havia encontrado grandes fontes de riqueza no local não demonstrou interesse em ocupar a região imediatamente. No entanto, diante da corrida pelo poder esta cobiça foi despertada em outras nações como Holanda, França e Inglaterra. Diante disso, Portugal se antecipou com a fundação do Forte do Presépio em 1616, com o intuito de garantir o controle de toda a bacia amazônica, dando início ao processo de

despovoamento e ocupação imediata dos espaços. Se até então os índios eram usados nas lutas travadas entre as nações, agora se caracterizavam como o principal instrumento da escravização mental e espiritual.

Muitas foram às estratégias e políticas desenvolvidas com a finalidade de organizar o trabalho indígena e o uso dos recursos naturais disponíveis na região. O início desse projeto de colonização deu-se com o chamado sistema de Capitães de Aldeia (Carta de Lei de 10 de setembro de 1611), onde um dos moradores colonos seria responsável em cumprir tarefas: fazer cumprir as atribuições impostas pela coroa portuguesa, comandar formas de recrutamento e escravização de mão-de-obra indígena, empreender a distribuição e aluguel de índios entre colonos e missionários, atuar como juiz, fiscalizar o pagamento de salários aos índios pelos colonos (FILHO, 2000:61).

O sistema de Capitães de Aldeia garantia o recrutamento da mão-de-obra indígena, buscando satisfazer as exigências do projeto colonizador e garantindo sua presença territorial. Sua política devassadora impulsionou a escravização dos índios, dinamizou o trabalho forçado e destruiu inúmeras etnias indígenas. Esta política desagradava apenas aos missionários religiosos, que tinham por finalidade catequizar os índios, elevá-los espiritualmente e alfabetizá-los, objetivando expandir a fé cristã e católica. Fundaram suas missões e deram início a várias cidades, como Itacoatiara, Parintins, Borba e muitas outras, contribuíram não apenas para a penetração lusa na região, como também para a consolidação do projeto de colonização. Nos registros literários das cidades amazônicas está evidente o constante embate entre os grupos locais e os estrangeiros, embora essa história não seja devidamente contada.

A posse das formas de recrutamento do trabalho indígena era constantemente passada e repassada entre os colonos e os missionários, de modo que a cada novo sistema de colonização surgiam novos entraves e exigências. Com o Regimento das Missões, Lei de 21 de dezembro de 1686, a organização do sistema de trabalho passou a ser coordenada pelos missionários religiosos, sob a justificativa de que as operações de recrutamento realizadas pelos colonos apresentavam maus tratos e exploração do trabalho indígena (FILHO, 2000:72).

Tanto no sistema de Capitães de Aldeia como no Regimento das Missões foram desenvolvidas formas de recrutamento que facilitavam o acesso e posse dos indígenas pelos colonos e missionários, entre as formas de recrutamento utilizadas as mais conhecidas são: os descimentos – expedições que objetivavam convencer os índios a “descerem” para as aldeias de repartição; os resgates – visavam estabelecer trocas comerciais entre colonos portugueses e

tribos aliadas e as guerras justas – expedições militares realizadas por tropas de guerra que invadiam as povoações e terras indígenas. Estas formas de recrutamento tinham por finalidade oferecer maior contingente de trabalhadores indígenas e povoar as áreas de habitação dos colonos.

Mas, por volta de 1720, encontraram a resistência dos índios Mura que durante cinqüenta anos deram combate aos portugueses, nunca se submeteram ao credo religioso nem ao sistema de colonização lusa. O exemplo dos Mura foi seguido pelos Manaós que liderados por Ajuricaba⁴ conseguiram reunir mais de 30 tribos da região para lutar contra a armada lusitana, infringindo vários reveses aos invasores. Os Mura e os Manaós foram vítimas reacionárias à colonização e embora não possam mais ser testemunhas dos acontecimentos, sabemos que suas histórias foram escritas com sangue na Amazônia colonial.

Com a criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751), com sede em Belém, as fronteiras portuguesas foram resguardadas e o povoamento foi efetivado. Entretanto, a posição da sede do Estado não garantia o controle em toda a região amazônica, sendo necessária à criação da Capitania do São José do Rio Negro⁵, subordinada ao governo do Pará. Todas essas políticas deram início a uma nova fase de ocupação e colonização da Amazônia, determinadas pelo ministro português Marques de Pombal. Entre as medidas adotadas pelo ministro está a criação do Diretório dos Índios em 1757, estabelecendo novas regras e objetivos do mercantilismo colonizador português.

O Diretório atuava como uma lei suprema na Amazônia, com o intuito de garantir a dominação portuguesa efetiva sobre as terras e os povos da região. Entre estas medidas devastadoras podemos destacar: o extermínio temporal do poder missionário, as novas vilas deveriam ter chefes indígenas e portugueses, os índios deveriam ser divididos entre as autoridades de Estado, o ensino da língua portuguesa tornou-se obrigatório, os sobrenomes indígenas deveriam ser portugueses, as casas deveriam ter estilos portugueses, os casamentos

⁴ Em meio as guerras justas e tropas de resgate muitas rebeliões aconteceram e muitos heróis deixavam marcadas suas passagens, dentre os quais, destacamos a figura de Ajuricaba (ajuri – reunião; caba – morimbondo), cacique dos Manaós, que pertenciam ao Aruaque e habitavam os rios Negro e Branco. Os contatos estabelecidos com os Manaós foram sangrentos, esse grupo resistiu a escravidão e lutou até o seu extermínio total. Diante das rebeliões, foi ordenada uma guerra justa contra esse povoado que resultou em uma repressão de quatro anos e milhares de mortos. Havendo a eliminação de 20 mil indígenas, com o desfecho na morte de Ajuricaba, em 1727. Esta etnia foi exterminada, assim como os Tupinambás, Aruás, Tapajós e Omáguas. Dos Manaós restou, sobretudo, a alusão no nome da capital do Estado do Amazonas (FILHO, Pontes. Estudos de História do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2000).

⁵ Com a criação da Capitania do São José do Rio Negro o colonizador poderia controlar efetivamente as terras da região, além de recrutar o trabalho indígena. Nesse momento, as aldeias, missões e povoamentos locais deveriam ser elevados a vilas e receber nomes portugueses (FILHO, 2000:90).

entre índios e colonos deveriam ser estimulados, os índios deveriam pagar dízimos, cultivar roças e andar vestidos pela vila.

Sem dúvida, o Diretório dos Índios se caracterizou como um marcador de águas fundamental no processo de colonização portuguesa e descaracterização das práticas e culturas indígenas. Portanto, os impactos gerados pelo projeto de colonização de Pombal foram desastrosos e irreparáveis, acentuando o processo de deculturação e extermínio dos povos e etnias locais. Apesar das intensas investidas e medidas arrasadoras o fracasso da missão pombalina não foi evitado, suas políticas monopolizadoras e corporativistas contribuíram para sua derrocada e crise crônica do seu projeto colonial de mercantilização.

Este primeiro momento da colonização amazônica foi finalizado com a criação da província, tardiamente, em 1850. Embora fossem apresentados muitos argumentos favoráveis à elevação da capitania a condição de província, inúmeras e violentas manifestações foram realizadas, sob a liderança dos cabanos (Box 02). Esse novo momento político não favoreceu em nada a população que habitava a Amazônia, as atividades econômicas eram insuficientes e inexpressivas no cenário nacional, foi com o surto de expansão da economia da borracha que o Estado começou a adquirir autonomia e desenvolvimento econômico.

2 As rotas da integração nacional

Embora muitas famílias nordestinas tenham sido convencidas a migrar para a Amazônia e assim sustentar este macro projeto político da borracha com sua força de trabalho, sabemos que os interesses vinculados à economia gomífera não contemplavam as condições e melhorias de vida desses trabalhadores. Deste modo, uma suposta migração espontânea constituía, na verdade, uma migração dirigida e orientada por falsas promessas de melhoria de vida e renda. Assim, cerca de 300 mil migrantes provindos do nordeste entre 1870 e 1920 dirigiram-se para a região amazônica, vitimados pela fome, seca e epidemias no sertão nordestino (FILHO, 2000:131). Tratava-se, na verdade, de adotar medidas destinadas a criar condições de defesa e ocupação da região, bem como promover o desenvolvimento do capitalismo com a exploração do trabalho humano mais uma vez, agora com os nordestinos.

No entanto, este também foi um projeto desastroso e frustrado, antes mesmo de oferecer condições de melhorias econômicas declinou, arrasando todos os políticos, empresários e trabalhadores que estavam envolvidos e confiantes no seu sucesso. Sem dúvida, a ruína atingiu, sobretudo, os trabalhadores que migraram para a região em busca de

melhorias de vida e agora estavam abandonados a própria sorte e, assim, permaneceram muitos anos. A nova guinada econômica surgiu no final dos anos de 1960, com os projetos de desenvolvimento econômico e integração nacional da Amazônia.

Não podemos deixar de mencionar as lutas sociais que surgiram após esse período. Embora o *boom* do período da borracha houvesse declinado, as pessoas que migraram para a região não desapareceram como desapareceram os empresários investidores desse mercado. Aliás, esse desaparecimento também deve ser relativizado, pois até o final dos anos de 1980 muitos vestígios foram produzidos pela elite econômica deste projeto. Estes vestígios foram melhor evidenciados no Estado do Acre, na figura de Chico Mendes. Este seringueiro, sindicalista e ativista brasileiro foi assassinado no ano de 1987, uma vez que passou a liderar um movimento em torno da preservação da Amazônia. Chico Mendes reuniu lideranças sindicais, populares e religiosas em torno de um problema que passou a ser discutido em escala internacional.

Diante disto, as razões políticas que levaram a elaboração de estratégias logísticas no processo de integração territorial da Amazônia ao cenário nacional e ao mundo constituem o ponto de partida desta seção. Compreendemos que as rotas da colonização, neste segundo momento, correspondente aos anos 1970, constituem um marco no projeto geopolítico de ocupação da Amazônia, cujo principal objetivo era integrar a Amazônia ao projeto político desenvolvimentista do país, com a criação de estradas e projetos de utilização potencial dos recursos naturais existentes.

A intervenção dos governos militares tinha como principal objetivo garantir a segurança e ocupação das fronteiras, para isso contingentes populacionais foram trazidos para povoar a região. Tratava-se de ligar os centros urbanos e reduzir as tensões e demandas fundiárias, criar condições para o desenvolvimento econômico e a valorização dos recursos naturais existentes. Assim, foram criadas medidas de segurança e ocupação do território amazônico, tendo em vista seu aproveitamento e desenvolvimento. No entanto, qualquer política voltada para o investimento econômico de projetos políticos esbarrava e esbarra em uma questão fundamental: infraestrutura e logística.

Em 1966, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM que viria a substituir a Superintendência do Plano da Valorização da Amazônia – SPVEA. A criação da SUDAM traria um novo plano de desenvolvimento e integração da Amazônia, estabelecendo programas voltados à ocupação das terras e aproveitamento econômico. Mediante estes objetivos foi criado o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à

Agroindústria do Norte e Nordeste – PROTERRA e o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLAMAZÔNIA, estes programas estavam voltados explicitamente à preocupação do governo brasileiro em ocupar imediatamente a Amazônia, favorecer os projetos empresariais capitalistas interessados nos potenciais econômicos da região e contornar os problemas sociais relacionados à reforma agrária no nordeste, transferindo o problema para novas áreas.

Nesse processo, é possível destacar três aspectos que determinaram significativamente esta política de ocupação e integração nacional: o primeiro aspecto a ser considerado era a segurança nacional, fortalecendo a presença nas fronteiras nacionais. Para isso, em segundo lugar, era preciso transferir as populações envolvidas nos conflitos fundiários e, assim, garantir o reequilíbrio regional. Por fim, investir no processo de colonização de novas terras, garantindo os direitos de posse aos novos colonos, oriundos, sobretudo, do nordeste, sul e centro-oeste. E o grande impulso para a consolidação deste projeto de colonização seria, em última instância, a construção de estradas, vias que permitissem a formação de correntes migratórias para a Amazônia.

Deste modo, o governo federal concentrou forças no sentido de garantir a criação dos eixos de integração e desenvolvimento entre as regiões brasileiras, para isso foram construídas inúmeras rodovias, entre as quais a Transamazônica. Em 1970, o governo militar brasileiro deu início às obras para a construção da rodovia Transamazônica, dividindo ao meio a região amazônica de leste para oeste. Neste mesmo pacote foram anunciadas outras rodovias, que seriam parte deste complexo sistema de integração e desenvolvimento.

Foram construídas inúmeras estradas e estratégias logísticas no sentido de facilitar o escoamento das produções locais. Abertura de estradas, disponibilização de áreas agrícolas, desenvolvimento de extrativismo e áreas de moradia, esses eram alguns dos atrativos oferecidos aos trabalhadores sem terra e renda, segundo Octavio Ianni:

Assim, o início um tanto surpreendente e repentino de uma política nova, sistemática e ativa de colonização dirigida na Amazônia parece dever-se, antes de mais nada, às razões de segurança. O reavivar dos antagonismos sociais do nordeste e o surgir de núcleos de tensão social na Amazônia, ao menos no sul do Pará, fizeram com que o governo adotasse várias medidas econômicas e políticas simultâneas (IANNI, 1979:34).

A idéia era adiar os antigos problemas sociais do nordeste, promovendo uma colonização sistemática de algumas áreas da Amazônia, tendo em vista aliviar os antagonismos e dilemas sociais da população nordestina. Sem dúvida, a busca por novas terras e promessas foi intensa e constante, tendo o governo que estabelecer algumas regras e

condições para a ocupação desordenada das terras. Novos e maiores problemas surgiram, conflitos e lutas pela posse da terra foram salientados, novos agentes sociais passaram a ocupar o cenário da colonização amazônica, de fato a migração dirigida funcionou. Crescia a migração espontânea e novos núcleos populacionais foram surgindo, abrindo caminhos e rotas de “integração”. A Amazônia de “terras de ninguém” tornou-se palco de lutas sangrentas e revolucionárias.

Sem dúvida, a quantidade de estradas planejadas e anunciadas excedeu o que poderia ser justificado pelos benefícios econômicos da melhoria de transporte, considerando que o projeto de construção de estradas estava, em parte, incentivado por questões de controle territorial. Segundo Fearnside, em 1971, “um Decreto-Lei (No. 1.164) deu o controle ao governo federal de todas as terras localizadas até 100 km das rodovias planejadas, até mesmo se a “rodovia” fosse nada mais que uma linha riscada no mapa” (2005:02). Segundo ao autor, este anúncio resultou no controle de uma vasta área, somando 2,2 milhões de km² (quase a metade da Amazônia Legal). Mas em 1987 este decreto foi revogado (Decreto-Lei No. 2.375), de modo que qualquer terra dentro de 100 km de uma rodovia que não tivesse ainda sido alocada a um propósito específico se tornaria “terra devoluta” sob controle estadual.

Estradas como a Transamazônica, Perimetral Norte, Cuiabá-Santarém, Cuiabá-Porto Velho-Manaus foram pioneiras como rotas de migração para a Amazônia, planejadas economicamente para funcionarem como “corredores do desenvolvimento”, embora tenham tido resultados e conseqüências bem diferentes do desejado. Em geral, a colonização dessas áreas era feita as margens das estradas numa faixa de terras de 200 Km, para cada família assentada na área eram destinados 100 ha. O número de colonos a serem assentados representou apenas uma ilusão de início de projeto, de um milhão de cadastrados apenas 100 mil chegaram a receber seus lotes de terras.

Houve uma concentração dos projetos de colonização em três regiões: Rondônia, Mato Grosso e na Transamazônica. Embora localizados em regiões diferentes, estes projetos apresentaram as mesmas deficiências. Se inicialmente foram planejados como eixos de colonização e ligação de rodovias, tornaram-se grandes zonas de conflitos de terras. Em resumo, os projetos de colonização não se transformaram nem em áreas de controle e ocupação, tampouco em eixos de integração nacional, ao contrário, tornaram-se grandes áreas de desmatamento, degradação dos solos e miséria.

A colonização nas áreas de estradas foi, em geral, um fracasso. As condições ecológicas e geográficas de áreas como a Transamazônica e a BR 319, não favoreceram a

produção agrícola, além disso, essas estradas tiveram funcionamento durante pouco tempo. Falta de planejamento, conhecimento topográfico, organização das famílias, abertura de mercado, esses foram alguns dos problemas que, em tese, tornaram o projeto de colonização nas estradas frustrado desde que nasceu.

Na verdade, a mentalidade em permanecer buscando o *El Dorado* nunca deixou de existir, ainda que este tesouro passasse a vestir novas roupagens. No novo momento, as atividades voltadas para a iniciativa privada ganham espaço, tornando-se, inclusive, uma estratégia fundamental no projeto de colonização. O planejamento da Amazônia concentrou-se na definição de pólos de crescimento, tal como estava previsto no I Plano Nacional de Desenvolvimento-I PND, cuja finalidade era investir na extração de recursos minerais e criação de gado, como indica a figura 03. Para isso, foram oferecidos inúmeros incentivos fiscais, uma forma de atrair o capital estrangeiro para a região, como, de fato, aconteceu.

No entanto, os resultados desta expansão desenvolvimentista não foram positivos. Os projetos de criação de gado causaram grande prejuízo para o ecossistema local. Além disso, a especulação das terras trouxe grandes conflitos para os povos indígenas, antigos e novos migrantes. Logo, a pecuária perdeu sua rentabilidade, muitas fazendas foram abandonadas, restaram apenas grandes faixas de terras desmatadas e as famílias abandonadas. A idéia de pólos de desenvolvimento foi totalmente equivocada e a suposta “concentração descentralizada” trouxe uma enorme disparidade para o desenvolvimento intra-regional (figura 03).

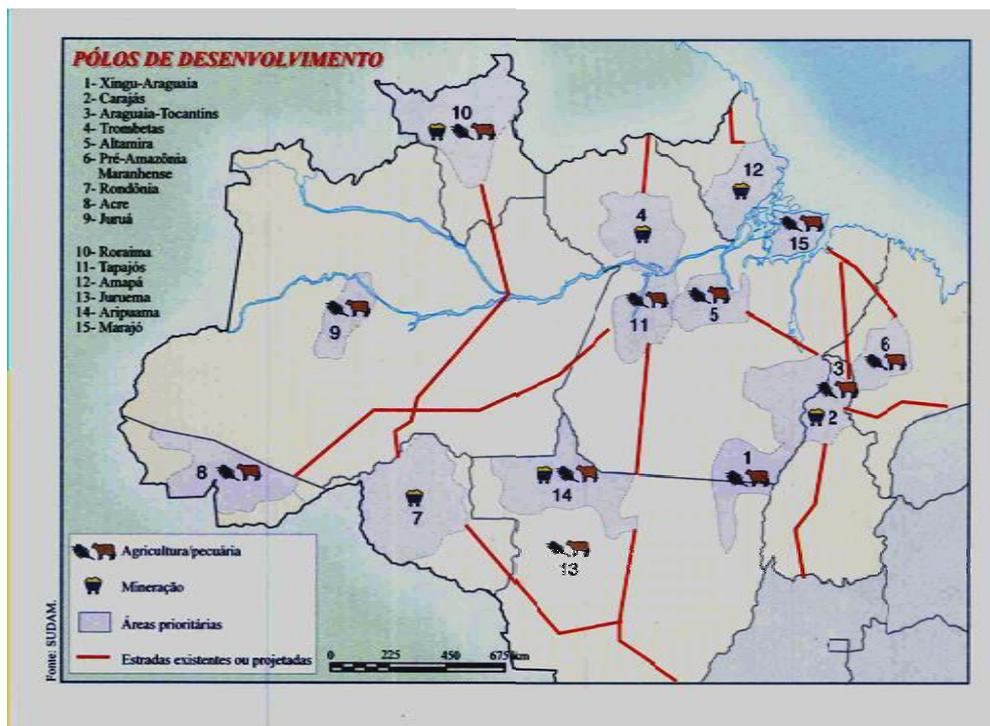


Figura 03 – Programa Polamazônia de 1974 a 1980
 Fonte: <http://www.geoamazonia.com/planos>

Nesse processo, aumentou ainda mais a dependência da região periférica (Amazônia) em relação à região metropolitana (sul e sudeste). Um grande lapso se desenhou mais uma vez no crescimento econômico da Amazônia. O suposto desenvolvimento jamais chegaria e a realização de projetos e investimento permanecia sendo feita de forma impositiva, sem levar em consideração os verdadeiros protagonistas desse processo, os sujeitos sociais. O projeto de colonização foi, novamente, frustrado.

Dos quinze polos destacados na figura, cabe dar destaque ao pólo número dois voltado ao Programa Grande Carajás, voltado para exploração de ferro, manganês, bauxita, níquel e cobre. Situada no município de Parauapebas-PA entre os rios Tocantins e Xingu, a serra de Carajás possuía uma concentração inestimável de reserva de minério de ferro e derivados afins, sendo considerada uma “Província Mineral” (figura 04). Com uma área de cerca de 50 km, a reserva era estimada em 18 bilhões de toneladas de ferro; 1 bilhão de toneladas de cobre; 40 milhões de toneladas de bauxita; 60 milhões de toneladas de manganês; 124 milhões de toneladas de níquel.

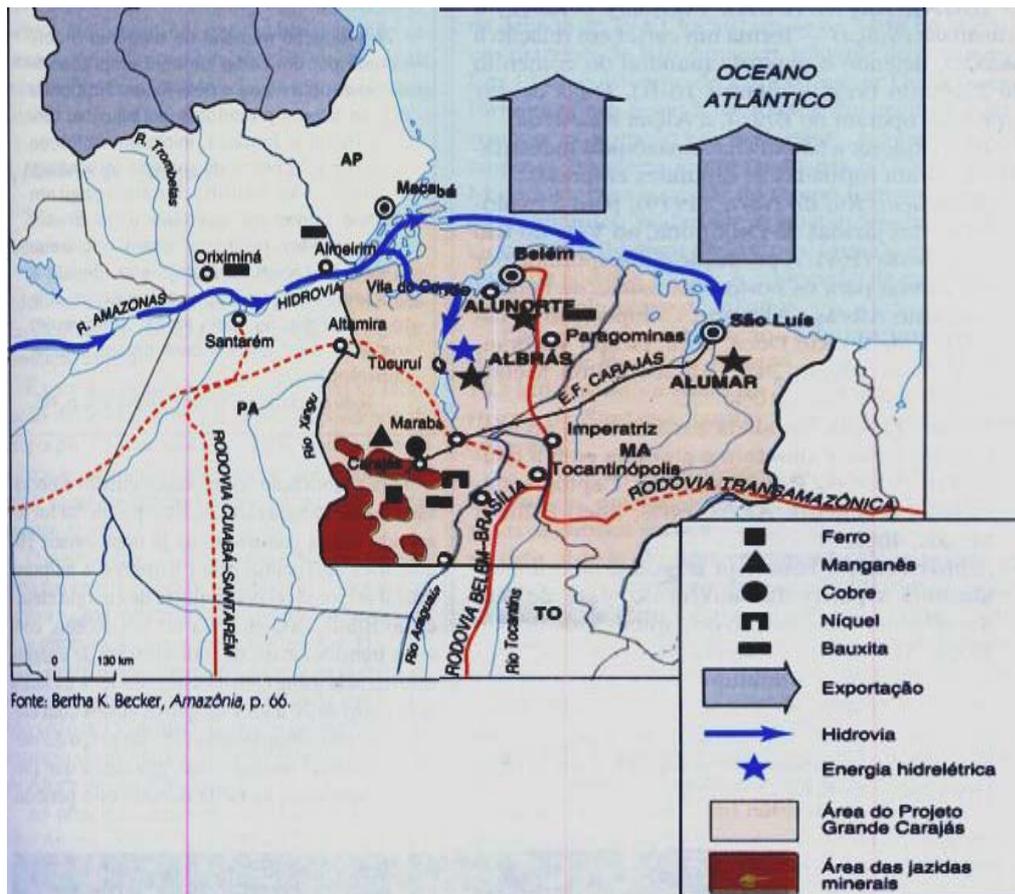


Figura 04 – Programa Grande Carajás

Fonte: BECKER, B. *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: Museu Goeldi, 1991.

Esse megaprojeto foi, de fato, o que entendemos por “desenvolvimento de cima para baixo”, nem a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM participou das negociações do Programa Carajás, seu funcionamento demonstrou forte dependência do mercado mundial. Por outro lado, este suposto isolamento do projeto não impediu a formação de uma corrente migratória espontânea para a área, aumentando as disparidades intra-regionais. O preço alto desse mega-projeto foi a degradação ecológica e social da região, além de abrir um grande descompasso em seu desenvolvimento.

O fracasso na implementação dos pólos de desenvolvimento apenas deu impulso para que novas idéias de colonização, como o Programa Polonoeste, nos Estados de Rondônia e Mato Grosso tomassem fôlego. As premissas desse programa estavam baseadas no investimento das classes sociais de baixo poder aquisitivo, desenvolvendo estratégias de melhoria de vida e participação dessas classes nas políticas sociais e econômicas. Assim, muitas famílias foram assentadas e inúmeras melhorias foram engendradas nos modelos de assentamentos. No entanto, uma grande onda de migração espontânea da região sul e sudeste foi atraída pela distribuição de terras para projetos de colonização, criou-se um grande

descontrole, faltaram terras para tantos trabalhadores, originaram-se os conflitos. Os problemas aumentaram consideravelmente e o Programa Polonoroeste também fracassou.

Na verdade, desde o início prevaleceram os interesses econômicos e políticos das empresas e capital monopolista, obtenção de grande proteção e incentivo do Estado brasileiro. Segundo Ianni, o projeto de colonização caracterizou-se como uma contra-reforma agrária, na medida em que desviava a atenção dos problemas sociais para soluções provisórias e assistencialistas, criava a ilusão de apontar caminhos para os dilemas sociais e políticos, quando na verdade reelaborava e estabelecia rotas de comercialização. Em resumo, no quadro 01, estão indicadas algumas dessas rotas e estratégias de ocupação da Amazônia por projetos e governos:

Quadro 01 – Projeto de Integração Nacional da Amazônia

ANO	PROGRAMAS E PROJETOS	OBJETIVOS
1958	Rodovia Belém-Brasília (BR-010)	Implantar um eixo pioneiro para articular a Amazônia oriental ao resto do país.
1960	Rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR364)	Implantar um eixo para articular a porção meridional da Amazônia
1970	PIN – Plano de Integração Nacional	Estender a rede rodoviária e implantar projetos de colonização oficial nas áreas de atuação da SUDENE e SUDAM.
1970	PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste	Promover a capitalização rural
1970	INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Executar a estratégia de distribuição controlada da terra
1974	POLAMAZÔNIA – Programa de pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia	Concentrar recursos em área selecionadas visando ao estímulo de fluxo migratórios, elevação de rebanho e melhoria da infraestrutura urbana
1980	GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins/GEBAM – Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas	Regularização fundiária, discriminação de terras e distribuição de títulos

Fonte: FILHO, Pontes. Estudos de História do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2000.

Contudo, novas estratégias sempre são usadas no sentido de desenvolver o potencial econômico da região, sempre oferecendo terras e tesouros para os grandes empreendimentos dotados de capital intensivo e tecnologia. Em um novo cenário político, os governantes tomaram consciência do valor potencial que representavam os territórios amazônicos, a busca por novos conhecimentos e técnicas que asseguram a apropriação dos recursos naturais passou a ser uma marca na intervenção dos governos nacionais e regionais. Muitos projetos e

programas de desenvolvimento e inovação tecnológica foram criados com intuito de garantir o desenvolvimento econômico e capitalista. Esta nova política de intervenção, lançada pelos governos militares, buscava garantir a segurança das fronteiras, (re)povoá-las e ligá-las ao restante do país.

Os projetos de colonização passaram a ser induzidos e oficiais, organizados e registrados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, caracterizados pela “função social” de solucionar os problemas sociais dos sem-terra. Por meio do INCRA eram projetados não apenas lotes individuais, mas também agrovilas, agropoles e rurópolis. De acordo com Neli Aparecida de Mello, o saldo desta colonização foi a multiplicação de pequenos agricultores sem experiência com trabalho agrícola e técnico e a exacerbção dos conflitos fundiários (2006:30). Em síntese, em nenhum dos projetos de colonização houve um reconhecimento existencial dos trabalhadores amazônicos, bem como a necessidade de se criar novas estratégias de colonização e ocupação do território. Mais uma vez a população local se vê subjugada a um projeto impositivo de colonização.

Atualmente, os investimentos do governo federal mais uma vez foram destinados consideravelmente para implantação da Agenda dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento com o intuito de acelerar a produção em tempos de globalização. Este macrozoneamento possibilitou a criação de parcerias entre Estados. Dentro deste planejamento, os governos estaduais atuam como coordenadores e o setor privado como executor. Na redefinição do papel do Estado as estratégias permanecem as mesmas, investimentos em infra-estrutura, transportes, energia e comunicação, no entanto, os resultados continuam os mesmos (MELLO, 2006:273).

As estratégias de integração nacional permanecem provocando inúmeras transformações na região amazônica, à medida que buscava privilegiar a construção de redes logísticas entre os eixos de desenvolvimento. Tal como a criação de um sistema multimodal (rodovia-ferrovia-hidrovia) visando à competitividade da produção local no mercado exterior. Os assentamentos agrários nessas áreas constituem importantes instrumentos no sentido de garantir a funcionalidade dessas organizações. No entanto, a construção dessas redes tem um interesse explícito em favorecer os setores do agrobusiness e outras organizações privadas.

Nesse processo, novos paradigmas surgem, ações econômicas passam a coexistir com a preocupação da sustentabilidade ambiental, ações voltadas para o planejamento passaram a considerar a instalação de infraestrutura que facilitem a rede de conexão entre o mercado nacional e o mercado mundial. Na verdade, a retomada de medidas eficientes de planejamento

tornaram-se condições para a inserção das regiões dinâmicas do país no mercado mundial. Diante disto, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES propôs “novos” recortes territoriais, os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento.

Os estudos realizados pelo BNDES indicaram as diferentes demandas apresentadas por cada área dos eixos, sobretudo, as demandas de infraestrutura e logística para o escoamento das produções. Nesse caso, a Amazônia recebe merecido destaque, haja vista a necessidade de escoamento da grande produção do Pólo Industrial de Manaus, tanto dentro do país, como para outras nações. Embora sejam apontadas as necessidades de investimento nos setores sociais e ambientais, repetidamente as ações do projeto estão priorizando os negócios e o mercado internacional.

Deste modo, os investimentos do governo federal se destinaram, significativamente, para a implantação da agenda dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, são eles: Amazônia (Arco-Norte e Madeira-Amazonas), Centro-Oeste (Araguaia-Tocantins e Oeste), Nordeste (Transnordestino e São Francisco), Sul (Sudoeste e sul) e Sudeste (figura 05). Para Berta Becker (2000), o principal objetivo dos eixos consiste na aceleração da produção e seu rápido escoamento, proporcionando condições de competitividade entre o Brasil e outros países.



Figura 05 – Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento
 Fonte: http://www.wisetel.com.br/biblioteca/doc_de_referencia

Embora o objetivo permaneça o mesmo (recriar rotas de colonização que garantam o aproveitamento econômico da região), são criadas novas estratégias e definidos novos papéis. Nesse caso, afirma Mello (2006:274) os governos passam a assumir o papel de “coordenadores” e os gestores passam a serem os setores privados. O novo trunfo está no investimento da infraestrutura, energia e comunicações que, ironicamente, haviam sido esquecidos. O que ocorre é que esses fatores acabaram prejudicando e levando ao fracasso grande parte dos projetos desenvolvidos na região, as condições geográficas e climáticas da Amazônia dificultaram o desenvolvimento de projetos políticos de alto custo. Estes fatores tornam necessários e emergenciais os programas de melhoria de infraestrutura e logística.

Resolvido este problema poderão ser concentrados os investimentos nos grandes eixos, consolidando a formação de uma rede, ligando as regiões menores às regiões mais dinâmicas, favorecendo a competitividade e a integração ao mercado internacional. Além disso, a política de integração irá favorecer não apenas o mercado nacional, mas incluirá outros países da América do Sul, ampliando os fluxos por meio de transportes rodoviários, fluviais e ferroviários. A dinâmica da integração favorece a consolidação de laços entre países, mediante a construção e reconstrução de portos, terminais, hidrovias, ferrovias, rodovias e aeroportos.

Nesse processo, algumas capitais da região norte serão, consideravelmente, favorecidas, tal como Manaus, Porto Velho e Cuiabá. No Plano Nacional de Logística e Transportes- PNLT (2006) o Ministério dos Transportes destacam a retomada no processo de planejamento no setor dos transportes, considerando os custos de toda a cadeia logística que permeia o processo que se estabelece entre as origens e os destinos dos fluxos de transporte, adotando estratégias compatíveis com os fatores logísticos, mediante a definição de *Vetores Logísticos*, compostos por microrregiões agregadas segundo os fatores acima referidos: são eles, Amazônico, Centro-Norte, Nordeste Setentrional, Nordeste Meridional, Leste, Centro-Sudeste e Sul. Na figura 06 está indicado o setor amazônico:

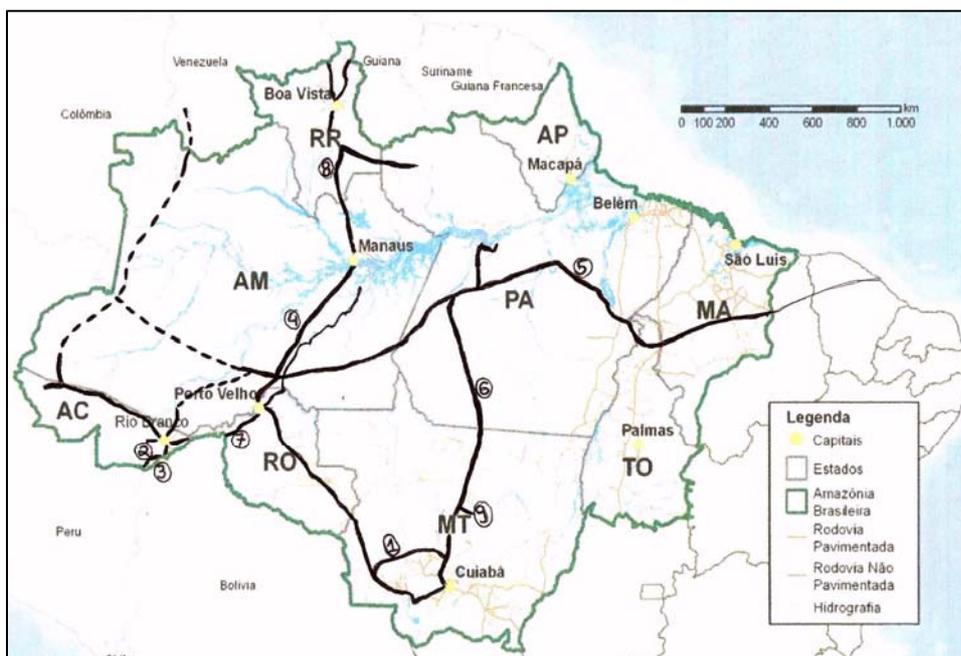


Figura 06 – Rotas da integração no setor Amazônico
Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Na figura 06, buscamos indicar as rotas de integração, nas quais serão realizados investimentos nos próximos anos, mediante sua relevância para a consecução da perspectiva de integração e inter-relacionamento entre regionais e nações. Cabe ressaltar, que a maioria das estradas e rodovias a serem reformadas, foram construídas durante os governos militares, tal como indicamos anteriormente, baseados na mesma política de integração nacional, que estimulam a criação de novas rotas de colonização na Amazônia.

Quadro 02 – Investimentos em Transportes no Vetor Amazônico, no Período, 2008-2011

Modo de Transporte	Descrição	Custo (mil R\$)
Aeroportuário	Ampliação do Terminal de Passageiros e Pátio de Aeronaves do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes (AM)	246.900
Hidroviário	Rio Madeira: Construção de Eclusas	1.400.000
Portuário	Amazônia: Construção de 120 Terminais Hidroviários	500.000
	Porto de Vila do Conde (PA): Construção do Pier	40.000
Rodoviário	1 – 2 – 7 – BR – 364: Diamantino (MT) - Sapezal (MT) - Comodoro (MT) – 100 km restantes. Construção e Pavimentação de 210 km entre Sena Madureira e Cruzeiro do Sul (AC). BR-364: Diamantino (MT) - Sapezal (MT) - Comodoro (MT) – Construção e Pavimentação. BR-364: Porto Velho (RO) - Rio Branco (AC). BR-364: Rio Branco (AC) - Sena Madureira (AC).	90.000 242.500
	3 - BR-317: Construção e Pavimentação entre Boca do Acre (AM) e Div. AM/AC	144.600
	4 - BR-319: Pavimentação e Recuperação de trechos Manaus (AM) - Porto Velho (RO) – 711 km	675.000
	5 - BR-230: Marabá (PA) - Altamira (PA) – Construção/Pavimentação. BR-230: Itaituba/PA (Entr. BR-163) - Altamira/PA (Entr. BR-158) – Construção/Pavimentação. BR-230: Construção e Pavimentação entre Humaitá (AM) e Lábrea (AM).	511.530

	6 - BR-163: Div. MT/PA – Miritituba (PA) - Rurópolis (PA) – 820 km. BR-163: Construção e Pavimentação Matupá (MT) - Itaituba (PA). Construção da Rodovia entre BR-163, Alta Floresta (MT) - Cachoeira Rasteira (MT). BR-163: Sinop (MT) - Matupá (MT). BR-163: Santarém (PA) - Rurópolis (PA).	781.760
	8 - BR-174: Manaus (AM) - Boa Vista (RR)	911.868
	BR-174: Boa Vista (RR) - Fronteira Brasil-Venezuela	254.460
	9 - BR-242: Sorriso (MT) - Entr. BR-158 – 465 km	66.252

Fonte: Relatório do Plano Nacional de Logística e Transportes- PNLT. Brasília: Ministério dos Transportes, 2006.

Diante de várias etapas de desenvolvimento das rotas de integração nacional da Amazônia é possível observar uma recorrência nos objetivos e resultados. Após cerca de quarenta anos os interesses permanecem os mesmos, tal como é possível perceber na similitude entre a definição dos pólos de desenvolvimento e os eixos nacionais de integração, acentuando a insistência política em garantir a ocupação e uso do território amazônico. Embora essas políticas não obtenham resultados positivos, sempre há um novo elemento que poderá ser acrescentado na nova tentativa.

3 As rotas da sustentabilidade ambiental

Entre os fatores inseridos nas políticas que surgem no permanente processo de colonização da Amazônia, é fundamental dar destaque a uma variável importante nas últimas décadas – a variável ambiental. As questões relacionadas ao meio ambiente se tornaram triviais nos debates políticos e acadêmicos. A preocupação com o meio ambiente passou a ser o carro-chefe de muitos programas políticos na Amazônia. Sem dúvida, as conseqüências desastrosas de inúmeras políticas de ocupação territorial repercutiram mal no cenário internacional, levando a instituições de todo o mundo tomarem a responsabilidade pelos ditos “patrimônios naturais”.

A *Tragédia dos Comuns*, de Garrett Hardin (2001:18), argumenta que os recursos de propriedade comum (oceanos, rios, florestas, atmosfera, etc.) estão sendo levados a sua maciça degradação. A falta de racionalidade no uso do meio ambiente cria uma enorme divergência entre o uso individual e coletivo dos recursos, de modo que as pessoas passam a

privatizar áreas comuns e esgotar determinados recursos, prejudicando a coletividade. Para resolver este dilema, os recursos comuns deveriam ser privatizados ou definidos como propriedades públicas, afirma Hardin. A perspectiva analítica de Hardin passou a ser utilizada em diferentes debates relacionados ao meio ambiente em todo o mundo.

Em função deste cenário, a lei 6.938/81 constitui um marco importante na política ambiental brasileira, envolvendo aspectos relacionados à água, flora e fauna. Esta lei buscou inserir a variável ambiental nas estruturas econômicas do país, embora tenha sido aprovada nos governos militares, alterou os papéis dos poderes, descentralizando decisões e, conseqüentemente, ampliando participações. Para que esta legislação fosse colocada em prática foram criados dez mecanismos⁶ que representavam formas de inserir esta dimensão ambiental nos processo de planejamento territorial. Ainda nesta lei foi criado o sistema de Zoneamento Ambiental, cuja finalidade era orientar o uso e ocupação do solo, entretanto, sua aplicação acabou sendo restringida e limitada.

Com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foram criadas diversas áreas protegidas, ampliando consideravelmente o número de áreas preservadas no país. No entanto, somente a partir dos anos 1990, a proposta do SNUC passou a incluir a participação das populações tradicionais para o estabelecimento e funcionamento das áreas protegidas. O SNUC foi criado por meio da Lei nº 9.985, de 18 e julho de 2000, estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão de Unidades de Conservação. No quadro abaixo estão destacados alguns desses critérios:

Quadro 03 – Critérios do SNUC para as Unidades de Conservação

I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;

⁶ 1) avaliação de impactos; 2) licenciamento e revisão das atividades potencialmente poluidoras; 3) penalidades disciplinares ou compensatórias; 4) criação de espaços territoriais protegidos pelos poderes federal, estadual e municipal (Sistema Nacional de Unidades de Conservação); 5) padrões de qualidade ambiental; 6) absorção de tecnologias voltadas para a melhoria da qualidade ambiental; 7) zoneamento ambiental; 8) Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente; 9) Cadastro Técnico Federal de atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras dos Recursos Naturais; 10) definição de responsabilidades civil e criminal por atos relacionados com a atividade nuclear (MELLO, 2006:63).

VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo

Fonte: Coletânea de Unidades de Conservação: Leis, Decretos e Portarias. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2009.

Tomando como referência os critérios estabelecidos acima o SNUC estabelece uma distinção entre Unidades de Conservação de Proteção Integral e Unidades de Conservação de Uso Sustentável. As Unidades de Conservação de Proteção Integral são aquelas que têm como objetivo básico preservar a natureza, livrando-a da interferência humana. Nessas unidades, como regra, só se admite o uso indireto dos recursos naturais, ou seja, aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição, salvo as exceções previstas na Lei do SNUC. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)⁷ gerencia 130 dessas Unidades de Conservação, compreendendo as categorias de Estação Ecológica (ESEC), Reserva Biológica (REBIO), Parque Nacional (PARNA), Monumento Natural (MN) e Refúgio de Vida Silvestre (REVIS).

As Unidades de Conservação de Uso Sustentável são aquelas cujo objetivo básico é conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais, em que a exploração do meio ambiente não compromete a perenidade dos recursos naturais renováveis, considerando os processos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) gerencia 170 dessas Unidades de Conservação, compreendendo as categorias de Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta

⁷ O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é uma autarquia brasileira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, integrando o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Foi criado pela lei 11.516, de 28 de agosto de 2007. É responsável pela administração das unidades de conservação federais, além de fomentar e executar programas de pesquisa, proteção e conservação da biodiversidade em todo o Brasil. Surgiu de um desmembramento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), anteriormente responsável por tais atribuições.

Nacional (FLONA), Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Fauna (REFAU), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

Além disso, o Estado do Amazonas conta hoje com o Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC, com 33 Unidades de Conservação Federal e 41 Unidades de Conservação Estadual. No total são 37,6 milhões de hectares de áreas protegidas por Unidades de Conservação. Em 2002 havia 7,4 milhões de hectares em 12 Unidades de Conservação Estadual e hoje já somam 19 milhões de hectares. Além de ampliar a quantidade de áreas protegidas, a qualidade da implementação destas unidades obteve avanços significativos. A promulgação da Lei, em 2007, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), representa esse avanço.

Com base no sistema desenvolvido pelo SNUC, o SEUC estabelece que as Unidades de Conservação sejam divididas em dois grupos com características específicas: No primeiro grupo, de Unidades de Proteção Integral temos, no Estado do Amazonas, as Reservas Biológicas (Rebio), os Parques Estaduais (Parest) e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). As reservas privadas são de duas categorias: RPPN, de Proteção Integral e Reservas Particulares de Desenvolvimento Sustentável (RPDS), de Uso Sustentável. As mesmas começaram a ser instituídas no Estado em 2009.

No segundo grupo, de Unidades de Uso Sustentável, encontram-se, representadas no SEUC, as Reservas Extrativistas (Resex), as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), as Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), as Florestas Estaduais (FLOREST), as Áreas de Proteção Ambiental (APA), as Reservas Particulares de Desenvolvimento Sustentável (RPDS), os Rios Cênicos e a Estrada Parque.

No que diz respeito ao gerenciamento dessas unidades, o SEUC apresenta um sistema composto por unidades de gerenciamento que representam a quase totalidade das categorias existentes no SNUC. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é o mais novo órgão ambiental do governo brasileiro. Criado pela lei 11.516, de 28 de agosto de 2007, é uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Tem como função executar as ações da política nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UC instituídas pela União. Outra função é executar as políticas de uso sustentável dos recursos naturais renováveis e de apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas UCF de Uso Sustentável, além de fomentar e executar programas de pesquisa,

proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação federal.

Está situado na cidade de Manaus o Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) que reúne 65 técnicos atuantes na criação, implementação e gestão das UC (lotados na capital e no interior). O CEUC encontra-se diretamente ligado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) e faz parte da Unidade Gestora de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação (UGMUC). Objetiva Implementar e consolidar o Sistema Estadual de Conservação do Amazonas – SEUC, promovendo a conservação da natureza, a valorização sócio-ambiental e o manejo sustentável dos recursos naturais. Na figura 07 estão indicadas as unidades de conservação em nível federal e estadual no Estado do Amazonas:

No quadro 04 estão indicadas todas as Unidades de Conservação Estaduais e Federais localizadas no Estado do Amazonas. Com base nisso, buscamos destacar o que cada uma das siglas indicadas na lista representa:

Quadro 04 – Descrição das Unidades de Conservação do Estado do Amazonas

Nº	UC's Estaduais	Área (há)	Decreto	Ano Dec.	Lei	Ano lei
1	APA CAVERNA DO MAROAGA	374.700,00	12.836	09/03/1990	-	-
2	APA DA MD DO RIO NEGRO-SETOR PADUARI/SOLIMÕES	461.740,67	16.498	02/04/1995	3.355	26/12/2008
3	APA DA ME DO RIO NEGRO – SETOR ATURIÁ/APUAUZINHO	586.422,00	16.498	02/04/1995	2.464	22/05/2001
4	APA DA ME DO RIO NEGRO – SETOR TARUMÁ-AÇU/TARUMÃ-MIRIM	56.793,00	16.498	02/04/1995	2.646	22/05/2001
5	APA DE NHAMUNDÁ	195.900,00	12.836	09/03/1990	-	-
6	FLOREST DE APUÍ	185.946,16	24.812	24/01/2005	-	-
7	FLOREST DE MANICORÉ	83.381,03	24.806	19/01/2005	-	-
8	FLOREST DE MAUÉS	438.440,32	23.540	19/07/2003	-	-
9	FLOREST DE ARIPUANÁ	336.040,06	24.807	19/01/2005	-	-
10	FLOREST DO RIO URUBÚ	27.342,00	23.993	22/12/2003	-	-
11	FLOREST DO SUCUNDURI	492.905,27	24.808	20/01/2005	-	-
12	FLOREST DE TAPAUÁ	881.704,00	-	-	-	-
13	FLOREST DE CANUTAMA	150.588,57	-	-	-	-
14	PAREST DA SERRA DO ACARÁ	1.818.700,00	12.836	09/03/1990	-	-
15	PAREST DO GUARIBA	72.296,33	24.805	19/01/1995	-	-
16	PAREST DO RIO NEGRO – SETOR NORTE	146.028,00	16.497	02/04/1995	2.646	22/05/2001
17	PAREST DO RIO NEGRO – SETOR SUL	157.807,00	16.497	02/04/1995	2.646	22/05/2001
18	PAREST DO SUCUNDURI	808.312,18	24.810	21/01/2005	-	-
19	PAREST DO NHAMUNDÁ	56.671,15	12.175	06/07/1989	-	-
20	PAREST DO SAMAÚMA	51,00	23.721	05/09/2003	-	-
21	PAREST DO MATUPIRI	513.747,47	-	-	-	-
22	RDS AMANÁ	2.313.000,00	19.021	04/08/1998	-	-
23	RDS ARUPUANÁ	224.290,81	24.811	21/01/2005	-	-
24	RDS BARARATI	113.606,43	24.813	25/01/2005	-	-
25	RDS CANUMÃ	22.354,86	25.026	22/05/2005	-	-
26	RDS CUJUBIM	2.450.381,56	23.724	05/07/2003	-	-
27	RDS DO JUMA	589.611,28	26.010	03/07/2006	-	-
28	RDS DO RIO AMAPÁ	216.108,73	25.041	01/06/2005	-	-
29	RDS MAMIRAUÁ	1.124.000,00	12.836	09/03/1990	2.411	16/07/1996
30	PDS PIAGAÇU-PURUS	1.008.167,00	23.723	05/09/2003	-	-
31	RDS DO RIO MADEIRA	283.117,00	26.009	03/07/2006	-	-
32	RDS DE UACARI	632.949,02	25.039	01/06/2005	-	-
33	RDS DO UATUMÃ	424.430,00	24.295	25/06/2004	-	-
34	RDS DO RIO NEGRO	102.978,83	-	-	3.355	26/12/2008
35	RDS DO MATUPIRI	179.083,45	-	-	-	-
36	RDS IGAPÓ-AÇU	397.557,32	-	-	-	-
37	REBIO DO MORRO DOS SEIS LAGOS	36.900,00	12.836	09/03/1990	-	-
38	RESEX CATUÁ IPIXUNA	217.486,00	23.722	05/09/2003	-	-
39	RESEX DE GUARIBA	150.465,32	25.040	01/06/2005	-	-
40	RESEX DO RIO GREGÓRIO	477.042,30	26.586	25/04/2007	-	-
41	RESEX CANUTAMA	197.986,50	-	-	-	-
Nº	UC's Federais	Área (há)	Decreto	Ano Dec.	Lei	Ano lei
1	ARIE FE JAVARI BURITI	15.000,00	91.886	05/11/1985	-	-
2	ARIE PROJETO DINÂMICA BIO. FRAG. FLORES.	3.288,00	91.884	05/11/1985	-	-
3	PARNA DE ANAVILHANAS	350.018,00	86.061	02/06/1981	11.799	29/10/2008
4	ESEC DE JUTAI SOLIMÕES,	284.285,00	88.541	21/06/1983	-	-
5	ESEC JUAMI-JAPURÁ	572.650,00	91.307	03/06/1985	-	-
6	FLONA DO AMAZONAS	1.573.100,00	97.546	01/03/1989	-	-
7	FLONA DE BALATA-TUFARI	802.023,00	-	17/02/2005	-	-
8	Amp. FLONA DE BALATA-TUFARI	275.836,00	-	08/05/2008	-	-

9	FLONA DE HUMAITÁ	468.790,00	2.485	02/02/1998	-	-
10	FLONA DE PAU-ROSA	827.877,00	-	07/08/2008	-	-
11	FLONA DE IQUIRI	1.476,07	-	08/05/2008	-	-
12	FLONA DE JATUARANA	837.100,00	99.108	19/06/2005	-	-
13	FLONA MAPIÁ-INAUINI	311.000,00	98.051	14/08/1989	-	-
14	FLONA DO PURUS	256.000,00	96.190	21/06/1988	-	-
15	FLONA DE TEFÉ	1.020.000,00	97.629	10/04/1989	-	-
16	PARNA DOS CAMPOS AMAZÔNICOS	873.570,00	-	21/06/2006	-	-
17	PARNA DO JAÚ	2.272.000,00	85.200	24/09/1980	-	-
18	PARNA DO PICO DA NEBLINA	2.200.000,00	83.550	05/06/1979	-	-
19	PARNA DO JURUENA	1.957.000,00	-	05/06/2006	-	-
20	PARNA MAPINGUARI	1.572.422,00	0.003	08/05/2008	-	-
21	PARNA NASCENTES DO LAGO JARI	812.141,00	-	20/09/1982	-	-
22	REBIO ABUFARI	288.000,00	87.585	12/08/1982	-	-
23	REBIO UATUMÃ	940.358,00	99.277	06/06/1990	-	-
24	RESEC DE SAUIM CASTANHEIRA	109,20	87.455	12/18/1982	-	-
25	RESEX ARAPIXI	133.637,22	-	21/06/2006	-	-
26	RESEX AUATI PARANÁ	146.950,82	-	07/08/2001	-	-
27	RESEX DO BAIXO JURUÁ	187.982,00	-	01/08/2001	-	-
28	RESEX DO MÉDIO JURUÁ	253.226,50	-	04/03/1997	-	-
29	RESEX DO MÉDIO PURUS	604.209,00	-	08/05/2008	-	-
30	RESEX DO RIO JUTAI	275.532,88	-	16/07/2002	-	-
31	RESEX RIO UNINI	833.352,24	-	21/06/2006	-	-
32	RESEX ITUXI	766.940,00	0.004	05/06/2008	-	-
33	RESEX LAGO DO CAPANÃ GRANDE	304.146,28	-	03/06/2004	-	-

Fonte: Coletânea de Unidades de Conservação: Leis, Decretos e Portarias. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2009.

Unidades de Conservação de Proteção Integral

As Unidades de Conservação de Proteção Integral caracterizam-se pela conservação de proteção integral, cujo lema é “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos em lei (Lei nº 9.985/2000, artigo 7º; parágrafo 1º). As Unidades de Proteção Integral são cinco: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre.

A Estação Ecológica (Esec) tem como objetivos a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. Nela, é proibida a visitação pública, exceto com fins educacionais, conforme define o Plano de Manejo ou regulamento específico desta categoria. As estações ecológicas existentes no Estado são: a Estação Ecológica de Jutai-Solimões e a Estação Ecológica Juami-Japurá.

A Reserva Biológica (Rebio) tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites. De modo algum é permitida a interferência humana direta ou modificações ambientais na área, a não ser que sejam medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais. Há no Estado do Amazonas a Reserva Biológica do Abufari e a Reserva Biológica do Morro dos Seis Lagos.

O Parque é uma área protegida que tem por objetivo a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas, de atividades educacionais e de interpretação ambiental, recreação e turismo ecológico, por meio do contato com a natureza. O regime de visitação pública é definido no Plano de Manejo da respectiva unidade. O Estado do Amazonas conta hoje com os seguintes parques: Parque Nacional de Anavilhanas, Parque Nacional dos Campos Amazônicos, Parque Nacional do Jaú, Parque Nacional do Pico da Neblina, Parque Nacional do Juruena, Parque Nacional do Matinguari, Parque Nacional Nascente do Lago Jari, Parque Estadual da Serra do Aracá, Parque Estadual do Guariba, Parque Estadual do Rio Negro-setor norte, Parque Estadual do Rio Negro-setor sul, Parque Estadual do Sucunduri, Parque Estadual Nhamundá, Parque Estadual Samaúma e Parque Estadual do Matupiri.

Unidades de Conservação de Uso Ecológico

As Unidades de Conservação de Uso Ecológico e Sustentável têm como objetivo básico compatibilizar a conservação da natureza com o uso direto de parcela dos seus recursos naturais, ou seja, é aquele que permite a exploração do ambiente, porém mantendo a biodiversidade do local e os seus recursos renováveis. Esse grupo de Unidades de Conservação está dividido do seguinte modo: Área de Proteção Ambiental, Área Relevante de Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

A Área de Proteção Ambiental (APA) é uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana e atributos bióticos, abióticos, estéticos ou culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. As Áreas de Proteção Ambiental têm como objetivo proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. No Estado do Amazonas são as seguintes: Área de Proteção Ambiental Caverna do Maroaga, Área de Proteção Ambiental da Margem Direita do Rio Negro/Setor Paduari-Solimões, Área de Proteção Ambiental da Margem Esquerda do Rio Negro/Setor Aturiá-Apuazinho, Área de Proteção Ambiental da Margem Esquerda do Rio Negro/Setor Tarumã-Açu e Tarumã-Mirim e Área de Proteção Ambiental de Nhamundá.

A Reserva Extrativista (RESEX) é uma área utilizada por populações tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. Sua criação visa à proteção dos meios de vida e a

cultura dessas populações, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. As populações que vivem nessas unidades possuem contrato de concessão de direito real de uso, tendo em vista que a área é de domínio público. A visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e com o que é disposto no plano de manejo da unidade. Estão divididas em: Federais: RESEX Arapixi, RESEX Auati Paraná, RESEX Baixo Juruá, RESEX do Médio Juruá, RESEX Médio Purus, RESEX do rio Jutai, RESEX Rio Unini, RESEX Ituxi e RESEX Lago do Capanã Grande. E Estaduais: RESEX Catuá Ipixuna, RESEX do Guariba, RESEX do Rio Gregório e RESEX Canutama.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) é uma área natural que abriga populações tradicionais, que vivem basicamente em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais. São objetivos básicos dessa área, preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para: a reprodução, a melhoria dos modos, da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, assim como, conservar e aperfeiçoar as técnicas de manejo do ambiente desenvolvidas por estas populações. As RDS's Estaduais são as seguintes: RDS Amanã, RDS Aripuanã, RDS Bararati, RDS Canumã, RDS Cujubim, RDS Juma, RDS do Rio Amapá, RDS Mamirauá, RDS Piagaçu-Purus, RDS do Rio Madeira, RDS Uacari, RDS Uatumã, RDS do Rio Negro, RDS do Matupiri e RDS do Iagapó-Açu.

A Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) é uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais singulares ou mesmo que abrigam exemplares raros da biota regional. Sua criação visa à manutenção desses ecossistemas naturais de importância regional ou local, bem como, regular o uso admissível destas áreas, compatibilizando-o com os objetivos da conservação da natureza. Há apenas duas ARIE's no Estado do Amazonas: ARIE de Javari Buriti e ARIE Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais.

A Floresta Nacional - FLONA e a Floresta Estadual – FLOREST são áreas com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas, criadas com o objetivo básico de uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e pesquisa científica, voltada para a descoberta de métodos de exploração sustentável destas florestas nativas. É permitida a permanência de populações tradicionais que habitam a área, quando de sua criação, conforme determina o plano de manejo da UC. A visitação pública é permitida, mas condicionada às normas especificadas no plano de manejo. Há no Estado: FLOREST – Apuí, Manicoré,

Maués, Aripuanã, Rio Urubu, Sucunduri, Tapauá e Canutama. FLONA – Humaitá, Pau-Rosa, Iquiri, Jatuarana, Mapiá-Inauini, Purus e Tefê.

A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) são Unidades de Conservação instituídas em áreas privadas, gravadas com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica ali existente. De acordo com suas especificações há o engajamento do cidadão para proteger os ecossistemas brasileiros e para incentivar essa ação. Há isenção de impostos ao proprietário. O SNUC especifica que nessas áreas a conservação da natureza é compatível com o uso sustentável de parcela de seus recursos ambientais renováveis, bem como dos processos ecológicos essenciais, mantendo a biodiversidade e atributos ecológicos.

O uso sustentável aqui se subentende como a realização de pesquisa científica e visitação pública com finalidade turística, recreativa e educacional. O número de RPPN's no Estado do Amazonas é significativo, tal como é possível observar na lista a seguir: RPPN Nazaré das Lajes e Lajes, RPPN Adão e Eva, RPPN Estância Rivas, RPPN Fazenda Betel, RPPN Morada do Sol e da Lua, RPPN Sítio Bela Vista, RPPN Reserva dos Arqueiros, RPPN Reserva dos Quatro Elementos, RPPN Reserva Sol Nascente, RPPN Santuário, RPPN Bela Vista, RPPN Sítio Morada do Sol e RPPN Laço de Amor.

A política de gestão ambiental do Estado do Amazonas tem sido realizada em parceria com inúmeras instituições em nível federal, estadual e municipal. As parcerias com os municípios do Estado são fundamentais para viabilizar o projeto, á medida em que garante a instrumentalização jurídica e funcional para estas instituições. Nesse caso, as atividades que criam impacto para o meio ambiente são fiscalizadas e licenciadas pelo Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - IPAAM, nas fases de planejamento, instalação e operação, conforme estabelecido na Lei nº 1532/82 regulamentada pelo Decreto nº 10.028/87 (figura 08).

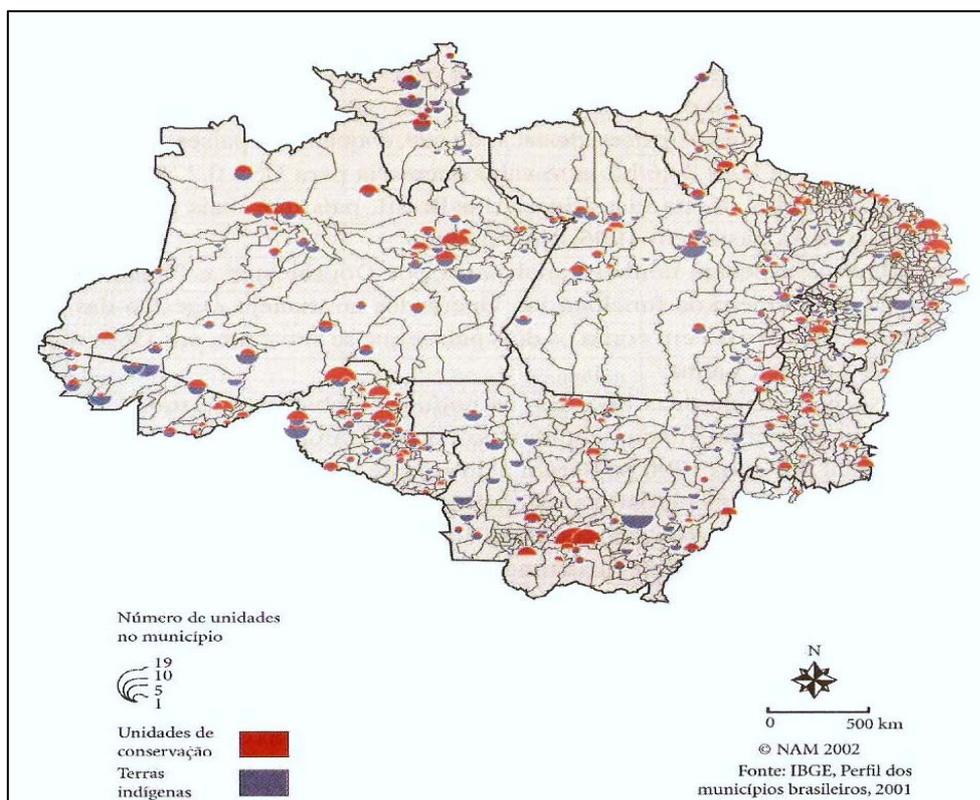


Figura 08 – Unidades de Conservação e áreas indígenas na Amazônia brasileira.
 Fonte: Mello, A. N. Políticas territoriais na Amazônia. São Paulo: Annablume, 2006.

Deste modo, a ação de gestão de unidades de conservação de proteção integral tem como objetivo estabelecer áreas prioritárias de proteção à biodiversidade no Estado para implementar projetos para a gestão de áreas de proteção integral, prevendo um plano de capacitação para os gestores e agentes ambientais voluntários das unidades de proteção integral e elaboração de um plano de divulgação das unidades de conservação de proteção integral.

O estabelecimento de áreas protegidas se tornou uma importante política para as elites dominantes no terceiro mundo, tendo em vista a obtenção de apoio financeiro do estrangeiro, como é possível observar no quadro acima. Além disso, há uma tendência em fortalecer esse ideal como a melhor solução para o terceiro mundo, embora nunca os impactos sobre as populações locais sejam avaliados, muito menos sejam criadas políticas que garantam melhores condições de vida. Em geral, essas populações são afastadas dos seus locais de origem, o nível baixo de escolaridade as tornam passíveis de desapropriação fácil, em função do desconhecimento dos seus direitos a propriedade da terra.

As Organizações Não-Governamentais (ONGs) passaram a ter um papel fundamental na parceria governo-sociedade, influenciando diretamente os programas e políticas

governamentais. Originadas no final do século XIX, as ONGs passaram a ter maior reconhecimento na década de 1990 em função das mudanças provocadas no cenário político e, sobretudo, ambiental. De acordo com Mello (2006:235), suas ações estão pautadas nos seguintes princípios: estabelecimento de agendas, negociação dos resultados, busca de legitimidade e implementação de soluções.

A perda da soberania do Estado tem contribuído para a tomada de espaços por outras instituições, como as ONGs. Além de chamarem atenção para os problemas de gestão pública, participam na formulação de políticas públicas, fornecendo, muitas vezes, recursos para tornar viáveis os projetos e programas políticos. Por outro lado, há questionamentos com relação a esta parceria, na medida em que não são supervisionadas pelos governos, há dúvidas com relação as suas ações não serem meramente filantrópicas, desprovidas de outros interesses.

Um dado importante que deve ser considerado diz respeito à projeção que as ONGs estão assumindo na implementação de Unidades de Conservação no Estado do Amazonas, tendo em vista o interesse declarado em garantir o equilíbrio do ecossistema local. Inúmeras áreas de proteção no Estado estão sendo geridas por estas organizações, com vistas ao desenvolvimento potencial do ecoturismo. Um fator complicador, nesse processo, tem sido a presença humana nessas áreas, haja vista a possível ameaça que possam representar para a concepção ideológica destas instituições. Em muitos casos são dadas prioridades para esta nova política, mediante a desapropriação de áreas de moradia, com potencial ecoturístico, para a implantação de Unidades de Conservação.

Nesse processo, novos atores entraram em cena na luta pela proteção da Amazônia, tendo em vista que o número de áreas desmatadas estava aumentando significativamente. As ONG'S, imprensa, cientistas, ambientalistas e intelectuais passaram a pressionar os gestores políticos quanto aos problemas relacionados ao meio ambiente, de modo que em 1988 foi criado o Programa Nossa Natureza, com a finalidade de apresentar uma Nova Política Nacional de Meio Ambiente. Mediante os estudos realizados a partir de então, as preocupações e recomendações passaram a ser pauta nas discussões a respeito da questão territorial.

Os aspectos técnicos e metodológicos relacionados ao ordenamento territorial passaram a ser prioridade do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)⁸. Com esta nova formulação o zoneamento deveria identificar e mapear as potencialidades naturais das regiões (em outras palavras, trata-se da definição de novas rotas para a colonização, sendo agora uma

⁸ Consistiu no desdobramento do Zoneamento Ambiental, sendo que no novo conceito deveriam ser inseridos elementos de dimensão econômica e social, não mais apenas ambiental.

colonização sustentável), o aproveitamento econômico dos recursos naturais precisaria estar baseado nos conhecimentos diversos sobre o meio ambiente. Dentro das propostas metodológicas apresentadas cabe dar destaque aos estudos de Ab' Saber, uma vez que este autor buscou enquadrar os tipos de regiões que poderiam ser objeto do ZEE e para isso, era preciso recorrer a outras disciplinas que pudessem identificar essas potencialidades e indicá-las por meio de técnicas cartográficas (MELLO, 2006:77).

No entanto, este instrumento foi pouco efetivo, embora tenha sido bem aceito. O próprio Ab'Saber apontou as limitações e dificuldades deste instrumento, afirmando ser sua metodologia demorada e onerosa, uma vez que necessitava de um trabalho apurado em cada região. Além disso, havia o descompasso entre as metodologias relacionadas às ciências naturais e sociais, na qual a base desta pesquisa estava sedimentada. Em resumo, houve grande avanço na elaboração de novas idéias e sugestões ecológico-ambientais, no sentido de minimizar os impactos sentidos em todo o mundo. As problemáticas relacionadas à questão ambiental passaram a ser discutidas em todos os setores da sociedade, aumentando consideravelmente as parcerias no processo de tomada de decisões.

De acordo com Antônio Carlos Diegues (2004:13), os parques e reservas constituem os principais instrumentos na estratégia de conservação da natureza, sobretudo, em países de terceiro mundo. O ideal é manter o homem afastado dessas áreas, a fim de garantir o equilíbrio natural e desenvolver o potencial ecoturístico, a exemplo dos parques ambientais norte-americanos. Estamos diante de uma nova política de ocupação territorial, cujo principal objetivo é garantir a sustentabilidade do rico ecossistema amazônico. Para isso, os espaços com importantes atributos ecológicos são protegidos, tal como a reprodução do mito do paraíso perdido.

Originária dos Estados Unidos, a idéia de Parques Nacionais surgiu em função da criação dos *Wilderness*, que consistiam em grandes áreas não habitadas que se propunham à recreação das populações urbanas, uma vez que diante do processo de urbanização acelerada essas áreas foram extintas das grandes cidades. A busca pelo paraíso terrestre sempre esteve presente no imaginário ocidental, parece ter sido à base de sustentação ideológica dos primeiros conservacionistas americanos. Essa idéia de conservação do mundo natural pode ser sintetizada na teoria do engenheiro florestal Gifford Pinchot, precursor das idéias que hoje conhecemos como “desenvolvimento sustentável” (DIEGUES, 2004:29).

Para Pinchot a conservação da natureza deveria estar baseada nos seguintes princípios: uso dos recursos naturais pelas gerações presentes, prevenção de desperdícios e uso dos

recursos naturais para benefício de todas as populações. Segundo o autor os recursos naturais devem ser usados para benefício de todos, incluindo as gerações futuras, para isso, é preciso combater o uso dos recursos dentro da lógica do sistema capitalista, como mercadorias. Essas ideias tornaram-se importantes para os debates que surgiram posteriormente em torno de conceitos como ecodesenvolvimento, entre “desenvolvimentistas” e “conservacionistas”.

Nesse contexto, a ideia de que as pessoas deveriam ser afastadas dessas áreas foi severamente criticada, pois esta perspectiva advoga a favor da proteção do mundo natural, desconsiderando a participação do homem nele. Percebe-se uma separação da humanidade e da natureza, um modelo devastador, sobretudo, para os ditos “povos tradicionais”, cuja relação com a natureza é de modo diferenciado. Grande parte das entidades gestoras desses projetos vê os grupos sociais dessas áreas como ameaças à vida selvagem, desprezando as oportunidades em potencializá-las como gestoras do próprio ambiente em que vivem, tal como ocorre naturalmente. Na realidade, há um grande receio no desenvolvimento de entidades associativistas que garantam os seus direitos em permanecer na terra em que viveram seus antepassados.

Em sua obra *Viagem das Idéias*, Renan Freitas Pinto destaca que em determinados momentos há a criação de correntes de pensamentos predominantes, a partir das quais se passa a sentir, agir e perceber o mundo das coisas e dos homens. A exemplo disso a Amazônia sempre esteve presente em reflexões e torno de temas como o surgimento do Estado e da sociedade e continua a fornecer elementos para a recriação de novas polarizações, tal como a recriação da imagem ideológica do “bom selvagem” presente em ideias como as dos povos “tradicionais”, da “floresta”, “ribeirinhos”. Portanto, uma nova romantização no processo de interpretação da Amazônia. Para o autor estamos diante da produção de um novo senso comum sustentado pelas noções de meio ambiente, biodiversidade, desenvolvimento sustentável, populações ribeirinhas, expressões presentes em grande parte dos escritos que tem sido produzido hoje na região.

De acordo com Pinto (2005), as ideias que dão forma ao pensamento social na Amazônia implica na leitura de autores do pensamento moderno como Montaigne, Hobbes, Rousseau e Hegel, bem como nas ideias desenvolvidas a partir de suas obras. Em *Os canibais*, Montaigne discute a vida dos índios “descobertos” na América. Buscava fundar uma perspectiva relativista que acusava os seus contemporâneos de eurocêntricos e etnocêntricos. Destacava que o conhecimento dos povos distantes deveria contribuir para melhorar os padrões de organização política das nações européias (PINTO, 2005:98-99).

Estas considerações buscam ressaltar o sentido que existe para uma compreensão satisfatória a respeito dos modos de viver na Amazônia, que refletem na forma como a região vem sendo interpretada mediante a criação de conceitos e preconceitos. As idéias e os pensamentos se investem de significados e percorrem os espaços reais e do imaginário da vida em sociedade. Investir num projeto de compreensão da realidade amazônica consiste em buscar e fundar idéias, moldar novos comportamentos, ampliar os campos de conhecimento e expectativas.

4 As rotas da reflexividade

Índios, caboclos, ribeirinhos, seringueiros, cabanos, há toda uma confluência de tipos sociais na condição de “povo novo”. Para Darcy Ribeiro, novo porque inauguramos uma estruturação societária e uma organização socioeconômica, diferenciada em suas matrizes formadoras, mestiçada, dinamizada e sincrética, fundamentada em vários tipos de escravismos e servidão. Ainda assim, podemos falar de uma entidade nacional, tipicamente brasileira. Pois ainda que haja diferenças e especificidades regionais, os brasileiros estão integrados numa única etnia nacional, um só povo em uma nação unificada. Diante dos antagonismos sociais, esta unidade nacional surge não da opressão e unificação política forçada, tampouco da estreitíssima camada dos privilegiados, mas surge da força de trabalho escrava, recrutada para servir aos propósitos alheios (RIBEIRO, 2001:21-23).

No entanto, esta suposta unidade nacional mascara uma falsa democracia racial, uma falsa idéia de que todos os brasileiros, de diferentes procedências, vivem harmonicamente e aceitando suas diferenças. Há uma tendência em criar condições de tolerância diante das desigualdades sociais, onde os abismos sociais raramente são percebidos. Segundo Darcy Ribeiro (2001:25), é preciso enfrentar lucidamente estes problemas, concatenar as energias e usá-las politicamente, uma vez que o povo brasileiro já pagou um preço caro em suas lutas históricas.

Mas a construção de um novo projeto político e social requer a superação do estágio “quase” insuperável da colonização. Houve uma superação da colonização política das nações européias, mas a colonização cultural e social permanece viva nas práticas sociais e modos de vida. Não podemos deixar de mencionar que as relações sociais no Brasil também mascaram rigorosas diferenciações entre as pessoas, pois a prática colonialista é incapaz de reconhecer o

outro como igual, é incapaz de permitir a emancipação social na medida em que trata o outro como inferior.

Por essa razão, Boaventura de Sousa Santos sugere a reinvenção da emancipação social, pois somente a superação desta condição de povo colonizado possibilitará a transição para uma nova fase, mas para isso é preciso aprender com as experiências e se lançar em busca de novos projetos e perspectivas de vida. A emancipação social continua sendo um dos maiores objetivos como também um dos maiores entraves das sociedades modernas ocidentais, uma condição que ainda não foi alcançada (SANTOS, 2007:16-19).

Stuart Hall questiona os limites do colonialismo, se o que caracteriza as condições da colonização é a oposição entre colonizadores e colonizados, porque devemos entender que a conjuntura pós-colonial está enquadrada em um tempo de diferença? Na verdade, o termo pós-colonial sugere uma série de ambigüidades teóricas e políticas, uma vez que obscurece as distinções entre colonizadores e colonizados, funde histórias e temporalidades, formações raciais distintas em uma categoria universalizante. Para Stuart Hall, a pós-colonização precisa ser um projeto global, sua visibilidade precisa ser um acontecimento de significância global, senão seria mais uma condição de campos de forças de “poder-saber” (HALL, 2003:102).

A superação da condição de inferioridade não é algo que esteja diretamente vinculada à condição econômica ou política de um país, mas a condição de aceitação e reconhecimento não da diferença, do exótico, mas da autenticidade, da diversidade de práticas culturais e modos de vida. O Brasil, atualmente, ainda sofre os reflexos da mentalidade dominadora e opressora da colonização, ao que parece, reproduz estas práticas em suas estratégias de desenvolvimento e crescimento econômico, como destacamos anteriormente com os inúmeros projetos, programas, empreendimentos que nada mais fazem que reelaborar suas estratégias fracassadas e impositivas.

A apropriação das riquezas e elaboração de um novo *el dorado* continua motivando empresários e políticos em todos os espaços da região, a cada novo momento histórico da política são redefinidas práticas de colonização, convocados novos colonizadores/colonizados e o Brasil continua não dando certo, como afirma Darcy Ribeiro. Sem dúvida, este fator está diretamente relacionado à forma como vem sendo construído o pensamento social na Amazônia. A apropriação de alguns conceitos e termos corrobora para a formação e reprodução de uma mentalidade colonialista, a partir do momento em que esta apropriação não se dá de forma reflexiva, evita o confronto e a aceitação de uma realidade construída sob alicerces falsos e enganosos.

A noção de “reflexividade” apresentada por Giddens e Beck possibilita esta condição de autoconfrontação que a sociedade moderna produz, tal como uma possibilidade de se olhar diante do espelho e perceber uma imagem estranha para si mesmo. Esta posição de reflexividade pode ser experimentada pelos sujeitos sociais da colonização amazônica na medida em que são confrontados com eles mesmos, uns com os outros e com a própria imagem que é formada nesse processo de autoconfrontação. As conseqüências de um sistema colonialista devastador não podem ser enumeradas completamente, entretanto, podem ser visualizadas em cada contexto de análise. Apenas quando os efeitos desse sistema passam a ser identificados e refletidos é que se coloca em marcha o *processo de descolonização*.

O conceito de “modernização reflexiva” não sugere apenas os significados e sinônimos do adjetivo reflexivo, mas uma idéia de *autoconfrontação*. Em outras palavras, a sociedade ocidental é confrontada por questões que desafiam as premissas fundamentais do seu próprio sistema social e político. É como se houvesse uma autodestruição da sociedade industrial, em função da suposta vitória da modernização ocidental. A modernização reflexiva significa a desincorporação de determinadas formas sociais industriais. Segundo o autor: “Este novo estágio, em que o progresso pode se transformar em autodestruição, em que um tipo de modernização destrói outro e o modifica, é o que eu chamo de etapa da modernização reflexiva” (BECK, 1997:42). Significa o momento de autoconfrontação com os efeitos da sociedade de risco, é quando começam a tomar corpo as ameaças produzidas no caminho das sociedades.

As sociedades se tornam reflexivas quando elas passam a ser um tema e um problema para elas próprias. E dentro desta lógica, instrumentalmente racional, estão as questões de risco que anulam as questões de ordem, pois possuem um pluralismo imanente. Isso torna a sociedade de risco, tendencialmente, uma sociedade autocrítica. Na verdade, esta crítica toma fôlego e se torna autônoma, de modo que todas as atividades passam a ser monitoradas, são suscetíveis a revisão. Portanto, a questão da reflexividade é fundamental para a construção da individualidade na sociedade contemporânea. Não se trata de “individualização” aqui como sinônimo de isolamento, atomização ou desconexão dos indivíduos com a sociedade. Para Beck, “individualização significa, primeiro, a desincorporação e, segundo, a reincorporação dos modos de vida da sociedade industrial por outros novos, onde os indivíduos devem produzir, representar e acomodar suas próprias biografias” (BECK, 1997:24).

Há no processo de individualização uma desintegração das certezas da sociedade industrial, bem como o surgimento de novas interdependências em escala global. Trata-se

uma “biografia padronizada” do tipo “faça você mesmo”, de acordo com Giddens, uma biografia reflexiva. Embora esse processo de individualização tenha origens históricas e longínquas, partiremos, especificamente, dos seus contextos modernos que possibilitam aos sujeitos autonomia em suas escolhas e decisões. Tal como afirma Giddens, não estamos alcançando um período de pós-modernidade, estamos vivendo um período em que as conseqüências da modernidade se tornaram mais radicais e universais, até mesmo mais perceptíveis. Enfim, um período em que os indivíduos são levados a fazer uso crescente de suas faculdades reflexivas.

Diante deste contexto não existem fronteiras que marcam as escalas de desenvolvimento, tal como ocorreu no decorrer da história com os sistemas expansionistas e colonialistas, todas as sociedades contemporâneas estão envolvidas nesta condição de reflexividade. É chegado o momento de alcance a consciência de si, de envolvimento em um contexto social mais abrangente, de afastar as dicotomias empobrecedoras (moderno/tradicional; primitivo/desenvolvido: superior/inferior).

O que ocorre, na verdade, é um afastamento natural de perspectivas de compreensão convencionais que tendem a nos afastar dos tipos tradicionais de ordem social, em razão das mudanças engendradas nas sociedades serem mais profundas que em qualquer outro período precedente. Essas mudanças aceleradas geram o que Giddens define como *descontinuidade* no tempo e no espaço. É preciso entender as descontinuidades como uma espécie de desenvolvimento desigual e nem sempre combinado da própria modernidade, ou melhor, como as conseqüências da própria modernidade. Estão presentes nas várias fases do desenvolvimento histórico, tecendo pontos de conexão entre os aspectos da vida moderna e os da vida tradicional.

Esta descontinuidade está presente na realidade amazônica quando coexistem modos de vida tradicionais e modernos, ao contrário do que pensa parte da mentalidade brasileira, o sujeito na Amazônia não está cristalizado no tempo, apesar de manter suas práticas ditas tradicionais, recebe influências diversas da sociedade urbano-industrial. Portanto, é preciso perceber que a descontinuidade, tal como proposta por Giddens, se faz presente na realidade cotidiana das sociedades em diferentes contextos e circunstâncias históricas.

Afinal, para quem se permite mergulhar no universo amazônico, deve compreender que essa realidade não é homogênea tampouco uniforme, pelo contrário, mascara relações sociais diferenciadas e rejeições. Aqui se torna necessário retomar o processo histórico de construção e desconstrução do sujeito social. Nesse oceano de acontecimentos, o sujeito está

inserido em um processo constante de refazer e reinventar sua própria história. Desse modo, não podemos identificar um ou outro período ou contrastá-los. A idéia é desconstruir, perceber que a história, mesmo quando compreendida como totalidade, sempre se apresenta como algo inacabado e indeterminado – a história deve ser compreendida como unidade em sua organização e transformação. Assim, é preciso perceber que essas discontinuidades envolvem e estão envolvidas nos ritmos das mudanças – a modernidade é por natureza multidimensional no âmbito das instituições.

Como afirma Giddens, o dinamismo da modernidade desloca o espaço através do tempo. Na modernidade o espaço é “arrancado” do tempo, as pessoas podem estar localmente distantes uma da outra, mas não deixam de receber influências entre si. O lugar adquire uma condição fantasmagórica, ele pode não estar visível, mas permanece moldando as vidas das pessoas. Esse caráter *desencaixado* da modernidade garante a expansão, cada vez maior, das possibilidades de mudanças, ligando o global ao local e o local ao global na vida cotidiana. Na Amazônia, como no resto do mundo, as condições naturais são imperativas, mas não sem as mediações da cultura objetivada em práticas sociais e modos de vida que as dominam. As possibilidades de mudanças estão em todas as partes, o acesso a informações e tecnologias garante uma era de transições, de separações e de fusões. Essas diferenciações ocorrem de modo gradual e interno, algumas são assimiladas e outras são rejeitadas. Ambas as possibilidades fazem parte das escolhas e dos interesses que não podem ser compreendidos facilmente.

Em outras palavras, todas as sociedades permanecem permeadas por um tipo ou outro de tradição, que coexistem com os elementos da modernidade. Embora a modernidade sempre se coloque em oposição à tradição, dissolvendo alguns dos seus elementos, reconstrói aqueles que são fundantes para a sua manutenção. A tradição está orientada para o passado, sendo que este exerce forte influência sobre o presente. Com a repetição, o futuro volta ao passado, aproximando o passado para reconstruir o presente. E o que mantém esta tradição viva, não é o tempo, mas a sua autenticidade e integridade. Deste modo, a tradição está, necessariamente, ligada à memória dos seus guardiães. É um processo ativo e social que não pode ser tido apenas como lembrança. “A tradição é um meio organizador da memória coletiva” (GIDDENS, 1997:80-82). Seu conteúdo é normativo e age nos processos interpretativos por que conectam o passado e o presente; se a tradição se desvanece é porque esta memória foi duramente exposta. A repetição perdeu sua conexão com a verdade.

É esta repetição que mantém a segurança de estarmos em um mundo que conhecemos, é um modo de evitar a exposição a valores e maneiras “estranhas”. Nesse contexto, entra a idéia de Giddens sobre as “escolhas”. A escolha tem a ver com a “colonização do futuro” em relação ao passado, além de envolver relações de poder. Quando as tradições estão ameaçadas em sua integridade, há, também, a ameaça à integridade do “eu”. Portanto, no mundo moderno as tradições não desaparecem totalmente. Para Giddens: “As tradições podem ser defendidas em seus próprios termos, ou em contraposição a um contexto mais dialógico” (GIDDENS, 1997:123). O que faz as tradições persistirem no mundo moderno são as suas possibilidades de justificação discursiva.

Trata-se de uma “democracia dialógica” que se reflete na autenticidade do outro, onde as opiniões, idéias e controvérsias podem ser debatidas. São desenvolvidas formas autênticas de vida humana que pouco devem às tradições, mas onde a defesa da tradição também é importante. Quando a ação tradicional está pautada, fundamentalmente, na repetição e na rotina, sugere uma realidade não reflexiva, pois o presente dá legitimidade ao passado e mantém inquestionáveis os padrões tradicionais. Não se trata de desconstruir esses padrões tradicionais, mas de garantir condições de reflexividade dos mesmos:

Nas civilizações pré-modernas, contudo, a reflexividade está ainda em grande parte limitada à reinterpretação e esclarecimento da tradição, de modo que nas balanças do tempo o lado do “passado” está muito mais abaixo, pelo uso, do que o do “futuro”. Além disso, na medida em que a capacidade de ler e escrever é monopólio de poucos, a rotinização da vida cotidiana permanece presa à tradição no antigo sentido (GIDDENS, 1997:45).

Na modernidade, a reflexividade é introduzida na própria base da reprodução do sistema, onde o pensamento e a ação estão refratados entre si. As práticas não são sancionadas por serem tradicionais, mas quando são justificadas à luz do conhecimento. “A reflexividade da vida social consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz da informação, renovadas sobre estas próprias práticas alterando assim constitutivamente seu caráter” (GIDDENS, 1991:45). A modernidade está, portanto, diretamente relacionada a uma contínua geração de autoconhecimento sistemático.

Com base nas contribuições de Giddens e Beck, tomamos a noção de *reflexividade* para compreender este momento da política de colonização da Amazônia. Se os outros momentos, indicados nas rotas de ocupação, integração e sustentabilidade, tenderam a favorecer empresários e políticos de todos os lugares do mundo, o último momento destacado nesta perspectiva analítica tende a favorecer quem? Ainda que não tenhamos meios para

Itacoatiara é a quinta maior cidade do Estado do Amazonas, perdendo apenas para Manaus, Parintins, Coari e Manacapuru. Da população total, 87,0% moram no meio urbano e 13,0%, no meio rural – sendo que 52,1% são mulheres e 47,9% são homens. No período entre 1991 e 2000, a população de Itacoatiara obteve uma taxa média de crescimento anual de 2,39%, passando de 58.757, em 1991, para 72.105, em 2000. A taxa de urbanização cresceu 1,3% passando de 63,6%, em 1991, para 64,4% em 2000. Em 2000, a população do município de Itacoatiara representava 2,56% da população total do estado do Amazonas e 0,04% da população do País.

Como é possível perceber há uma grande disparidade entre a população que reside na área urbana e a população que reside na área rural, este fator se deve, sobretudo, ao acelerado crescimento da cidade desde os anos de 1960, que atraiu inúmeras famílias para a área urbana. Atualmente, a extensão territorial de Itacoatiara está em seu limite de ocupação, o que pode ser observado no crescimento de bairros pobres e famílias sem condições mínimas de sobrevivência. A disputa por terras no município tem dado início a conflitos e desentendimentos entre sua população, haja vista a formação de segmentos populares que lutam por terra (Box 03).

Atualmente, a área urbana de Itacoatiara é composta por 18 bairros, são eles: Centro, Colônia, Jauary, São Jorge, Santa Luzia, Araújo Costa, Tiradentes, Santo Antonio, São Cristóvão, Prainha, São Francisco, Iracy e Pedreiras. E quatro conjuntos residenciais: Novo Horizonte, Mutirão, Mil Madeireira e Sham. A área rural é composta por 04 vilas estruturadas: Lindóia, Novo Remanso, Engenho e Batista, conta ainda com 240 comunidades rurais. Apesar do crescimento demográfico acelerado e expansão urbana, a cidade de Itacoatiara possui boa infraestrutura e disposição de serviços públicos básicos (educação, saúde, energia elétrica, habitação, saneamento e segurança), quando comparada com outros municípios do Estado. Os serviços de saneamento básico são disponibilizados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMINF.

A organização institucional do município está estruturada na presença de instituições, associações e outras organizações sociais. Em nível federal a cidade possui 12 instituições, cabe destacar: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Universidade Federal do Amazonas – UFAM; e a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Há 16 órgãos estaduais presentes no município e 14 órgãos municipais, com destaque a Universidade Estadual do Amazonas – UEA. Além desses órgãos, há uma forte presença de Organizações Não-Governamentais (ONG's) no município,

com 14 instituições e 16 cooperativas e sindicatos. Como é possível observar na listagem abaixo:

Quadro 05 – Lista das Organizações Sociais locais

Listagem das Instituições, associações e outras organizações sociais
Colônia dos Pescadores
Cooperativa dos Taxistas de Itacoatiara
Associação Comercial de Itacoatiara – ACI
Prelazia de Itacoatiara
Sindicato dos Condutores de Automóveis
Sindicato Rural
Associação Com. dos Produtores do Sagrado Coração de Jesus – ASCOPE
Cooperativa dos Taxistas de Itacoatiara
Cooperativa de Transporte Alternativo Sustentado
Cooperativa Agropecuária Mista de Itacoatiara
Sindicato dos Estivadores
Sindicato das Indústrias Madeireiras de Exportação de ITA – SIMEX
Sindicato dos Trabalhadores em Educação
Sindicato dos Mototaxistas de Itacoatiara
Sindicato das Empresas de Transporte de Itacoatiara – SETRAMITA
Sindicato Oficial dos Madeireiros Trabalhadores da Indústria de Serrarias e Moveleiras de ITA

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

A economia do município é, também, complexa. Ao contrário da realidade encontrada na maioria das cidades do Estado, onde há maior desenvolvimento no setor primário e terciário e um grande déficit no setor secundário, em Itacoatiara o setor secundário durante algumas décadas sustentou a economia do município. Fator responsável pela enorme expansão da cidade e crescimento demográfico. Na Zona Urbana, a indústria e o setor de serviços foram expressivos no que se refere à geração de empregos e renda, caracterizados por empreendimentos de diferentes portes, como o entreposto de grãos de soja da Hermasa, que garante a chegada e transporte de matéria-prima de várias regiões do país.

Há em Itacoatiara 1.113 empresas cadastradas nas seguintes categorias: firma mercantil individual (938 empresas), sociedade de empresa privada por quota de responsabilidade limitada (161 empresas) e sociedade de empresa privada anônima fechada (13 empresas). O setor terciário gira em torno de empresas do ramo de atacado, varejo e serviços. Dentre esses principais serviços estão: transportes, bancários, turísticos, imobiliários, entre outros.

Contudo, foi à indústria madeireira que deu o grande impulso a economia local, tornando o município um dos maiores exportadores de madeira do mundo. Com os incentivos fiscais dos governos militares, essas empresas facilmente foram atraídas para a cidade ao final dos anos de 1960, contribuindo o fato de Itacoatiara dispor de localização privilegiada e estruturada. Deste modo, a instalação dessas empresas na cidade caracterizava-se como um empreendimento de grande porte, redimensionando toda a dinâmica local e criando novas perspectivas de vida. A grande mudança seria no âmbito econômico, como de praxe, não para os trabalhadores de Itacoatiara, mas para os empresários que estavam investindo no negócio.

Para os governos locais seria uma ótima oportunidade de dar um salto na economia local e conquistar a tão sonhada integração para o desenvolvimento. Além disso, poderia empregar a mão-de-obra ociosa que era muito grande no interior, com as empresas poderiam ser disponibilizadas oportunidades em empregos diretos, na indústria de beneficiamento da madeira, e os empregos indiretos, que eram fomentados no interior, na floresta, onde os extrativistas locais colhiam toras de madeira e abatiam a madeira para trazer para Itacoatiara. Evidentemente, os empregos eram distribuídos fartamente. Esta realidade tão pouco previsível no interior do Estado atraiu inúmeras famílias para a cidade, aliás, muitas dessas famílias foram requisitadas pelas empresas.

A questão é que, além da mão-de-obra farta e barata disponibilizada no município, havia um fator diferenciador – o saber local. O alvo dessas empresas era o chefe de família, conhecedor da floresta, capaz de identificar a área propícia à extração de madeira e de indicar cada tipo de espécie florestal existente na região. Não era necessário investir na contratação de especialistas e engenheiros de altos salários, pois aqueles sujeitos que residiam nas comunidades rurais eram detentores de todo o conhecimento que necessitavam para desenvolver o trabalho. De acordo com Francisco Gomes⁹:

Havia nos beiradões uma mão-de-obra farta e barata e entre parênteses “qualificada” no seu modos vivendi operacional de serem caboclos, de serem extrativistas, então, tudo isso facilitou, facilitou o incentivo fiscal do governo que era forte, que era farto, facilitou no caso a ajuda das prefeituras, da prefeitura de Itacoatiara de arranjar as terras para eles se localizarem, facilitou o problema do mercado ser altamente acessível, a indústria de móveis, [...] tinha a exploração da mão-de-obra barata, farta, experiente, que tinha conhecimento de seus ancestrais, que conhecia a madeira ao olhar, que madeira é essa? Angeli, muraquatiara...então, era

⁹ Francisco Gomes da Silva é historiador, membro do Instituto Geográfico e Histórico e da Academia Amazonense de Letras, é nascido no município de Itacoatiara, tem se destacado pela produção de uma extensa bibliografia sobre o município. Dentre as quais destacamos: A igreja de Nossa Senhora do Rosário de Itacoatiara; Pedro Gomes: meu pai; Itacoatiara: roteiro de uma cidade; Cronografia de Itacoatiara: apontamentos para a história do município.

fácil, eles não contratavam técnicos caríssimos de fora para visualizar aquela madeira, porque tava ali no interior o cara que conhecia, então esse era um dado, um outro dado era a velocidade com que eles tinham o material que era só chegar na floresta com trator e moto-serra e tirar (Francisco Gomes, Historiador, outubro de 2009)

O apelo social era um grande argumento. Pessoas que nunca tiveram suas carteiras de trabalho assinadas, viam diante de si a oportunidade em melhorar a qualidade de suas vidas e de suas famílias. A notícia era divulgada nas rádios, principal meio de informação local, e propagada entre todas as comunidades rurais do município e dos municípios vizinhos. Logo, inúmeras famílias estavam em vias de providenciar suas transferências para a cidade e para um novo modo de vida. Contudo, a vida na cidade cria muitas expectativas, facilita o acesso aos serviços públicos básicos, requer sacrifícios compensatórios. Seguindo esta linha de raciocínio muitas famílias partem em busca da mudança, de garantias e perspectivas de melhorias. Esse fator tem se repetido ao longo dos anos, acentuando cada vez mais as disparidades inter-regionais.

As condições limitantes de infraestrutura básica em localidades rurais na Amazônia ainda constituem, sem dúvida, um dos fatores determinantes para o deslocamento de populações rurais para os centros urbanos. O abandono das áreas rurais de produção se dá, sobretudo, em função da ausência de serviços públicos básicos, como educação, saúde, energia e água tratada. A idéia de encontrar melhores condições de vida na cidade acaba levando muitas famílias ao ato de mudar e apostar na sorte. Esses fatores se apresentam de modo recorrente entre as principais causas para a migração nos municípios do estado do Amazonas, muitas famílias abandonam suas propriedades ou vendem para viver nas periferias dos centros urbanos e sedes municipais.

Na verdade, houve um período em que as madeireiras em Itacoatiara chegaram a empregar milhares de pessoas, sustentando a economia do município de modo satisfatório. Itacoatiara passou a ser conhecida, nacional e internacionalmente, como o pólo da indústria madeireira no Amazonas, contando com 5 estaleiros (construção e conserto de barcos), 17 fábricas de móveis e 5 serrarias. A maior parte da matéria-prima utilizada era oriunda das florestas de várzea, situadas ao longo dos rios Purus, Juruá, Solimões, Madeira, Urubu, e Uatumã. E florestas de terra firme, localizadas nas proximidades da sede municipal. O setor madeireiro estava representado pelas empresas: GETHAL Amazonas Indústria de Madeira Compensada S.A, Precious Woods Amazon (Mil Madeireira e Carolina), Braspor Madeiras Ltda, MW Florestal do Brasil Ltda e Reflorestadora Holanda Ltda (Box 04).

Como é possível perceber, a produção e rentabilidade dessas empresas era significativa, com índices que cresciam ano após ano. A Gethal chegou a produzir aproximadamente 500.000,00 m³ no período de um ano, o equivalente a 13.529.301,87 dólares. Seguida da empresa Mil Madeireira com 2.655.337,26 dólares, considerando o faturamento de todas as empresas, no período de janeiro de 2001 a novembro de 2002 o total do faturamento foi 17.777.984,73 dólares. Este período foi, justamente, o período que algumas dessas empresas estavam fechando suas portas, algumas declararam falência e abandonaram a cidade. As que permaneceram reduziram, consideravelmente, suas despesas, com cortes em seus orçamentos e pessoal. A principal razão para este quadro problemático seria a disseminação de movimentos ecologistas e ambientalistas que se posicionavam contra o uso indiscriminado dos recursos florestais. Segundo Gomes:

[...] a partir do instante que os movimentos em defesa da ecologia e do meio ambiente começaram a se disseminar (o Greenpeace começou a entrar na região e agir fortemente, o IBAMA começou também a se posicionar em defesa da Amazônia) essas coisas todas que você conhece, houve uma retração dessa política. Então, as empresas foram obrigadas a reduzir, e forçados pela falta de lucro elevado que eles obtinham anteriormente, tiveram que fechar, num determinado momento, na ânsia de lucro, essas empresas exageraram no desmatamento, tem uma região em Manicoré que era um dos centros que eles operavam para extrair a madeira, está totalmente descaracterizado. Eles tentaram fazer enfeitando, porque a política governamental dizia que eles se estabelecessem, mas também agissem no reflorestamento, e esse reflorestamento era uma falácia, eles, na realidade, nunca reflorestaram. Eles criaram aqui próximo de Itacoatiara um instituto de reflorestamento, andaram plantando alguns milhares de árvores que nunca foram pra frente, se você passar lá, infelizmente, não vingou, não prosperou. Então, no momento em que o governo sentiu, forçado pelos ecologistas, mentores da defesa da região, da defesa da Amazônia, forçaram eles a tirarem esses incentivos, o reflorestamento que não acontecia, eles também tiveram uma parcela do seu lucro diminuído, aí tiveram que sair (Francisco Gomes, Historiador, outubro de 2009).

E muitas saíram. Resultado? Inúmeras pessoas desempregadas. Estas pessoas que haviam mudado para a cidade em função da oportunidade de emprego nessas empresas, agora estavam sem perspectiva nenhuma. A maioria delas, ao sair das comunidades, havia vendido suas pequenas propriedades, outras estavam instaladas na cidade que oferecia melhor educação para os seus filhos. Pela primeira vez, muitas dessas famílias se depararam com as insuficiências do “suposto” mercado de trabalho na cidade. Ainda que os chamados “bicos” e pequenas prestações de serviços garantam a refeição de cada dia, as antigas perspectivas de melhorias de vida se perderam no processo de descontrole e desestruturação do sustento de suas famílias.

A desestruturação não atinge apenas o bolso desses trabalhadores, mas desestrutura a economia de um modo geral. Afinal, as empresas madeireiras se caracterizavam como o grande sustentáculo da economia local, com a quebra desse contrato, há uma desestruturação em todos os setores. Durante logo tempo, essas empresas contrataram milhares de pessoas, metade das famílias da cidade eram sustentadas pelos salários das empresas. E por incrível que pareça, a cidade parece ter adormecido durante esse período, a economia girava, sobretudo, em torno do setor madeireiro. O desastre não poderia ser pior. De acordo com Gomes:

A Gethal teve uma época que teve três mil trabalhadores diretos e dez mil indiretos, esse é um universo forte, você sabe que um trabalhador empregado alimenta cinco, dez da sua família, se você multiplicar, eram cinquenta mil pessoas, a população de Silves, metade da população de Itacoatiara tava alimentada, tinha previdência, assistência médica, não muito boa, como você sabe a assistência medica no Brasil não é fácil, sobretudo, no interior, mas tinha uma assistência. Eles saíram de um estágio de abandono, para um estágio em que estavam se olhando como uma pessoa. Carteira assinada, previdência social, assistência medica dentária, gente que nunca obturou dente passou a obturar, gente que tinha os dentes todos extraídos, quando doía um dente a solução era a extração, passaram a aperfeiçoar a coisa; aulas de higiene, a vigilância do Ministério do Trabalho pra mostrar que ele era um cidadão e que ele tinha título de trabalho justo, então, isso fomentou (Francisco Gomes, Historiador, outubro de 2009).

Diante deste cenário, a realidade mais concreta era a destruição e o desmatamento de muitos hectares de floresta, mas a ganância pelo lucro não fomentou apenas esse lado negativo da história de Itacoatiara. É preciso destacar que houve um saldo positivo: a motivação para uma consciência política e social. O nascimento do sujeito se dá quando ele começa descobrir os direitos e as formas de contribuição que pode oferecer enquanto cidadão. No momento em que ele começa a fazer parte da vida industrial, quando se vê no embate entre o patrão e o empregado, quando começa a sofrer o choque da realidade, quando percebe que está sendo usado. Esta compreensão surge durante a sua participação na vida social da empresa, nas organizações coletivas da sua classe. Segundo depoimento:

[...] ele começa a acordar, principalmente, se ele tem do lado dele um sindicato que começa a mostrar que o homem é isso, o homem é aquilo, que tem que ir, então, ele começa a acordar, e aí ele se conscientiza, então as madeireiras tiveram como qualquer entidade capitalista que objetiva o lucro e só o lucro, elas tiveram esse azar de ao longo da sua existência ter a parcela de trabalhadores que começaram a se conscientizar e já não aceitavam certas condições de salário, não pagamento de horas extras, problema de invés de colocar o medico, colocava o enfermeiro, enganar com uma injeçãozinha, com um curativo, mas não tinha o medico especialista competente pra ver as condições da diarreia, do osso dele que tava quebrado, muitos acidentes aconteceram, muitos ficaram aleijados,

muitos ficaram inutilizados (Francisco Gomes, Historiador, outubro de 2009).

Grande parte dos trabalhadores desempregados com a “falência” das madeireiras em Itacoatiara passou a desenvolver pequenos trabalhos e serviços para sustentar suas famílias, fator que contribuiu para a busca de alternativas, como a volta para o meio rural. Diante do quadro econômico e estrutural de Itacoatiara, uma das poucas saídas encontradas por esses trabalhadores, que por sinal, não possuíam nenhum tipo de capacitação além daquela oferecida pelas indústrias madeireiras, era a retomada das atividades agrícolas que haviam sido abandonadas com a mudança para a cidade.

Embora a vida na comunidade não oferecesse serviços de energia, educação e saúde, essas famílias possuíam uma relativa autonomia em seus processos de produção, garantindo o sustento de suas famílias de modo satisfatório. Na cidade, esta realidade se inverteu, embora alguns serviços públicos sejam disponibilizados (ainda que precariamente), há uma grande dependência econômica para a garantia do sustento mínimo das famílias. Obviamente, na cidade, não há terras disponíveis para a produção, principal fonte de renda dos trabalhadores rurais da Amazônia, deste modo, outras formas de sustento precisam ser criadas. No entanto sabemos que estas atividades (prestação de serviços) nem sempre garantem as condições básicas de sobrevivência.

Apesar da agricultura não figurar mais como a principal fonte de renda dessas famílias, ainda apresenta elo de identificação, haja vista ser esta uma prática comum, herdada dos pais e avós. O papel da agricultura no centro da economia das sociedades rurais não é novidade, entretanto podemos afirmar que o reconhecimento disto por parte dos próprios trabalhadores rurais é algo diferencial. Além disso, é preciso perceber que este reconhecimento é consequência de um processo de escolhas e mudanças circunstanciais, que se traduz na ida para a cidade e recorrência angustiante da volta para o campo.

Neste contexto, os trabalhadores de Itacoatiara sentiram a necessidade de retomar o trabalho agrícola para que, deste modo, pudessem criar melhores condições de vida para suas famílias. Assim, iniciaram, no ano 2000, um projeto de mobilização dos trabalhadores rurais para a obtenção de novas terras, a Associação dos Produtores Rurais do Município de Silves - ASSOPRAS. Com cerca de 9 anos de existência, a ASSOPRAS tem desenvolvido inúmeras atividades e movimentos no sentido de conseguir novas áreas de terras para abrigar famílias marginalizadas no mercado de trabalho. Inicialmente, as atividades de mobilização estavam vinculadas à comunidade chamada de Jacarezinho, esta comunidade que ocupava áreas de

terras pertencentes a comerciantes locais, deu início ao projeto de regularização das terras. Entretanto, esta mobilização não obteve resultados positivos, sendo que a única alternativa consistia na busca de novas áreas de terras em outras localidades e até municípios:

[...] aí o pessoal resolveu que era melhor a gente procurar uma área de terras que não tivesse problemas com a justiça, foi aí que com o passar do tempo, aí quando chegou ao final de 2003 para 2004, foi quando uma luz clareou para nós, inclusive, através de um companheiro que na época era vereador, ele me orientou, eu e um companheiro meu e outra companheira que estava com a gente, disse: Olha, vocês vão no ITEAM lá em Manaus (Ronaldo, Representante local).

A formalização política e organizada da criação de um assentamento rural obteve resultados positivos em Silves, tendo vista a disponibilidade de áreas pertencentes ao estado para fins de reforma agrária. A área indicada para a implantação do assentamento está localizada no Km 48 da Rodovia AM/363 – estrada da Várzea, ligando Silves a AM/010 – Manaus/Itacoatiara (figura 10). Na área, está localizada a comunidade São João, na qual moram poucas famílias que vivem da produção agrícola. “Então, nós batemos o martelo lá. E de lá ninguém arredou mais o pé, sempre indo lá, sempre fazendo alguma coisa, eu pelo menos era o que mais cutucava porque toda semana eu estava ligando pro ITEAM” (Ronaldo¹⁰, Representante local).

Deste modo, podemos observar que a situação fundiária no município de Itacoatiara é bem singular quando comparada com a realidade encontrada em outros municípios pesquisados. O processo de mobilização encontrado entre os próprios moradores “demandantes de terras” é algo peculiar, tendo em vista que grande parte destes moradores pode ser considerado “passivo social” do processo de desenvolvimento da Amazônia, a custa de malfadados projetos de cunho eminentemente econômico.

Estes reivindicam lotes de terras para garantir o sustento de suas famílias, tendo em vista as dificuldades de obtenção de renda na cidade. Conforme depoimento: “Essa Associação surgiu de um grupo de pessoas que não tinha trabalho, nem terra para cultivar na cidade, como eu tinha uma experiência de associação, [...] organizamos um grupo para lutar pelo direito dessas pessoas a ter uma terra para trabalhar, fundando essa associação para pleitear essa terra” (Ronaldo, Representante Local, maio de 2009). Tal como destacou um representante político do município:

[...] Foi criada pelo município essa migração, com a criação de falsa possibilidade de emprego, os trabalhadores da ASSOPRAS tinham terras e

¹⁰ A fim de preservar a identidade das pessoas entrevistadas na pesquisa, buscamos utilizar nomes fictícios para os mesmos.

venderam suas terras para vir trabalhar nas madeireiras, ou seja, a responsabilidade indiretamente é do município, nós temos a obrigação de minimizar esse prejuízo, sendo nos assentamentos, para devolver o mínimo de social para essas pessoas (F. R. P. A. Representante político de Itacoatiara, 2008).

Os moradores pertencentes à associação são em sua maioria ex-funcionários das empresas madeireiras que faliram na cidade, estão, portanto, na condição de desempregados ou prestadores de pequenos serviços. A situação de pobreza e baixa renda, deixada pela falência das empresas madeireiras de Itacoatiara, gerou um excedente populacional que não possui condições mínimas de sustento. Ainda que estas pessoas possuam pequenas áreas de terras onde estão construídas suas casas em bairros pobres de Itacoatiara, há, claramente, uma situação de grande descontentamento com relação à renda e geração de emprego. Atualmente, grande parte dos trabalhadores entrevistados afirmou não possuir vínculos empregatícios, gerando um impasse para o setor econômico do próprio município.

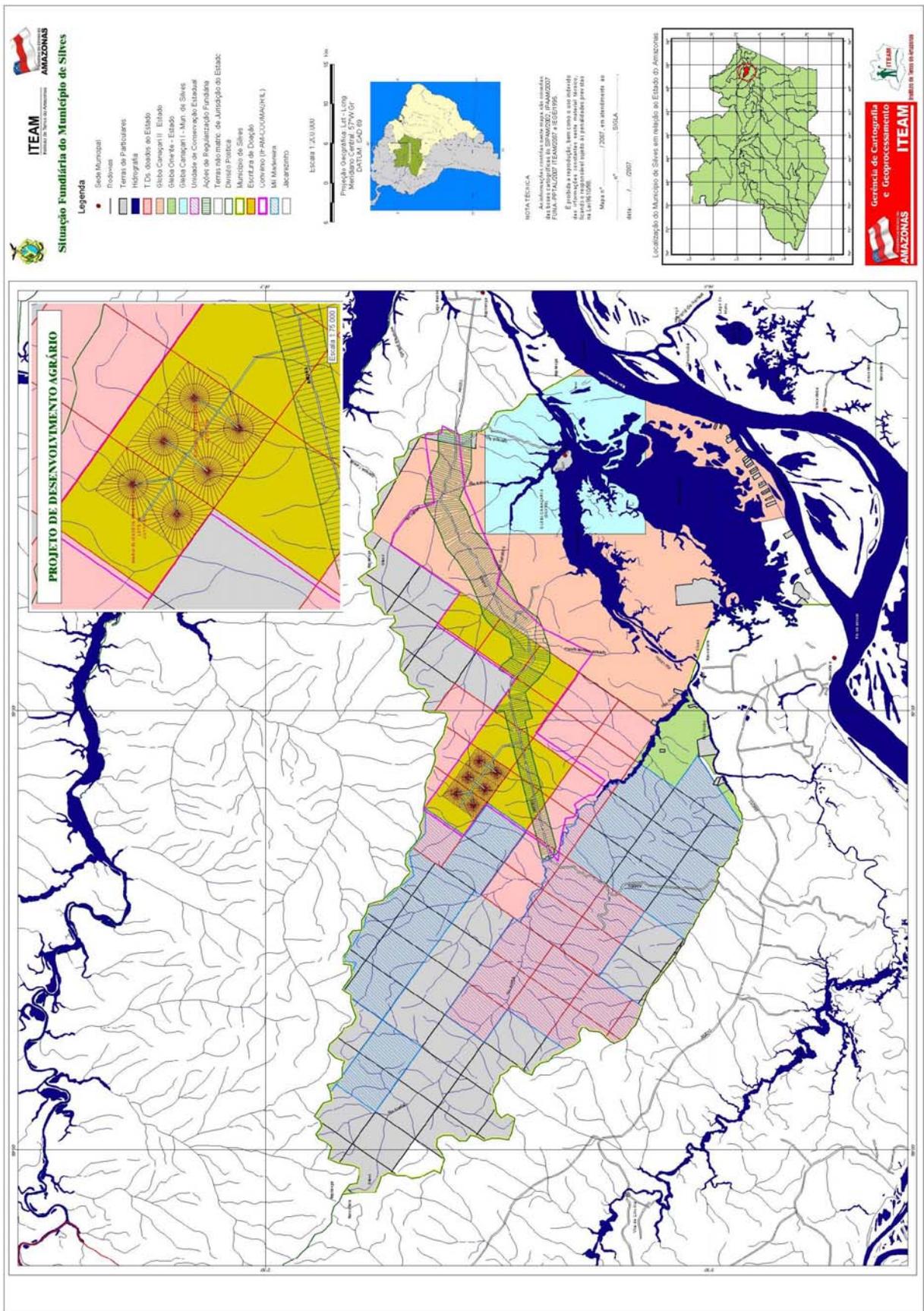


Figura 10 – Área de localização do assentamento, município de Silves
Fonte: Instituto de Terras do Amazonas, 2007.

Não buscamos elaborar um quadro avaliativo das políticas públicas voltadas para a questão fundiária no Estado do Amazonas, mas utilizamos o caso específico de Itacoatiara para relacionar a perspectiva política de colonização engendrada na região. O foco da análise volta-se para o sujeito “demandante de terra” que participa desse processo, cometendo os mesmos erros e apresentando novas estratégias e soluções para os problemas encontrados. Afinal, o processo de colonização de novas terras na Amazônia não é, inteiramente, espontâneo, mas resultante de políticas explícitas de favorecimento de projetos exteriores. Em função disso, os próprios demandantes assumem uma postura crítica e consciente, no sentido de resguardar seus direitos e cumprir com seus deveres:

Você dando uma experiência de vida pra gente, uma experiência de luta, uma experiência de não desistir, é uma experiência de que a gente tem que fazer isso, porque se a gente fizer a gente consegue, mas fazer de uma maneira que não desagrade ninguém, não vá prejudicar ninguém, fazer de uma maneira correta, porque muitas vezes chegou gente que dizia assim, “porque você não invade essa área? Porque se você invadir, você consegue”. E eu era o primeiro a dizer não. Vamos entrar nessa área, mas nós vamos entrar legalmente, e não como invasor, porque se nós entrar como invasor nós não temos direito de nada, se nós entrar legalmente nessa área nós vamos ter alguma coisa (Ronaldo, Representante da ASSOPRAS, Maio de 2009).

É preciso retomar, inicialmente, o nascimento da demanda, a situação de origem – falência das madeiras em Itacoatiara. Este dado é fundamental para levantar o seguinte questionamento: Qual é a verdadeira intenção da política de colonização na Amazônia? Atrair ou expulsar? O caso de Itacoatiara é emblemático para evidenciar o quanto a dimensão social é colocada de lado nas políticas de ocupação territorial da região. A intenção em favorecer a atração de capital estrangeiro para o suposto desenvolvimento regional leva muitas famílias a partir em busca de projetos que nascem fracassados para os que ficam.

A danosa utilização de mão-de-obra barata sempre foi uma justificativa tola de geração de renda e emprego. A idéia de usar essa mão-de-obra não é nova na história local, esteve presente desde os primeiros momentos da ocupação, o fato novo é que ela não convence mais. Contudo, surpreende a recorrência aos procedimentos e projetos falaciosos. Primeiramente, as famílias são atraídas para a cidade, para servir de mão-de-obra barata, sem que esta tenha condições de acolhê-las. Depois, estas famílias são, sutilmente, expelidas para voltarem as suas condições de origem, sem condições básicas de assistência e infraestrutura.

CAPÍTULO II

A AMAZÔNIA EM TEMPOS DE (PÓS)COLONIZAÇÃO:

Antigos problemas e novos significados

As discussões em torno da noção de pós-colonização trazem a tona sua realidade fundadora - a colonização. Embora esta temática tenha sido exaustivamente discutida no universo acadêmico brasileiro e internacional, consideramos conveniente abordá-la numa perspectiva que ressurge em pleno século XXI, marcada pelos efeitos de uma “suposta” transição social e política. Se a colonização resulta dos eventos da modernização ocidental, o que podemos pensar a respeito de uma conjuntura dita “pós-colonial”? Falamos de um momento histórico de pós-colonização? Como podemos afirmar um momento de pós-colonização sem os resultados dos efeitos de um *processo de descolonização*? Pensar a Amazônia sob a ótica do sistema colonialista é retomar uma problemática ainda não superada nos campo político, econômico, social e, sobretudo, intelectual.

A palavra colonialismo significa sistema ou orientação política tendente a manter sob domínio, inclusive econômico, as possessões de determinado Estado. Colonização é o ato ou efeito de colonizar, transformar em colônia determinado território, colocar em prática ou não o sistema colonialista. A implantação do sistema colonialista europeu em diferentes partes do mundo causou transformações político-culturais irreparáveis na formação das sociedades tidas como colonizadas. A principal marca deste sistema colonialista está na condição de dominação e legitimação do poder político das sociedades consideradas superiores em detrimento aquelas tidas como inferiores, mediante a posse e ocupação territorial de umas nações sobre outras.

O colonialismo enquanto sistema político fomentou uma relação de dependência econômica crônica das nações colonizadas em relação àquelas colonizadoras, determinando uma posição periférica no sistema mundial. Enquanto sistema cultural, o colonialismo elaborou um processo de civilização desastroso, arrasando patrimônios culturais e sociedades inteiras. Para retomar este sistema político e cultural como tema de estudo, precisamos tomá-lo em duas perspectivas de análise: a dimensão discursiva, referente ao sistema colonialista

em sua dimensão cultural, e a dimensão prática, tomando o sistema colonialista em sua aplicação política, enquanto projeto de ocupação territorial.

Este estudo está fundamentado em um enfoque político-cultural que visa compreender o sistema da colonização não apenas como resultante das intervenções governamentais, mas como um processo civilizatório que gerou um dinamismo social próprio. Nesta perspectiva, consideramos conveniente retomar esta discussão no contexto amazônico, pondo em pauta os condicionantes e condicionados da prática colonialista na região, destacando os reflexos passados e presentes que o sistema de colonização europeu gerou no processo civilizatório das sociedades amazônicas. Direcionamos o estudo para aqueles efeitos produzidos pelas práticas de ocupação territorial do Estado do Amazonas, tendo como foco os sujeitos “demandantes de terra”¹¹ da Associação de Produtores Rurais do Município de Silve-ASSOPRAS.

1 A condição (pós)colonial

A formação de colônias foi o principal modo de ocupação humana no mundo. Entretanto, nem sempre esta forma de ocupação esteve acompanhada do uso da força e repressão, a não ser quando envolvia a luta pela sobrevivência na pré-história. Posteriormente, o crescimento acelerado das populações européias e asiáticas criou um novo tipo de colonização, caracterizado pela dominação e extermínio de povos e culturas. Assim, foram criados os grandes impérios coloniais e, sucessivamente, as múltiplas formas de escravidão.

O termo colonização deriva do latim – *colo, colu, colum colere* – que está relacionado ao estabelecimento dos romanos fora dos seus territórios para fins agrícolas. Segundo Alfredo Bosi, significa *eu moro, e ocupo a terra*, a matriz da colônia, nesse caso, o espaço que está sendo ocupado (BOSI, 1992:11). O colono é aquele que cultiva a terra no lugar do seu dono; aquele que se deslocou para um outro modo de vida, onde irá exercer a capacidade de cultivar o solo alheio. “Como se fossem verdadeiros universais das sociedades humanas, a produção dos meios de vida e as relações de poder, a esfera econômica e a esfera política, reproduzem-se e potenciam-se toda vez que se põe em marcha um ciclo de colonização” (BOSI, 1992:12).

A primeira colônia criada no mundo ficou conhecida como *Suméria*, a mesma deu origem a civilização mesopotâmia, na qual não havia uso de força, pois eram áreas ainda não ocupadas. Mas, a colonização passou a ter um caráter de dominação de uma nação sobre

¹¹ A definição “demandantes de terras” está sendo utilizada em função da criação de uma associação para demandar terra pelos trabalhadores do município de Itacoatiara, passivos sociais das empresas madeireiras que se instalaram na cidade e faliram recentemente.

outra, à medida que as populações foram aumentando, e foi desta forma que Roma colonizou a Europa, a Europa colonizou a América e a África, os árabes a Península Ibérica e, assim, sucessivamente. A colonização passou, portanto, a receber outra conotação, representando um sistema de grandes Estados em busca de dominação territorial. “[...] o colonialismo nada mais é (ou está sendo) que o resultado de uma orientação política tendente a montar uma estrutura dominial por meio dos tipos mais diversos de posses de comunidades” (ITUASSÚ, 2007:15).

Nesse caso, a colonização pressupõe um recomeço, porque sempre arranca as particularidades das culturas locais. Na maioria das vezes ela tem a pretensão de solucionar conflitos na esfera cultural, na medida em que domina a natureza e o homem num chamado processo civilizatório. Isto porque, a colonização é um processo totalizante, envolve não apenas o esforço físico e os suportes econômicos em seu processo, mas se caracteriza, para os seus colonizadores, como o oferecimento de uma redenção as sociedades consideradas inferiores. De modo que a cultura passa a ser um conjunto de práticas, técnicas, símbolos e valores que devem ser transmitidos às novas gerações e populações, no sentido de garantir a reprodução de um estado de coexistência social. A cultura, aqui, aproxima-se de *colo*. Pois aculturar um povo, significaria sujeitá-lo a um padrão de cultura, tido como superior. A tentativa de oferecer um caminho para o acesso à aculturação, via subordinação.

Esse processo de aculturação é fundamental na prática colonialista quando seu fim imediato é a ocupação territorial, a cultura age como um instrumento de dominação para a imposição de uma política de ocupação das terras e exploração das riquezas existentes. A prática colonialista sempre foi produzida e reproduzida em função da relação do homem com os territórios, este relacionamento não se rompe sem que haja uma imposição externa. Ao contrário, sempre determina novas formas de colonialismo que mudam a cada novo momento da história, mas no fundo camuflam uma projeção imperialista profundamente danosa ao desenvolvimento humano.

Estas novas formas de colonialismo podem ser percebidas no eminente interesse que algumas nações desenvolvem na busca por territórios de ocupação, gerando conseqüências desastrosas em todo o mundo, não apenas do ponto de vista da aquisição material, mas, sobretudo, na imposição de um sistema de civilização que oprime e subordina as sociedades colonizadas. Esta perspectiva de colonização levou a exploração desenfreada dos territórios, onde as populações, diante de manifestações de resistência, eram transformadas em escravos. Foram criadas tendências de pensamento que determinam à imposição de uma nação sobre as outras; foram criados critérios de dominação que tornam umas mais poderosas que outras. À

medida que novas regras são criadas para mudar esse panorama de dominação, também novas formas de colonialismo são frutificadas em todos os setores da vida.

Embora algumas nações tenham conquistado a condição de independentes, a que se questionar até onde conseguiram conquistar o processo denominado de “descolonização”? Entende-se por descolonização não apenas a retirada de uma colônia – e de tudo aquilo que ela representa – de um determinado local, mas a reelaboração das formas de representação que os sujeitos envolvidos nesse processo – colonizadores e colonizados – fazem deles mesmos e uns dos outros. Portanto, quando se fala, em pleno século XXI, da superação do sistema político de colonização, se faz emergir fantasmas e perturbações que pairam sobre pesquisas acadêmicas. Até que ponto, podemos afirmar esta superação?

2 Tempos de (pós)colonização?

Falar em pós-colonização significa desencavar antigos problemas e lançar novos significados. Mas, em primeiro lugar, destacamos o que significa este tempo de pós-colonização, para o qual utilizamos duas perspectivas de análise, tomando como referência as contribuições de Boaventura de Sousa Santos. Primeiramente, o pós-colonialismo deve ser entendido como o período histórico que sucede à independência das colônias que se reporta a uma condição econômica e política, a sua inserção no sistema mundial. Mas, é o pós-colonialismo de recorte culturalista que mais interessa a este estudo, à medida que se reporta aos sistemas de representação e identidade (SANTOS, 2006:234).

Um dado importante para iniciar esse processo analítico é reivindicar a presença de um crítico pós-colonial, pois o fato do colonialismo ainda não ter sido superado no campo social, não significa que tenha que estar impregnado também no campo intelectual. É fundamental repensar a posição intelectual crítica na produção dos discursos, no sentido de interromper os discursos hegemônicos ocidentais, que normalizam um desenvolvimento desigual e diferencial na história. Este trabalho não deve estar circunscrito a esfera acadêmica, pois a responsabilidade do crítico pós-colonial deve ultrapassar os limites da academia, na medida em que pode ser decisivo nos debates e na ampliação de uma “consciência nacional” sobre o assunto (SANTOS, 2006:235).

O conceito “pós-colonial” tende a camuflar a oposição entre colonizadores e colonizados em uma falsa necessidade de superação, mas esta necessidade não pode ser sustentada se os efeitos do colonialismo não terminaram. A palavra “pós-colonial” deve se

referir ao processo de desvinculação da síndrome colonial como um todo, mas deve ser, simplesmente, um conceito avaliativo, e não uma espécie de emblema de honra ao mérito (HUME apud HALL, 2003:108). Aliás, este conceito traz a tona os binarismos inerentes ao sistema colonialista (colonizado/colonizador, centro/periferia, dominação/subordinação), caracteriza-se como a transição de um controle colonial direto para um controle colonial indireto.

Tanto a colonização, quanto a pós-colonização situa as pessoas dentro de um campo de poder-saber, independente da época que esteja situada, portanto, a abertura para a desconstrução e superação desta condição está entre os próprios sujeitos desse processo. Mas, isso não significa que uma nova perspectiva de compreensão esteja livre de conflitos e controvérsias. Em outras palavras, essas questões não podem mais ser pensadas fora do universo dos sujeitos, inclusive, quando são questões que não contribuem para a superação da crise de compreensão produzida por antigas categorias, que não dão mais conta da realidade presente. Segundo Hall:

[...] nos encontramos aqui entre a cruz e a espada. Sempre soubemos que o desmantelamento do paradigma colonial faria emergir das profundezas estranhos demônios, e que esses monstros viriam arrastando todo tipo de material subterrâneo. Contudo, as guinadas, saltos e inversões na forma como o argumento tem sido conduzido nos devem alertar para o sono da razão que vai além da Razão, para a maneira como o desejo brinca com o poder e o saber, na perigosa aventura de pensar no limite ou além do limite (HALL, 2003:126).

Stuart Hall afirma que a cultura não deve ser uma arqueologia, mas uma produção, pois produz novos sujeitos a cada momento da história. Este sujeito precisa entender a cultura não como uma viagem rumo à descoberta e redescoberta de rotas, mas como uma viagem de retorno pelas mesmas rotas das quais foram distanciados em algum momento. Este movimento é fundamental para afastar o “status” de colonizados e de colonização que permanece presente nas práticas políticas e culturais de algumas nações (HALL, 2003:44).

Se por um lado os traços culturais relacionados aos colonizadores europeus representam uma condição de ascendência na escala de desenvolvimento, por outro lado, aqueles vinculados aos “nativos” colonizados significam posição de subordinação e marginalização? É o que a história de base colonialista tem mostrado, pois a própria condição em que foi criada a matriz dos significados coloniais está fundamentada na rejeição das histórias reais das sociedades colonizadas. Pensar na superação desta condição colonial requer a construção da história de modo diferenciado, de modo que os próprios sujeitos colonizados

se tornem atores no processo de “descolonização”. Trata-se, portanto, de reelaborar as rotas fragmentadas e reconstruir as genealogias não registradas, para possibilitar a construção de uma matriz interpretativa da cultura local.

Com base neste cenário, é arriscado afirmar o “tempo da pós-colonização”, pois é como se os problemas da colonização tivessem sido resolvidos ou superados. Aliás, a idéia de pós-colonial não sinaliza, meramente, uma sucessão cronológica de antes e depois. Ao contrário, o dito pós-colonial tem marcado a passagem de uma conjuntura de poder para outra de mesma proporção. Afinal, problemas como a pobreza, dependência, subdesenvolvimento e marginalização ainda persistem, significativamente, neste momento da história. Assim, qual seria então a fronteira entre o colonialismo e o pós-colonialismo? Quais seriam as diferenças entre os colonizadores e os colonizados? O que ocorre, na verdade, é que o conceito “pós-colonial” obscurece estas diferenças, na medida em que está construído em um campo teórico e político caracterizado por ambigüidades.

3 A colonização e a civilização moderna

Retomar a idéia de civilização é fundamental para compreender a matriz fundadora da colonização. A prática de civilizar as nações do novo mundo, consideradas primitivas, tornou-se o grande empreendimento da Europa do século XVI, o instrumento de manutenção da supremacia Ocidental. Representava o momento de se colocar em prática o processo de dominação social, política e cultural de territórios desconhecidos, repletos de riquezas e tesouros fundamentais para a corrida desesperadora pelo poder.

Tomar o sistema colonialista como foco de análise requer a compreensão de seu principal instrumento de aplicação cultural e política – a civilização. A civilização Ocidental se caracterizou como o mecanismo de consolidação da prática colonialista, à medida que pressupunha a substituição de padrões culturais locais por outros considerados superiores, representando uma estratégia de fixação territorial, via a assimilação forçada de um outro modo de vida. Em outras palavras, era preciso ocupar a terra, garantir a posse e a sua exploração, mediante a “domesticação” dos seus habitantes – a civilização.

Para Max Weber qualquer estudo que, pretensamente, tente compreender a história universal (não é o nosso caso) irá se ver diante da seguinte indagação: Por que somente na civilização Ocidental aparecem fenômenos culturais que apresentam uma linha de desenvolvimento de significado e valor universais? Apenas no Ocidente há uma ciência com grau de desenvolvimento considerado válido? O próprio Estado, do modo como está

organizado, com constituição redigida racionalmente, leis ordenadas, administração coordenada, esta combinação toda é apenas conhecida no Ocidente. E por fim, a forma mais decisiva da vida moderna: o capitalismo (WEBER, 2004:26). O impulso para o ganho e lucro, o desenvolvimento da dimensão quantitativa do sistema sem abrir mão do desenvolvimento em formas não existentes até então.

Talvez a resposta para este questionamento esteja no modo como o Ocidente levou a diante sua civilização. O expansionismo europeu e, conseqüentemente, a descoberta de um novo mundo possibilitou a distribuição “a longo alcance” do sistema civilizatório europeu, a imposição de uma nova cultura - a cultura dos colonizadores. Weber busca trabalhar as especificidades do mundo Ocidental, tal como a presença de um capitalismo organizado em moldes racionais: o cálculo exato, a própria condição de calculável. É certo que esse racionalismo existiu em toda parte do mundo, mas no Ocidente ele se desenvolveu de modo ilimitado. Weber questiona as conseqüências dessa racionalização para o espírito humano em geral. Diante disto, via na modernidade um campo de forças no qual se confrontam escolhas fundadas em valores. De acordo com Wolfgang Schluchter, para Weber o desenvolvimento do Ocidente foi à conseqüência de uma concatenação de circunstâncias (SCHLUCHTER, 2005:126). E a razão para que este desenvolvimento tenha ocorrido, do modo como ocorreu, apenas no Ocidente deve ser procurada em determinados traços de seu desenvolvimento cultural geral. Tal como destaca Weber:

Somente o Ocidente conhece um Estado no sentido moderno, com constituição estatuída, funcionários especializados e direitos de cidadãos; as tentativas neste sentido, na Antiguidade e no Oriente, não chegaram a desenvolver-se plenamente. Somente no Ocidente encontramos um direito racional, criado por juristas e racionalmente interpretado e aplicado. Somente no Ocidente temos o conceito de cidadão (*civis romanus, citoyen, bourgeois*), porque também somente nele existem cidades no sentido específico da palavra. Além disso, somente o Ocidente possui uma ciência no sentido atual da palavra: a teologia, a filosofia e a reflexão sobre os problemas últimos da vida eram conhecidos também dos chineses e indianos, talvez até numa profundidade nunca alcançada pelos europeus; mas a ciência racional e, com esta, também a túnica racional permaneceram desconhecidas àquelas culturas (WEBER apud SCHLUCHTER, 2005:230).

O desenvolvimento do Ocidente ocorreu mediante uma “ética racional de conduta da vida”, esta ética encontra-se no fundamento religioso do protestantismo, que coerentemente produzia um racionalismo específico. Afinal, a maior participação nas posições de proprietários e de dirigentes na vida moderna era dos protestantes. Embora esse não seja o foco do nosso estudo, consideramos importante ressaltar esse “espírito do capitalismo” apontado por Weber para compreender a ética que moveu e move a civilização moderna do

Ocidente. Para o autor o que interessa não é, meramente, a astúcia dos negócios, mas o “ethos”, aquilo que tem de comum e de peculiar nesta ética. Esta ética:

[...] força o indivíduo, à medida que ele esteja envolvido no sistema de relações de mercado, a se conformar às regras de comportamento capitalistas. O fabricante que se opuser por longo tempo a essas normas será, inevitavelmente eliminado do cenário econômico, tanto quanto um trabalhador que não possa ou não queira se adaptar às regras será jogado na rua (WEBER, 2004:50).

Assim, o sistema capitalista, principal instrumento da modernidade Ocidental, tem como fundamento dominar a vida econômica; sua lógica tende a selecionar os sujeitos de quem precisa, sobrevivendo os mais aptos, os mais fortes. E este sistema, sem dúvida, lutou para manter sua supremacia. Ele foi criado por “homens crescidos na dura escola da vida, calculando e arriscando ao mesmo tempo, acima de tudo sóbrios e confiáveis, perspicazes e completamente devotados a seu negócio, com princípios e opiniões estritamente burgueses” (WEBER, 2004:60). É fundamental trazer à tona essa ética de orientação do sistema capitalista, tendo em vista as influências que ela não deixou de exercer no processo de civilização.

Norbert Elias propõe esta discussão em *O Processo Civilizador* quando questiona: como ocorreu realmente essa mudança, esse processo civilizador do Ocidente? Afinal, todo referencial de civilização que temos e que praticamos em nossas vidas cotidianas partiu do Ocidente? Para responder a esta questão, o autor busca compreender como a noção de civilização foi desenvolvida na Alemanha e na França. Seu empreendimento mostra que a civilização é a consciência que o Ocidente tem de si mesmo, ou seja, consiste em tudo aquilo que a sociedade Ocidental dos últimos séculos julga superior às sociedades mais antigas ou tidas como “primitivas”. A sociedade Ocidental procura destacar o que constitui o seu caráter, aquilo pelo qual se orgulha. Segundo o autor: “O conceito resume em uma única palavra seu orgulho pela importância de suas nações para o progresso do Ocidente e da humanidade” (ELIAS, 1994:23-24).

Este conceito recebe diferentes denominações, de acordo com as nações nas quais ele é utilizado. Elias destaca como se caracterizam estas diferenças entre os ingleses, franceses e alemães. O conceito para os ingleses e franceses pode se referir a fatos políticos ou econômicos, religiosos ou sociais. Para os alemães pode estar relacionado a fatos intelectuais, artísticos ou religiosos. Seu emprego em alemão “Kultur” deriva do adjetivo *kultirell* (que significa cultivado); aproxima-se do conceito Ocidental de civilização, representando a forma mais alta de ser civilizado e descreve a qualidade das pessoas em sociedades (ELIAS,

1994:24). Tanto numa nação como na outra, poderemos encontrar diferentes definições e aplicações deste conceito:

[...] o conceito de civilização minimiza as diferenças nacionais entre os povos: enfatiza o que é comum a todos os seres humanos ou – na opinião dos que o possuem – deveria sê-lo. Manifesta a autoconfiança de povos cujas fronteiras nacionais e identidade nacional foram tão amplamente estabelecidas desde séculos, que deixaram de ser tema de qualquer discussão, povos que há muito se expandiram fora de suas fronteiras e colonizaram terras muito além delas (ELIAS, 1994:25).

Ao contrário da perspectiva apontada acima, o conceito alemão de “Kultur” enfatiza as diferenças nacionais e a identidade particular dos grupos, tendo em vista que, dentro dos padrões ocidentais, este povo consegue tardiamente a sua unificação política e consolidação de suas fronteiras. O conceito de “Kultur” reflete a consciência de si mesma de uma nação que teve que consolidar incessantemente suas fronteiras. As formas de representações embutidas tanto no conceito de “kultur” quanto no de “civilização”, enfatizam aquela forma de ser que todo o mundo quer ser visto, a ideal (ELIAS, 1994:25).

Estes conceitos empregados tanto numa forma como na outra surgem em seus grupos mais estreitos, mediante as experiências comuns entre eles. Crescem e mudam com seus grupos de influência, nunca se tornam vivos para quem não compartilha as experiências. Para o autor: “[...] são usadas basicamente por e para povos que compartilham uma tradição e situações particulares” (ELIAS, 1994:26). Este conceito foi usado repetidas vezes até se tornar um instrumento eficiente para expressar aquilo que as pessoas experimentam de comum. Portanto, não representam apenas necessidades individuais, mas coletivas. O modo como se originou talvez já tenha sido esquecido, entretanto, sua transmissão permaneceu de geração para geração. Dito de outra forma:

[...] os conceitos sobrevivem enquanto esta cristalização de experiências passadas e situações reativer um valor existencial, uma função na existência concreta da sociedade – isto é, enquanto gerações sucessivas puderem identificar suas próprias experiências no significado das palavras. Os termos morrem aos poucos, quando as funções e experiências de vida concreta da sociedade deixam de se vincular a eles. Em outras ocasiões, eles apenas adormecem, ou o fazem em outros aspectos, e adquirem um novo valor existencial com uma nova situação. São lembrados então, porque alguma coisa no estado presente da sociedade encontra expressão na cristalização do passado corporificada no passado (ELIAS, 1994:27).

Na verdade, estas expressões se tornam válidas enquanto tiverem sentido para aqueles povos que delas fazem uso. São significados que precisam estar presentes na existência histórica dos grupos sociais, até o momento em que estes puderem identificar suas próprias

experiências como válidas. Trata-se de um processo de reconhecimento de sua própria nacionalidade, tal como a noção de “kultur” possibilitou no processo civilizatório da Alemanha. Esse resultado há de ser alcançado tanto do ponto de vista material como espiritual nas diferentes nações que passam por um intenso projeto de colonização.

Uma circunstância que favorece o auto-reconhecimento é o que Weber define como “pertinência da raça”, que está baseada na descendência comum de disposições iguais e herdadas. Quando o processo contrário ocorre, onde uma raça entra em contato com outra distante, há diferenciação e desprezo. Este desprezo parte, sobretudo, daquela raça que se considera superior. Mas, a posição de resistência permanece até que as misturas com habitantes locais e externos ocorram, havendo modificações no patrimônio tradicional e hereditário (WEBER, 1991:270), embora as diferenças de “práticas e costumes” possam alimentar um sentimento de dignidade do grupo. Diante da mistura das “raças” estas diferenças são dissolvidas em um sentido conveniente e os contrastes passam a existir, também, enquanto “convenções”.

O poder de “imitação” que logo surge no contato entre as raças atua no sentido de garantir que esta mudança ocorra; esta imitação pode ser forçada ou não, faz parte deste processo civilizatório. Pouco a pouco, de um lugar para outro os traços tradicionais vão mudando, deixando de existir, pois, por trás de todos esses contrastes étnicos sempre estará a idéia do “povo eleito”, que corresponde as diferenciações entre os grupos. Além daqueles traços étnicos convenientes e característicos que geram certa repulsão na medida em que permitem visualizar o que Weber define como “pertinência da raça”.

O processo dominante de civilização do Ocidente em sua expansão buscou se distanciar dos padrões culturais dos grupos étnicos minoritários, o distanciamento de suas práticas e costumes era justificado pelo fato de não serem considerados “civilizados”. O que a Europa se propôs em seu projeto de colonização foi, justamente, levar esta civilização para os povos dos novos territórios descobertos, com vistas a proporcionar maior desenvolvimento político, econômico e social. De fato, este fenômeno ocorreu: resta saber quais foram os efeitos gerados pela civilização moderna para estes povos e suas nações?

4 A inautenticidade da modernização brasileira

Tal como as outras nações colonizadas, a situação brasileira apresenta singularidades em seu processo civilizatório. Estas singularidades devem ser analisadas verticalizadamente

em função de inúmeras influências, para as quais se destaca a posição de Portugal no quadro político civilizatório da sociedade brasileira. Com a Sociologia da Inautenticidade, Jessé Souza apresenta o modo como o processo de modernização ocidental tomou corpo no Brasil, dentro de uma perspectiva de superficialidade e inautenticidade, cuja principal herança é a construção de um sistema político e social baseado na forte influência ibérica de caráter personalista e patrimonialista.

Jessé Souza afirma que Portugal desenvolveu um sistema político baseado em práticas tidas como pré-modernas na Europa, haja vista a presença de uma ordem capitalista racional e instrumental nas principais potências europeias. Em outras palavras:

Como se sabe, a Península Ibérica – e especialmente Portugal – compartilha com as demais culturas europeias apenas uma comum herança romano-cristã que marcou a Europa como um todo até o medievo. No entanto, todas as revoluções e movimentos históricos da modernidade, como o Iluminismo, a Reforma Protestante, a Revolução Francesa ou o capitalismo industrial competitivo, tiveram pouca ou nenhuma influência em Portugal. Nossa influência maior, portanto, seria a de uma Europa pré-moderna, circunstancia essa, por sinal, que teria facilitado a mistura das raças e culturas que teria acontecido entre nós (SOUZA, 2000:159).

De acordo com Boaventura de Sousa Santos, o colonialismo português se insere numa perspectiva periférica no cenário europeu, assumindo uma posição de intermediação entre o centro e a periferia da economia do mundo. Esta perifricidade ocorre duplamente, tanto na dimensão prática, quanto na dimensão discursiva. Na dimensão prática em função do fato de Portugal ser um país semiperiférico no sistema mundial, por ter sido, durante longo tempo, dependente da Inglaterra. Na dimensão discursiva, este caráter periférico se dá pelo fato da historia ter sido escrita em inglês e não em português. O que resulta em um problema de auto-representação.

Esse problema, referido ao colonizado, consiste, como é sabido, na impossibilidade ou dificuldade de o colonizado ou chamado Terceiro Mundo ex-colonizado se representar a si próprio em termos que não confirmem a posição de subalternidade que a representação colonial lhe atribui (SANTOS, 2006:231).

A partir deste contexto, Boaventura de Sousa Santos lança uma questão importante, a de saber em que medida este problema do colonizador português repercute no colonizado por Portugal? Teria o colonizado por Portugal um duplo problema de auto-representação? Das hipóteses destacadas por ele para esta condição interessa dizer que o colonialismo português, enquanto país semiperiférico, foi ele próprio um colonialismo semiperiférico, o que fez com que fossem suas colônias incertas de um colonialismo certo. Nesta perspectiva, o poder

capitalista moderno foi sempre colonial, e embora ele tenha tido um fim do ponto de vista político, permaneceu enquanto colonialismo social.

Esta compreensão ibérica de mundo não está presente apenas na esfera intelectual, mas, sobretudo, nas práticas sociais, políticas e institucionais da nossa vida cotidiana. Jessé Souza busca melhor entender essa condição social tomando como referência as contribuições de Sérgio Buarque de Holanda, que destaca o traço “personalista” como o mais característico dessa influência. Foi justamente a percepção desta cultura personalista que impediu a organização e ordenação de um sistema político “horizontal” em nosso país, tendo em vista que esta *ética personalista* tende a limitar as formas de solidariedade numa terra onde todos querem ser barões, esta orientação passa a ser compartilhada por todos (SOUZA, 2000:162).

Esta mentalidade estimula o desenvolvimento da sociedade voltado para o mérito e responsabilidade individual, o que determina a ausência de acordos e compromissos racionais entre iguais. O que vale é o mandonismo e a obediência a partir de uma hierarquia patriarcal; esse patriarcalismo e patrimonialismo constituem a versão do sistema cultural personalista. “O patrimonialismo desenvolve-se diretamente do personalismo, impedindo o desenvolvimento de um Estado racional democrático” (SOUZA, 2000:164-166). O Estado permanece como uma generalização do “princípio de sociabilidade familiar”, onde o que prevalece é o círculo de afetos, privilégios e favoritos. Esta orientação política camufla a verdadeira condição social e cultural do país, à medida que mostra apenas aquilo que é conveniente. Trata-se do:

[...] tema clássico do “para inglês ver”, ou seja, da autolegitimação de uma baixa estima nacional pelo disfarce, pelo embuste, pensado de modo a garantir uma transitória “aprovação dos outros povos”, portanto de fora para dentro, completa o quadro da modernidade inautêntica e epidérmica como nosso traço mais característico. O personalismo e o iberismo permanecem como nossa herança mais profunda (SOUZA, 2000:167).

A herança ibérica é responsável por essa relação exterior e inautêntica, fundamentada principalmente no princípio patrimonialista de orientação política. Este princípio está baseado na formação de uma camada social que se volta para o domínio de uma figura chave, cujo poder do Estado é tido como “coisa própria” voltado para assegurar a perpetuação de certos privilégios. Esta dominação está eminentemente vinculada a uma espécie de vigência da *legitimidade*, tendo em vista que esta dominação não se contenta com “motivos puramente materiais ou afetivos ou racionais referente a valores”, para a sua persistência, pois procura

cultivar a crença na legitimidade. Dependendo da natureza desta legitimidade, se caracterizará um determinado tipo de dominação e, conseqüentemente, obediência¹².

Weber distingue as classes de dominação legítima do seguinte modo: de caráter racional, de caráter tradicional e de caráter carismático. Interessa-nos, nesse momento, contrapor a de caráter racional e tradicional. A dominação tradicional fundamenta-se em um tipo de legitimidade que repousa na crença das ordens e poderes senhoriais tradicionais. “A ele se obedece em virtude da dignidade pessoal que lhe atribui à tradição” (WEBER, 1991:148). O dominador não é um chefe superior, mas um “senhor pessoal”. O quadro administrativo deste tipo de dominação não é formado por funcionários, mas por “servidores pessoais”, companheiros tradicionais, súditos, membros fiéis da associação. É, justamente, neste aspecto, que a dominação tradicional difere da dominação racional.

Para Weber, na dominação racional há um exercício de regras legais dentro de um quadro administrativo burocrático. O “senhor legal típico” ordena mediante uma ordem impessoal, por meio da qual se obedece “ao direito”. A análise típico-ideal deste tipo de dominação está dentro do quadro administrativo do funcionalismo (burocracia). O dirigente desta associação (o senhor) adquire esta posição mediante eleição, sucessão ou apropriação. Suas competências são legais e, portanto, seus funcionários são individuais: pessoas livres, nomeados, competências funcionais, contratos e qualificação profissional. Ao contrário, na dominação tradicional o quadro administrativo é composto por pessoas tradicionalmente ligadas ao senhor, membros de clãs, escravos, funcionários domésticos, clientes, colonos, libertados, favoritos, vassalos e funcionários livres (1991:144-149). A natureza da dominação tradicional inibe a formação de uma economia racional pela peculiaridade de sua administração patrimonialista, pela ausência de estatutos formalmente racionais e de um quadro de funcionários com qualificação profissional formal, pela natureza da vigência da legitimidade e do interesse de ver satisfeitos os dominados. Na dominação racional o que vale é o conhecimento e não o poder de mando do senhor.

Entretanto, não é conveniente qualificar ou desqualificar determinado tipo de dominação, tampouco apontar o tipo que vigora no território brasileiro. Sabemos que estes dois tipos de dominação apontados por Weber, racional e tradicional (e ainda a carismática que não será discutida nesse momento) são exercidos no Brasil. Sem dúvida, é possível

¹² “Obediência significa, para nós, que a ação de quem obedece ocorre substancialmente como se esse tivesse feito do conteúdo de ordem e em nome dela a máxima de sua conduta, e isso unicamente em virtude da relação formal de obediência, sem tomar em consideração a própria opinião sobre o valor ou desvalor da ordem como tal” (WEBER, 1991:140).

perceber que as instituições sociais brasileiras estão impregnadas do mau uso destes poderes, o que tem gerado grande descontentamento entre os cidadãos brasileiros. Contudo, não iremos entrar no mérito desta questão, pois, o que nos interessa é compreender como o tipo de dominação tradicional (patrimonialismo) contribuiu para a formação do quadro social no qual se encontra a realidade brasileira.

Tal como foi dito antes, a especificidade brasileira está relacionada a esta suposta herança ibérica que constitui a auto-imagem dominante, cuja dominação está fundada no patrimonialismo que consolida uma espécie de mandonismo local que, em alguns casos, não ultrapassa a esfera institucional da família, tal como no tipo de dominação tradicional apontado por Weber. Em contraposição, nos EUA há uma supremacia da “comuna”¹³, onde prevaleciam normas de uma democracia direta. As instituições sociais não são reguladas pela tradição e pelo costume, mas como uma criação racional com princípios racionais. Nesse caso, aplica-se a dominação racional legal de Weber. De um modo ou de outro, a civilização tende a se fortalecer quando contrastada com outra, apenas na subjugação do outro é possível um processo de afirmação identitária.

Embora este tipo de entendimento seja comumente partilhado e divulgado como traço típico das nações colonizadas, é difícil imaginar e aceitar que a grande contribuição brasileira para a civilização mundial seja a cordialidade, o “homem cordial”, como destacou Sérgio Buarque de Holanda. Não se trata apenas de questionar este traço atribuído ao caráter brasileiro, mas de entendê-lo como aquelas “boas maneiras” que expressam um mecanismo de defesa do cidadão brasileiro em seu convívio social; do cidadão colonizado que aprendeu a se civilizar:

No “homem cordial”, a vida em sociedade, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si mesmo em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para com os outros reduz o indivíduo, cada vez mais, à parcela social, que no brasileiro – como bom americano – tende a ser a que mais importa. Ela é antes um viver nos outros (HOLANDA, 1976:109).

Caracteristicamente, esta forma de convívio é ditada pela emoção, é o que representa o caráter do brasileiro para quem quer que seja. Para o autor, este tipo de convivência marca, mesmo nos meios de urbanização progressiva, um estilo patriarcal, onde o traço nítido é a atitude “cordial”. Certamente, um aspecto “questionável” do comportamento do brasileiro, embora haja aqueles que se lisonjeiam com esta rotulação, pois transmite algo positivo e diplomático, há outro lado que precisa ser problematizado. O termo “cordial” carrega suas

¹³ Cidade que, na Idade Média, obtinha de seu senhor suserano carta que lhe concedia autonomia; município.

ambigüidades quando levamos em consideração, outros aspectos vinculados à percepção do brasileiro em todo o mundo, como o primitivo, selvagem, tolo, preguiçoso, indolente, malandro – resumindo, aquele que é inferior; que precisa ser aculturado.

Para Holanda (1976:31), a tentativa de implantação da cultura européia em extenso território brasileiro é, para a sociedade brasileira, o fato mais rico em conseqüências, na medida em que importa uma forma de convívio, idéias e instituições que transmitem a sensação de sermos indivíduos estranhos em nossas próprias terras, uma sensação de incapacidade em alcançar tal nível de desenvolvimento e civilização. Ainda que este desenvolvimento seja alcançado, elevado a um tipo de civilização ideal, parece que este sistema evolui em um ambiente diferenciado. Por isso, há uma intenção justificável em identificar uma relação de proximidade com esta civilização, claramente percebida na demonstração de orgulho da descendência européia em nossas gerações. Se eu apresento uma vocação natural para o trabalho, evidentemente esta vocação está relacionada à minha descendência inglesa, alemã ou italiana. E a descendência indígena que traços me traz?

Cabe investigar, até onde podem ir essas representações. Não apenas aquelas provenientes da herança indígena, mas, também, aquelas fruto da sagacidade do colonizador português. Embora a conquista dos trópicos tenha representado grande proeza para os conquistadores europeus, não podemos afirmar que a ocupação deste território tenha obtido resultados satisfatórios para os próprios colonizadores. Ao contrário, emanou uma impressão de desleixo, abandono, fracasso, tal como todos os projetos iniciados e nunca concluídos. Não seria essa, talvez, uma das maiores heranças lusitanas para o povo brasileiro? O impulso de “quase” nunca conseguir concluir um projeto? Se olharmos ao redor podemos perceber uma obra inacabada, uma história cujo enredo se baseia em um ciclo de repetições, muitas das quais geraram conseqüência irreparáveis.

Interessou-nos mapear as conseqüências deste processo de ocupação colonial no contexto amazônico, lócus da nossa pesquisa. Destacando não apenas as conseqüências deste sistema, mas as causas das repetidas frustrações na ocupação deste vasto território. Comumente, os estudos técnicos sobre a temática da colonização enfatizam a noção de fracasso. Mas, que erros são esses que um planejamento político não pode corrigir? Na verdade, percebe-se um controle social das entidades governamentais que impõem aos homens e seus projetos a se adequarem a esta ética.

Quem sabe essa recorrência do fracasso não é intencional? Tendo em vista a não abertura para conhecimentos que possam se contrapor a esta lógica. Embora a Amazônia

conte com experiências duradouras em seus projetos de colonização, não há um interesse em vincular esses projetos as histórias locais e regionais. Aliás, cada momento histórico tem apresentado uma razão diferente para justificar a colonização, sem guardar qualquer relação com as histórias anteriores. De que vale, então, aprender com as lições do passado? O que poderíamos dizer da noção de “vazio demográfico? Seria uma tentativa em não reconhecer politicamente a existência de sociedades na região? Nesse caso, a ausência pode significar também a indesejada forma de ocupação do sistema capitalista, uma vez que o vazio demográfico caracteriza apenas o não comprometimento em registrar estatisticamente a ocupação desta região mediante o processo de regularização fundiária e a garantia de uma ocupação digna para suas famílias.

Não cabe apenas discutir uma política de colonização para a Amazônia, mas compreender o sistema colonialista que tem atravessado os tempos e cujos efeitos decorrem de fatores diversos – econômicos, políticos, sociais e culturais. Ainda que haja um clima de saturação em torno desta temática, precisamos entender que esta política de dominação alcança seu ápice e limite para depois ressurgir com força total e com novas modalidades de entendimento. A nossa modalidade de entendimento está fundamentada no aparecimento da nova figura do sujeito, que não se dissolve nos “monstros identitários”, como bem destacou Alain Touraine. Trata-se daquele sujeito que se lança ao movimento de reflexão de si mesmo, sem intermediários intelectuais, religiosos, históricos, políticos e sociais. E esta capacidade de reflexão depende do nível de historicidade de nossas sociedades, ou seja, é quando aquele homem “nativo” se reconhece como sujeito histórico desse processo.

5 Reflexos (in)desejáveis da Identidade

Iniciamos esta seção com um exercício de imaginação sociológica importante e para isso é necessária a idéia de autoconfronto, apontada por Giddens. Quem já não tentou esconder aquilo que considerava desagradável quando se olhava no espelho? E se esse espelho refletisse apenas aquilo que não apreciamos em nossa imagem? Nada é mais desagradável que a exposição de nossas imagens sem que tenhamos nos preparado para isso. Portanto, é fundamental destacar as conseqüências das identidades regionais geradas no território amazônico, a partir do sufocamento dos seus sujeitos sociais em categorias abstratas de identificação, que tendem a consolidar não uma imagem, mas uma invisibilidade subjetiva.

As sociedades amazônicas vêm sendo ao longo de suas histórias, dispostas em uma condição de invisibilidade social, diante do mundo, do Brasil e da própria Amazônia. “A Amazônia tem sido tradicionalmente retratada ora como uma floresta tropical de dimensões continentais, ora como o espaço ocupado pelo arquetípico *outro primitivo*” (ADAMS, 2006:15). O modo como é projetada mundialmente tende a criar uma grande assimetria entre o ambiental e o social, e nesta relação o social é tido como invasor. Durante o processo de desenvolvimento social, político e econômico da região, a natureza se manteve como fator constante. Além da natureza, há um fator recorrente na Amazônia, trata-se da invisibilidade sócio-política. Com base nisso, retomaremos as discussões em torno das chamadas “sociedades caboclas”, como uma das maiores representantes dos antagonismos do sistema colonialista.

A construção desta configuração identitária pode ser explicada como produto de uma grande variedade de fatores geográficos, étnicos, econômicos e sociais. O Brasil sempre se apresenta como a promessa de uma nova civilização, mas no fim das contas ressurge como o estrangeiro bizarro e exótico. Essa visão traz as marcas de um preconceito historicamente construído e difícil de ser superado. O Brasil permanece sendo um país de contrastes, ao mesmo tempo moderno e tradicional, e a Amazônia, por sua vez, evidencia, esse contraste na medida em que também é fruto desse preconceito.

Esta condição pode ser percebida na adoção de determinadas categorias e nomeações que tendem a estabelecer uma classificação racial discriminatória e divisória. Em geral, estas nomeações estão ligadas a estereótipos negativos, como numa tentativa em afastar aquilo que é desagradável e considerado inferior. Essas classificações são usadas, na maioria das vezes, por pessoas que não se incluem nessa definição, mas, algumas delas, tentam rotular o outro para garantir essa diferenciação social. O Brasil possui inúmeros “tipos regionais”, geralmente identificados com as pessoas que vivem no interior, em contraposição as que vivem na cidade, denotam uma conotação pejorativa que busca situar os tipos pobres dentro da hierarquia social brasileira, trazem as marcas de uma colonização mal fundada que resultou em uma nação que busca esconder suas próprias raízes.

Na Amazônia, o processo de colonização adotou políticas de integração que visavam civilizar “os nativos” da região mediante o casamento com os brancos, como fruto desse processo de miscigenação surgiu o tipo social definido como – caboclo¹⁴. A ausência de

¹⁴ Não nos deteremos no emprego etimológico da palavra Caboclo, como bem fez Débora Lima (1999). Nosso interesse está no emprego racial da mesma, que teve origem no processo de colonização da Amazônia.

autodeterminação para este termo é facilmente justificada por seu processo histórico de exclusão e diferenciação social. Daí a razão desta ser uma categoria de não identificação coletiva, afinal é atribuída por estranhos para as sociedades rurais que habitam a Amazônia, que compartilham um conjunto de atributos comuns.

De acordo com Débora Lima, esta nunca foi uma identificação social entre as sociedades urbanas do Estado do Amazonas, a definição de caboclos sempre foi atribuída aos habitantes da área rural dos municípios pelos moradores da cidade, do mesmo modo que os trabalhadores rurais também não se identificam assim e, por sua vez, atribuem essa denominação aos índios. Aliás, referir-se a uma pessoa chamando-a de cabocla é altamente depreciativo, na medida em que não guarda relação com a identidade dessas pessoas. Na verdade, reporta a uma ação colonizadora que define estas sociedades como subalternas, asfixiadas nos estereótipos do preguiçoso, indolente, passivo e desconfiado (LIMA, 1999:13).

Os traços que distinguem o caboclo na visão do colonizador carregam uma falsa evidência de inferioridade, reacendem a imagem do primitivo e selvagem de modo que impede um processo de emancipação social. A cada momento em que estas nomeações são colocadas em voga, remetem a um passado de escravidão e exclusão social. Aliás, um dos maiores estereótipos desenvolvidos com esta definição é a de que o caboclo é herdeiro da indolência e ociosidade indígena, sua condição social de pobreza é justificada pela sua não vocação ao trabalho. Quem já não ouviu que o caboclo “faz corpo mole”, não gosta de trabalhar. Essas idéias fazem parte do senso comum, estão presentes no imaginário popular. Não se trata de negá-las ou afirmá-las, o interesse deste estudo consiste em perceber como estas conseqüências sociais “pós-coloniais” se inserem nos dilemas contemporâneos marcados por uma orientação auto-reflexiva.

Este caráter reflexivo cabe também ao pesquisador que possui o papel de estabelecer orientações de pensamento, criando categorias e julgamentos de interpretação que muitas vezes reproduzem a lógica de dominação social e política. Trata-se da formação de um *discurso interpretativo dominante*, segundo Alain Touraine: “Podemos chamar de discurso interpretativo dominante este conjunto de representações que constitui uma mediação, mas, sobretudo a construção de uma imagem de conjunto da vida e da experiência individual” (TOURAINÉ, 2009:25). Para o autor esse discurso se reporta a uma realidade histórica que tende a uma lógica de reprodução da dominação, na medida em que possibilitam a construção de um mundo sem atores, resultantes, simplesmente, deste poder absoluto de interpretação do

outro. Entretanto, chega o momento em que as sociedades que foram silenciadas e destruídas pela colonização reivindicam que suas histórias sejam reconstruídas.

Segundo Débora Lima, tanto na literatura quanto no próprio discurso regional, a imagem do caboclo varia do extremo negativo – preguiçoso e atrasado – ao extremo positivo – sábio e racional, do homem que se adaptou as condições limitantes de sobrevivência da selva amazônica. Essas lógicas de interpretação, sejam elas positivas ou negativas, tendem a consolidar a posição de inferioridade comumente atribuída ao habitante da região. Não se trata de resgatar essa identidade ou descartá-la, mas de perceber que sua aplicação reflete uma possibilidade de reflexão para o próprio sujeito dessa história, não no sentido de afirmar ou não afirmar sua identificação a determinadas categorias sociais, mas de compreender como as conseqüências sociais desse processo são avaliadas pelos verdadeiros protagonistas. Estando eles no centro dessa investigação.

Esta perspectiva analítica reforça o que Erving Goffman define como *estigma*. Esse termo, criado pelos gregos, para se referirem a sinais corporais que eram usados para diferenciar aqueles que os apresentavam. Muitos desses sinais eram feitos com cortes e fogo para marcar escravos, criminosos e traidores. Inúmeros meios são usados socialmente para categorizar as pessoas com atributos comuns. Esses atributos são fundamentais para perceber o que se define como “identidade social” de um determinado grupo. Parte desses atributos pode ser percebido como evidências que buscam tornar um grupo diferente do outro, ou na pior das hipóteses, um grupo menos desejável que outro. É justamente esta característica que Goffman define como *estigma*. “O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos” (GOFFMAN, 1988:13).

Nesse caso, cabe em primeiro lugar definir quem é estigmatizado e quem não é. A noção de *estigma* empregada aqui não se limita apenas às deficiências físicas que levam algumas pessoas a serem estigmatizadas, tal como Goffman apresentou alguns exemplos¹⁵.

¹⁵ “Minhas perguntas sobre um cachorro-guia foram polidamente deixadas de lado. Outro assistente social cego encarregou-se de me mostrar o lugar. Visitamos a biblioteca Braille, as salas de aula, os salões do clube onde se reuniam os membros cegos dos grupos de música e teatro; a sala da recreação onde, em ocasiões festivas, os cegos dançavam, as quadras de jogos onde eles jogavam, o restaurante onde todos se reuniam para comer, as enormes oficinas onde trabalhavam para a subsistência fazendo panos de chão e escovas, tapetes, ou empalhando cadeiras. À medida que passávamos de um cômodo a outro, eu podia ouvir o barulho de pés que se arrastavam, vozes em surdina e toque-toque de bengalas. Aqui estava o mundo seguro e segregado dos que não enxergavam – um mundo completamente diferente, segundo me afirmou o assistente social, do que eu acabava de deixar...Esperavam que eu integrasse esse mundo que desistisse de minha profissão e ganhasse a vida fazendo panos de chão. A Casa da Luz ficaria muito feliz em me ensinar a fazê-los. Meu destino era passar o resto da minha vida fazendo panos de chão com outras pessoas cegas, comendo com outras pessoas cegas e dançando

Mas seu emprego está vinculado à idéia de inferioridade e segregação. A primeira ação e a primeira reação de uma pessoa ou grupo considerado estigmatizado são a segregação e o isolamento individual. Naturalmente, um grupo com atributos comuns tende a permanecer junto, mas não apenas isso, ele é destinado a isso. Estes grupos não permaneceram juntos simplesmente porque são considerados iguais, mas porque a sociedade ao seu entorno é diferente. Um grupo de famílias que reside em uma “favela”¹⁶, não quer ser identificada enquanto favelada, na maioria das vezes não é de seu interesse permanecer morando lá, entretanto, são obrigadas a fazê-lo. Sem dúvida, a segregação é a melhor forma de afastar aquilo que é desagradável para quem se sente diferente.

Esta perspectiva cria uma falsa relação social, onde as pessoas são inseridas na sociedade de modo diferente, cumprem papéis diferentes e tem acesso a coisas diferentes. Algumas são quase encurraladas em uma condição de não humanas, ou pelos menos, humanos em condições inferiores. Isso porque os grupos sociais que carregam algum tipo de estigma estão, de certo modo, resignados a viver em um mundo incompleto, na medida em que são levados a se reunir em grupos cujos membros derivam todos de uma mesma categoria. E quando alguém do grupo alcança uma posição financeira ou profissional melhor é logo indicada a representante da categoria.

Muitas formas de segregação devem ser consideradas como destruidoras, como a jovem cega, citada no exemplo, que se vê diante de um novo mundo cheio de limitações. Entretanto, o fato de alguém ser condicionado a uma posição de inferioridade não é um dado novo na história das sociedades humanas, tampouco ultrapassado. Está presente na mente das pessoas que “pensam” e que são “pensadas”. No entanto, esta também não é uma informação nova, as assimetrias existentes no processo de formação das sociedades já foram bastante debatidas. Contudo, é importante resgatar este exemplo para compreender melhor como funciona o processo de exclusão social de alguns grupos, sem, necessariamente, cair em determinismos históricos e geográficos.

Trata-se, portanto, de três esferas de entendimento, nas quais pretendemos concentrar este estudo. Em primeiro lugar, o sujeito da pesquisa é o homem que vive na Amazônia, portanto, o homem *na* Amazônia e não *da* Amazônia. Em segundo lugar, destaco o lugar, o espaço no qual ele está situado e datado. Este espaço não possui apenas uma orientação

com outros cegos. Na medida em que esta imagem crescia em minha mente, o medo me dava náuseas. Eu nunca havia deparado com uma segregação tão destrutiva” (GOFFMAN, 1988:46-47).

¹⁶ A utilização do termo “favela” não guarda nenhum tipo de discriminação, simplesmente optamos em usá-lo para exemplificar uma percepção de senso comum.

geográfica de lócus de estudo, mas envolve uma perspectiva política, econômica e social, onde o sujeito está inserido, estabelecendo contatos e trocas continuamente. Por fim, tomamos a dimensão tempo, também não apenas no sentido cronológico, mas enquanto marco histórico, político e social, para o qual estão atribuídas as noções de colonização e pós-colonização. Este tempo não será tomado em uma perspectiva analítica unilateral, mas contextualizado politicamente e situado em um quadro de concatenações de circunstâncias, como bem colocaram os teóricos da modernidade (Box 05).

Partimos da idéia de tomar o homem na Amazônia como sujeito da ação política e não como um simples objeto dela. Logo, é fundamental afastar qualquer intenção em converter esse homem em mero utensílio do desenvolvimento regional e nacional. Sabemos que a Amazônia é um imenso desafio político para o Brasil – a inércia, o isolamento, a distância, a hostilidade – inúmeras causas que asseguram o grande enigma que ela é para os próprios brasileiros. A idealização da região acabou se tornando um caráter “quase” transitório na sua história, é como se a grandeza e exuberância de sua paisagem natural atraíssem atitudes extremas e exageradas que oscilam entre o deslumbramento e a decepção. Para os poucos informados, sua base econômica ainda é considerada extremamente frágil e seu poder político inexpressivo, o que revela a repetição de uma condição de minoridade puramente colonial, imposta pelos países mais ricos e, por incrível que pareça intoleravelmente presente na esfera nacional.

6 O caso de Itacoatiara

O enfoque político-cultural das práticas de participação dos grupos de trabalhadores “demandantes de terra” do município de Itacoatiara possibilitou perceber que as ações colonizadoras não são apenas resultantes das intervenções governamentais, mas compreendem um processo civilizatório que gera um dinamismo social próprio. Este dinamismo permite visualizar aspectos culturais e políticos presentes no processo de colonização de novas terras no Estado do Amazonas, bem como o resgate de fatores históricos condicionantes na formação da cultura política contemporânea. As práticas associativistas desenvolvidas por estes sujeitos, apontam para a construção de um processo político descentralizado e participativo, conseqüentemente, para a consolidação de uma política de regularização fundiária para o Estado. Mas, até que ponto esta cultura política pode estar livre da influência de práticas patrimonialistas e clientelistas?

Afinal, é possível perceber que grande parte das práticas planejadas pelos projetos de colonização na Amazônia está orientada pela experiência obtida em outros momentos da história. Não podemos analisar estes fatores como se estivessem cristalizados no tempo e no espaço ou como se pudessem ser importados para outras realidades sem maiores efeitos. Estamos falando de novos contextos e sujeitos, novas perspectivas de análise que envolvem uma interpretação diferenciada da realidade vivida. Contudo, consideramos conveniente destacar alguns estudos de caso a respeito da aplicação de modelos de assentamentos no Estado do Pará.

Visando acelerar a ocupação da Amazônia e sua integração ao restante do Brasil, em 1970, foi criada uma política ativa de colonização da Amazônia, que estava vinculada ao Plano de Desenvolvimento Econômico do país, decretando a ocupação de todas as terras devolutas que estivessem em áreas de estradas e rodovias. “A política de colonização para a Amazônia assumia uma magnitude que envolvia questões de segurança e de posse e uso da terra numa escala sem precedentes, já que, por meio dos fluxos migratórios para a Amazônia, pretendia-se, senão eliminar, pelo menos reduzir ou controlar os problemas ligados a terra em outras áreas” (MIRANDA, 1990:36).

Dentro dessa “política de colonização”, destacamos o caso representativo de Altamira, estudado por Mariana Miranda na década de 1990, no Estado do Pará. O estudo constitui um dos principais projetos que viabilizaram essa política governamental na Amazônia. Obviamente, este projeto estava inserido em uma política diferencial, onde prevaleciam estratégias de ocupação do suposto “vazio demográfico”, sobretudo, nas áreas das rodovias dos eixos de desenvolvimento e integração nacional (figura 11).

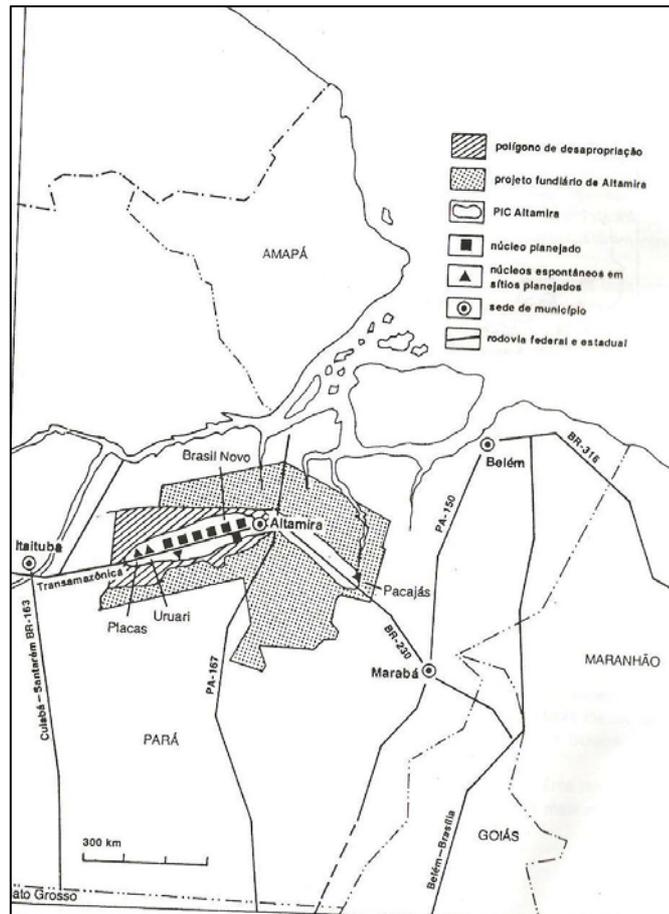


Figura 11 – Localização de Altamira

Fonte: MIRANDA, M. Colonização oficial na Amazônia: o caso de Altamira. In: BECKER, Bertha; MIRANDA, Mariana; MACHADO, Lia. Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora Universidade do Rio de Janeiro, 1990.

O projeto de colonização em Altamira previa a fixação das famílias nos locais de assentamento, em Itacoatiara prevê o retorno das famílias para sua condição de origem. Em ambos os casos, a justificativa é a mesma, o crescimento acelerado das cidades cria disparidades inter-regionais, principal razão para o abandono da vida no meio rural. Para além o empenho destas pessoas na implantação do projeto, o assentamento em Silves reproduz algumas lógicas do padrão de colonização oficial, onde os lotes são distribuídos de acordo com o mesmo modelo. O projeto de colonização de Altamira, que obedecia aos padrões de colonização oficial, foram divididos em parcelas de 100ha (500m X 2000m), um ao lado do outro e todos ligados a estradas vicinais (ramais). Em frente aos lotes está localizada a agrovila, com as casas dos assentados e infraestrutura pública (escola, posto de saúde, igreja,

área de lazer, entre outras coisas). Este mesmo padrão de colonização foi adotado no assentamento de Silves, tal como é possível observar nas figuras 12 e 13:

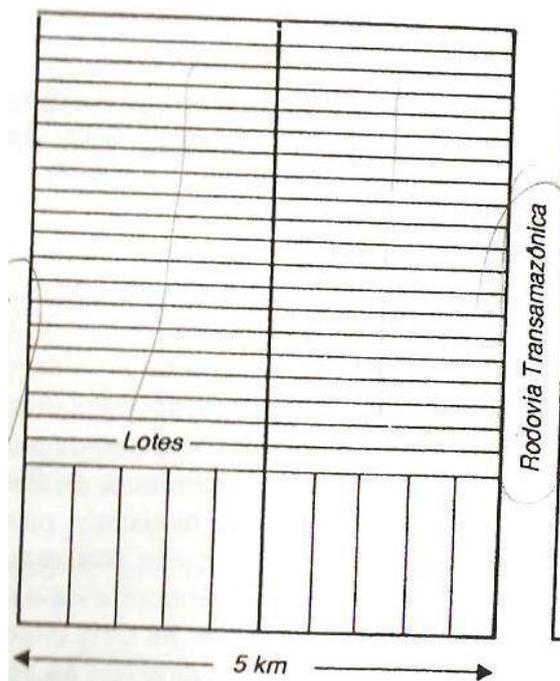


Figura 12 – Croqui do modelo de assentamento de Altamira

Fonte: MIRANDA, M. Colonização oficial na Amazônia: o caso de Altamira.

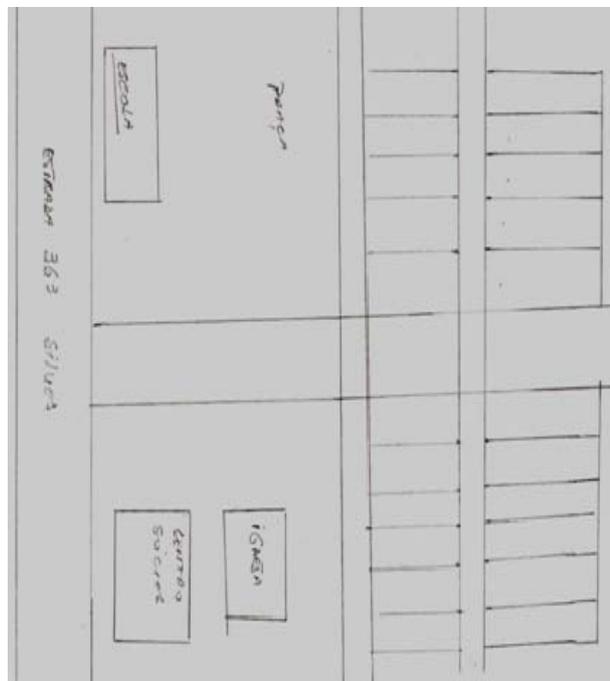


Figura 13 – Croqui do modelo de assentamento de Silves

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

Estas famílias constituem o principal alvo das políticas de colonização dirigida, haja vista o grande entrave que representam para o pleno funcionamento das cidades. Um meio de resolver esse dilema é oferecer lotes de terras em regiões não ocupadas e afastadas, transferindo para bem longe os problemas. Como é o caso de Itacoatiara que num determinado momento de sua história teve nas mãos dessas pessoas a energia necessária para o desenvolvimento de determinados projetos políticos e agora está transferindo esse passivo social para o município de Silves.

Em resumo, o problema está sendo resolvido pelos próprios demandantes, pois desde a idealização até a execução das atividades de implantação do assentamento estiveram concentradas no empenho e força de vontade destas famílias. Ainda que outras instituições tenham participado da elaboração do projeto, a dimensão prática existe em função da força de trabalho desses sujeitos. O processo de regularização fundiária está vinculado ao fato de os próprios moradores atuarem como idealizadores do projeto de construção de um assentamento rural, apesar de todas as dificuldades. A mobilização em torno da busca pela terra possibilitou

a construção de um processo de transferência de capacidade de decisão e autonomia de gestão aos sujeitos locais¹⁷.

Tudo que nós fazemos pela ASSOPRAS nós trabalhamos em equipe, ali trabalhando todo mundo unido, porque só assim unido nos vamos conseguir o objetivo que nós estamos lutando todo esse tempo. Trabalhando unido e dividindo as tarefas, lá no assentamento a gente divide, cada turma vai para um lado, faz o seu serviço, sempre assim. Tem eu, a Dona Marlene, tem aquela senhora que não deu nem tempo de eu apresentar ela pra você, faz parte da diretoria, e é assim a gente se divide, olha por exemplo, hoje nos vamos receber o pessoal do ITEAM, nós estamos aí preparando um lanche pra levar, é sempre assim, nos estamos trabalhando juntas, pra não ficar sobrecarregando (Joana, representante da ASSOPRAS, maio de 2009).

A definição do perfil de candidatos aos lotes de assentamentos é carregada de controvérsias, ainda que esta ação esteja legitimada legalmente, na sua aplicação há muitas indefinições, embora este seja o mais importante passo a ser dado em direção a concepção de um projeto de assentamento. Quais são, verdadeiramente, os atributos necessários a estes candidatos?

As ações de regularização de terras são executadas pelo Instituto de Terras do Amazonas – ITEAM, que marca uma nova etapa na política territorial da Amazônia, coordenadas pelo Governo do Estado do Amazonas. Com base nestas políticas de desenvolvimento regional e integração nacional, o ITEAM tem como uma de suas metas principais a utilização de modelos adequados ao ordenamento territorial, tal como prevê o Plano Plurianual 2008-2011. O planejamento deste Instituto está voltado prioritariamente para ações de regularização fundiária, acesso a terra por meio de programas especiais de reforma agrária e a criação de um sistema de georreferenciamento do Estado do Amazonas.

Os critérios gerais utilizados para a definição de área de loteamento e seleção dos candidatos aos lotes estão baseados na Constituição do Estado do Amazonas, capítulo V, seção III, referente à destinação no meio rural. O artigo 27 determina que as terras deverão ser destinadas prioritariamente às famílias de origem rural, entendendo-se como tal os proprietários de minifúndios, parceiros, subparceiros, arrendatários, subarrendatários, posseiros, assalariados permanentes ou temporários, agregados e demais trabalhadores rurais

¹⁷ Diante da possibilidade da construção de um assentamento rural na área, houve um enorme projeto de mobilização dos trabalhadores rurais membros da ASSOPRAS. Esta mobilização se deu, sobretudo, no planejamento e execução de algumas atividades que seriam o pontapé inicial na consolidação deste projeto. Entre estas atividades, podemos destacar: a definição de uma lista de cem (100) beneficiários, construção do projeto de assentamento adequado às necessidades destes trabalhadores, início das atividades de ocupação da área – limpeza, abertura de ramal, definição de lotes.

e migrantes de origem rural. Além disso, prevê que a exploração das terras distribuídas deverá ser realizada em regime pessoal ou familiar, com residência permanente na área.

Com base nos critérios indicados acima, podemos afirmar que os sujeitos que demandam terra em Itacoatiara não desenvolvem mais a agricultura como principal fonte de renda e sustento, uma vez que esta prática foi abandonada com a ida para a cidade. Entretanto, há um número significativo desses sujeitos que desenvolvem atividades agrícolas em propriedades pertencentes a outras pessoas. Não podemos deixar de mencionar que pairam muitas incertezas, muitas expectativas, muitas desconfianças nesse processo. A preocupação de como serão desenvolvidas estas atividades e projetos? Para melhor compreender como pensam e articulam suas atividades, destacamos algumas informações obtidas mediante a aplicação de formulários socioeconômicos.

Nesse momento, o maior entrave encontrado por esses sujeitos está no fato de não possuírem condições de sustento. Justificando a recorrência por áreas de terra para a agricultura, contudo, deparam-se com a ausência dessas terras. Os trabalhadores locais não possuem terras em que possam realizar o trabalho agrícola familiar, comumente realizado nas suas localidades de origem. Não podemos esquecer que estas pessoas são oriundas de comunidades rurais, aprenderam a cultivar a terra com seus pais e avós. Entretanto, hoje se encontram na cidade, ainda assim, 45,9% dos entrevistados são agricultores e 70,0% dos entrevistados consideram a agricultura como o trabalho preferido (Figura 14).

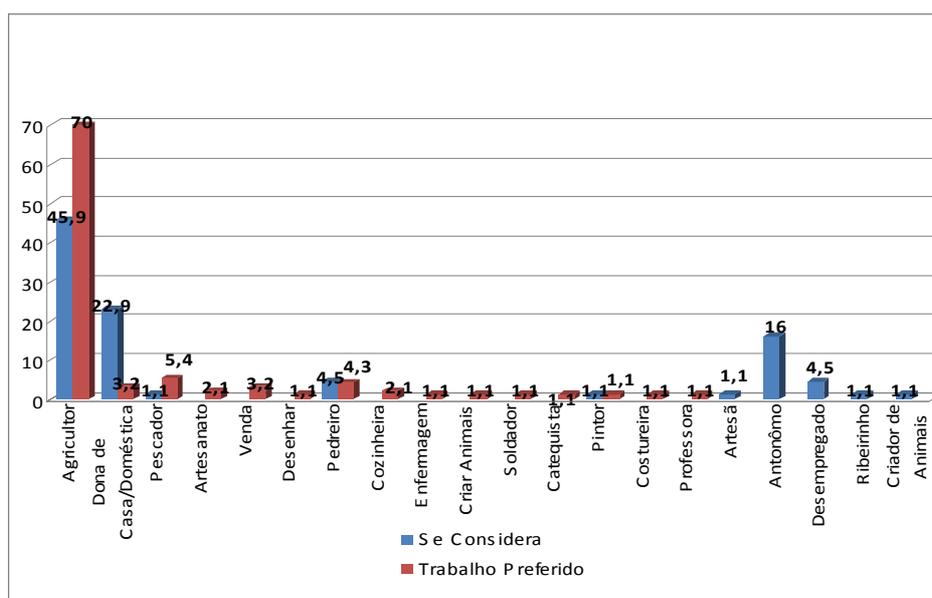


Figura 14 – Definição e Percepção profissional de Itacoatiara.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

A mudança para novas terras implicou grande transtorno para essas famílias, e o abandono de suas terras resultou na perda de direitos sobre elas. O dado que justifica esse abandono, já discutido anteriormente, foi à atração dessas pessoas para a cidade pelas empresas madeireiras. De acordo com os entrevistados, 53,0% (metade) nasceram na cidade, porém, há um número significativo de entrevistados (47,0%) que são provenientes de localidades diversas.

De acordo com Durham (2004), a migração aparece como resposta a condições normais de existência, ou seja, o trabalhador abandona a zona rural quando percebe que “não pode melhorar de vida”, isto é, que a miséria torna-se permanente. Mas, isto não quer dizer que as calamidades naturais ou acidentes não sejam fatores que levam a migração, pois a morte de um membro da família, a conseqüente desorganização do grupo familiar ou a insistência de um parente que “está bem” na cidade também levam as pessoas a mudarem para outros lugares. No entanto, fundamentalmente a migração decorre de uma situação desfavorável que é vista como permanente, pois quando o migrante diz que a vida da roça é difícil, ele não se refere a uma dificuldade passageira, mas a uma condição que parece inerente a vida rural:

[...] Vim morar em Itacoatiara porque meu pai morreu no interior e a minha mãe ficou fazendo frente (cuidando da casa e da renda da família). Aí as coisas começaram a desandar, sabe como é mulher viúva no interior sozinha cheia de filho, já viu né! E os irmãos passaram a brigar pela herança aí que a mãe não aguentou mesmo, vendeu e dividiu entre os irmãos. A gente ficou sem terra e se separou. Viemo pra cá (Itacoatiara) quando viemo trazer os produtos pra comprar as coisa e pagar despesas e por aqui eu fiquei, agora tenho minha própria família e daqui não saio, mesmo não sendo filho daqui! (E. M. S; 54 anos, Agricultor Local, Itacoatiara, 2008).

Isso ocorre porque não há uma política voltada para o desenvolvimento das atividades produtivas na região amazônica, tampouco projetos sociais que contemplem as especificidades e singularidades locais. Como foi possível perceber, essas pessoas gostam do trabalho que fazem, respeitam essa prática por ter sido transmitidas por seus ancestrais. E embora a maioria dos entrevistados não desenvolva a agricultura neste momento, esta é a atividade escolhida por excelência.

Não é a toa que a agricultura aparece como uma das mais importantes, pois 25,0% dos entrevistados afirmaram que sua principal fonte de renda é a produção agrícola. Em seguida, há destaque para o setor da construção civil com 18,0% e, por fim, as atividades voltadas para

os serviços gerais – os chamados bicos – (15,0%), que abrangem o setor comercial. Os dados revelam a diversidade ocupacional. Porém, como destacamos anteriormente, esse fator ocorre porque as pessoas não possuem preparação e capacitação para desenvolverem outras atividades, além da agricultura (Figura 15):

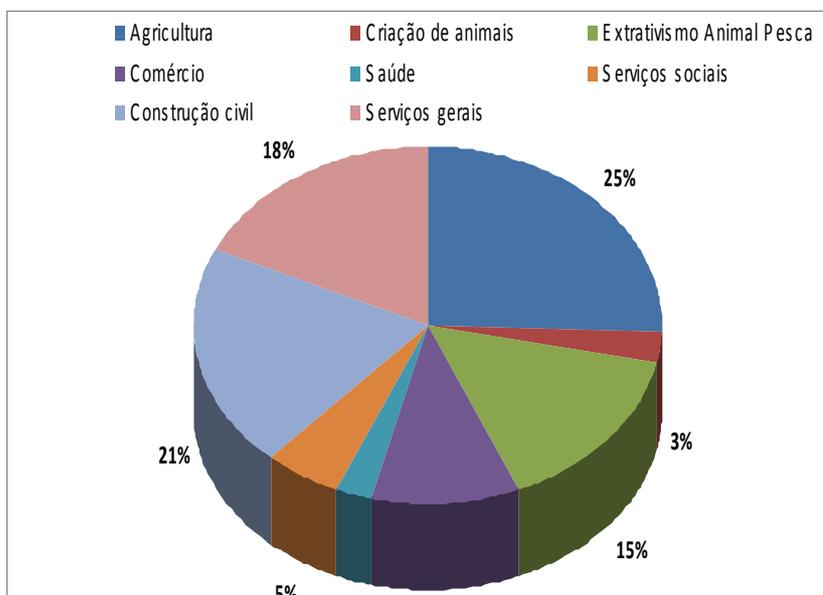


Figura 15 – Principais atividades desenvolvidas em Itacoatiara.
Fonte: Pesquisa de Campo 2008.

Contudo, esta estratégia nem sempre tem obtido êxito, tendo em vista que grande parte daqueles sujeitos está na condição de “demandantes de terra” residem no centro urbano, buscam áreas de terra para produção pelo fato de terem sido vítimas do sistema segregador das cidades. Destacamos, neste momento, uma grande controvérsia surgida no decorrer da pesquisa: produtores rurais ou trabalhadores rurais? Qual seria a melhor definição? Nesse caso, o trabalhador rural estaria associado ao ribeirinho que vive nas comunidades rurais de várzea e terra firme, basicamente do sistema de produção familiar. O produtor rural (denominação utilizada pelos membros da ASSOPRAS) seria aquele sujeito que mora nas cidades e interiores, mas que pretendem voltar suas produções para a lógica competitiva e empreendedora do sistema capitalista?

De um modo ou de outro, restou apenas uma opção: o retorno ao campo de produção, tendo em vista que, neste momento, grande parte dessas pessoas possui uma renda mínima, vivem de pequenos serviços e bicos. A maioria das pessoas entrevistadas (63,0%) afirmou possuir uma renda de R\$ 101,00 a R\$ 500,00 e 37,0% dos entrevistados afirmaram possuir renda de até R\$ 100,00. É preciso levar em consideração que estes trabalhadores envolvidos

no projeto não possuem condições financeiras de dar um ponta pé inicial em um empreendimento rural, ocasionando uma nova situação de abandono e marginalidade dentro de um ciclo de contínua colonização.

Além disso, a maioria dos entrevistados (41,8%) não possui título das terras onde trabalham. Os motivos alegados para não possuírem os títulos variam muito: para 5,7% as terras possuem donos; para 16,4% falta mesmo o título; 4,9% espera ansiosamente pelo assentamento; 4,1% colocam-se sem nenhum constrangimento como posseiros. Dos 41,8% moradores que não possuem título de suas terras na cidade, 16,4% dizem que apenas falta a titulação definitiva. Nestas áreas de terras ocupadas por estes trabalhadores na cidade de Itacoatiara, há um dado interessante, suas áreas de moradia estão, em geral, localizadas em áreas de várzea (19,0%) e terra firme (21,3%) ao mesmo tempo, em função da típica localização dos bairros periféricos – às margens dos rios. As áreas voltadas para os roçados (2,3%) e sítios (5,2%) são bem menores, o que comprova a ausência de áreas de produção (figura 16):

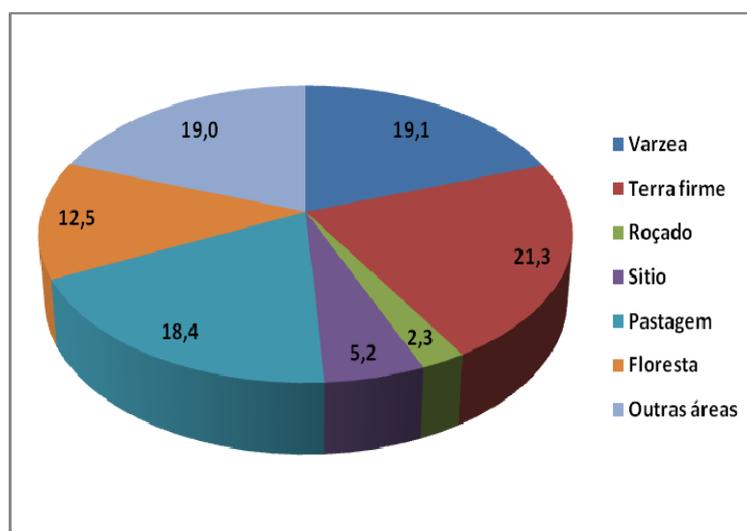


Figura 16 – Caracterização fundiária das propriedades dos “demandantes de terras” de Itacoatiara (%)

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Contudo, é importante ressaltar que esta análise fundiária diz respeito às terras situadas na cidade de Itacoatiara, nas quais estão localizadas as residências dos trabalhadores rurais demandantes de terras. Entretanto estas áreas não permitem a realização de produção agrícola, o que ocasiona a necessidade de acesso a novas áreas de produção. A possibilidade de acesso a terra mediante a implantação de um assentamento rural possibilitou a visualização de uma nova perspectiva de vida, o alcance a uma situação segura e confiável.

Como é possível observar na figura 17, cerca de 57,0% dos entrevistados acreditam que o maior benefício que o assentamento poderá trazer para suas vidas está na agricultura. Paralela a atividade agrícola está à geração de renda (16,0%) e a materialização de seus trabalhos (10,0%). Além deste aspecto, os entrevistados acreditam que serão beneficiados com a instalação de infraestrutura básica (6,0%) e segurança (4,0%).

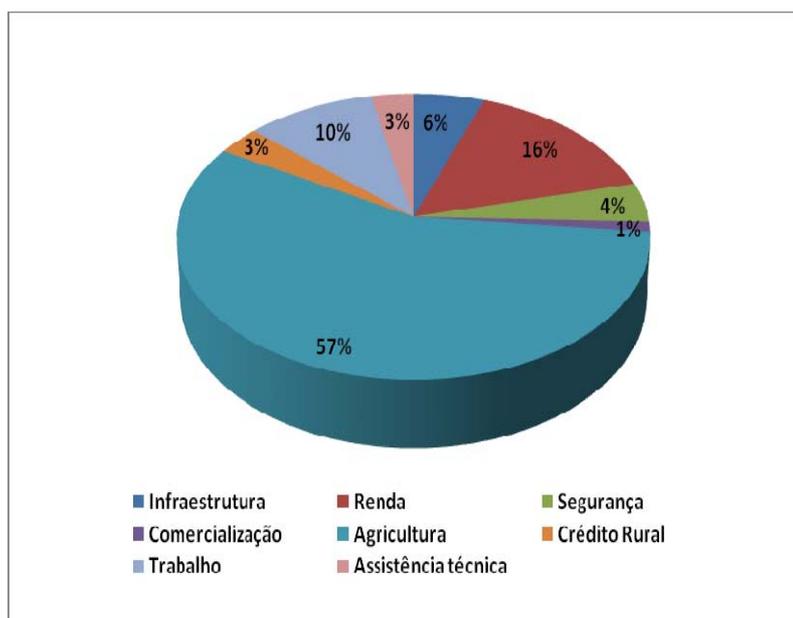


Figura 17 – Benefícios esperados com o assentamento (%).
Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Atualmente, a maior expectativa destes trabalhadores é com relação à propriedade da terra (34,7%), algo muito desejado entre eles e muito planejado. Além disso, estas pessoas acreditam que esta regularização (14,3%) deve acontecer para mudar suas vidas, pois somente, deste modo, poderão ter acesso à terra. Em terceiro lugar, indicam a agricultura (12,2%) como uma grande expectativa na geração de renda, além disso, estas famílias possuem origem rural, as atividades agrícolas, na maioria das vezes, constitui uma das atividades que melhor desempenham.

A possibilidade de melhoria de renda (10,2%) também surge como algo de grande expectativa, haja vista as grandes dificuldades enfrentadas atualmente por estas famílias, entretanto, sabemos que a renda acaba, sendo uma consequência quando estas atividades são desenvolvidas (regularização e agricultura). Os moradores também citaram as condições de infraestrutura na área de localização do assentamento e própria ideia de comunidade (8,2%) como algo que poderá trazer melhorias para suas vidas; por fim, a família, a segurança e os

benefícios (4,1%) constituem fatores importantes entre as expectativas e necessidades destes moradores (Figura 18).

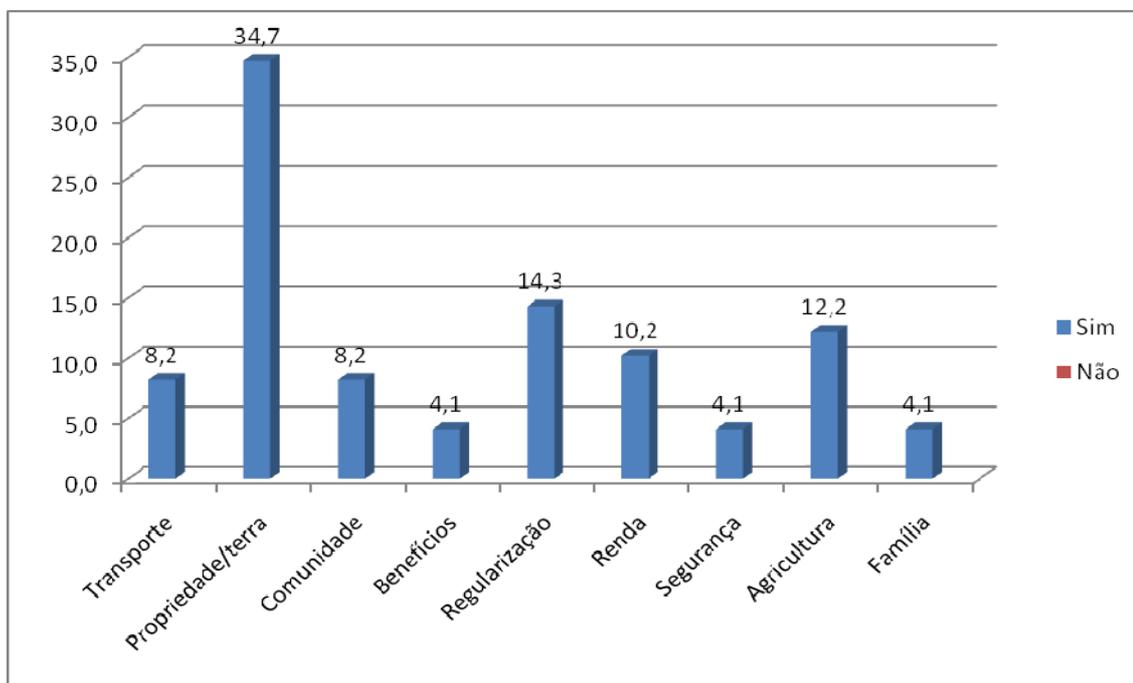


Figura 18 – Demandas e expectativas com regularização fundiária (%)
 Fonte: Pesquisa de campo, 2008

Por outro lado, não podemos deixar de mencionar alguns problemas que, segundo os moradores, poderão surgir na implantação deste assentamento. Embora a maioria dos moradores tenha enfatizado o lado positivo deste processo, visualizando apenas os aspectos que serão favorecidos com a instalação do assentamento, os moradores que reconheceram fatores negativos neste processo, indicaram em primeiro lugar a ocupação desordenada do território (100,0%), para alguns moradores esta situação não aconteceu até agora, entretanto, também, não pode se descartada. Além disso, a situação do transporte (100,0%), também, pode figurar como algo negativo, tendo em vista a necessidade que estas pessoas terão para escoar suas produções. Aspectos como a infraestrutura (33,3%) e a regularização (25,0%) passam a ser entendidos, neste momento, como possíveis problemas para as comunidades desde que não seja executado do modo como foi previsto.

Com relação à possibilidade de desmatamentos, também, houve a mesma tendência dos moradores destacarem, sobretudo, os fatores positivos e não negativos deste processo; entre os fatores positivos destacados para o importante controle do desmatamento foram citados: a fiscalização, o reflorestamento, extrativismo e manejo (100,0%). A regularização fundiária em si e a orientação que estas pessoas deverão receber constituem 66,7% de favorecimento e não o contrário.

Sabemos que os projetos de assentamentos na Amazônia registram histórias de abandono e fracasso, porque não pensam no trabalhador como ser social, mas como coisa que faz parte de um processo ou projeto a ser realizado, sem a compreensão de que o homem é um ser social por excelência, pois seu existir está inter-relacionado a outras existências dentro da dinâmica do cotidiano da vida. Nos projetos de assentamentos rurais, o trabalhador que é o sujeito do processo, não é respeitado como ser pensante, é alijado da participação na exposição de suas ideias e sugestões, dentro de uma realidade em que o conhecimento e o *saber fazer amazônico* são fundamentais para o êxito de qualquer projeto, principalmente, os assentamentos rurais.

Não pretendemos incorporar uma perspectiva analítica negativista a este estudo, contudo, não podemos deixar de mencionar os pontos em comum com outros projetos no processo de idealização e execução do mesmo. Se há uma recorrência aos modelos passados como evitar a repetição dos erros? Por outro lado, não podemos permitir que esta noção de fracasso se sobreponha as singularidades de nossa história social, tendo em vista que estas pessoas possuem o direito de decidir sobre seus futuros. Afinal, cabe a elas conduzirem a novas experiências e rumos diferentes daqueles estabelecidos pelos técnicos. No entanto, o processo de aquisição do conhecimento e da obtenção de informação é, absolutamente, necessário, não apenas para os técnicos e planejadores, mas para os próprios assentados. Esta história não esta escrita nos livros.

Retomando a questão: se tantos erros são cometidos no processo de planejamento e execução dos projetos de assentamento, porque algumas experiências não foram incorporadas no que diz respeito aos modelos existentes? Não significa que não haja interesse no sentido de evitar determinadas práticas, contudo, nesse aspecto, percebemos uma total desvinculação entre o tempo da política e o tempo da vida. Tal disparidade leva muitos grupos sociais a tomarem medidas precipitadas na ocupação das terras que, conseqüentemente, interferem no processo de organização e planejamento das atividades. Quando há intenção em resolver as questões fundiárias dentro da legalidade e planejamento estatal, como bem quer fazer a ASSOPRAS, a espera é longa e sofrida, causando o abandono do projeto pelas famílias. Resultado: o projeto de assentamento não sai da condição de projeto, não havendo nenhuma efetividade em sua política de desenvolvimento e geração de renda. Além disso, durante todo o processo, é possível perceber que o projeto está descoordenado, não havendo uma política articulada do início ao fim. As ações são executadas de tal modo que não podemos perceber uma efetiva aplicação ao longo do mesmo.

O processo de expansão capitalista esteve atrelado a uma política de colonização que visava o desbravamento de terras e a atração de imigrantes, mas a medida que esses projetos não ofereciam condições de assegurar sua própria implantação, sua lógica de controle e planejamento tomou outros rumos, estes rumos favoreceram a especulação e expansão capitalista, tomando como fundamento a lógica da improdutividade.

Resta saber se este projetos se caracterizam com a pretensão de reforma agrária ou continuidade de um projeto de colonização naturalmente associado a Amazônia? Ao que parece esta política de colonização esta substituindo a reforma agrária necessária. Dito de outro modo, se recorre a colonização para não se mexer na complexa estrutura fundiária.. Atualmente, as instituições voltadas para a questão agrária não utilizam mais a definição de colonização. Mas, o que mudou?

Por incrível que pareça, a falta de conhecimento e informação sobre a Amazônia social permanece assustadora e evidente nas regiões metropolitanas do Brasil. A idéia de *vazio demográfico* parece povoar a mentalidade e senso comum nacional, como se a região amazônica fosse povoada, eminentemente, por seres de outro mundo (além da paisagem exuberante). Conseqüentemente, muitas pessoas ainda partem em busca do *El Dorado*, quando chegam à Amazônia e se deparam com uma diversidade social e cultural, não escondem a surpresa: “pensei que só tivessem índios aqui”. O que revela a ausência de reconhecimento existencial, tal como se a Amazônia estivesse congelada no tempo e no espaço. Talvez a intenção seja essa, não registrar a posse e ocupação desse patrimônio pelos saberes locais. Diante disso, enfatizamos a emergência de registro dessas subjetividades, mediante a construção democrática de seus direitos e culturas.

CAPÍTULO III

O SUJEITO EM MOVIMENTO NA AMAZÔNIA Descolonização, Cultura Política e Construção Democrática

A construção e afirmação do sujeito enquanto ator do seu próprio projeto de vida e social requer a articulação de três categorias fundamentais – descolonização, cultura política e construção democrática. O sistema colonialista, mediante políticas de ocupação territorial, deixou marcas irreparáveis na concepção de sociedade na Amazônia, um projeto que permanece povoando as mentes de muitos governantes e políticos, sempre que se tenta por em marcha o colonialismo do poder. Tomando como referência as contribuições das teorias da descolonização – Dussel (2005), Quijano (2005) e Mignolo (2008) - partimos do pressuposto de que o conhecimento não é produzido de forma democrática, senão a partir de diferentes posicionamentos e interesses dentro de um padrão hierárquico de poder, poder este cunhado na noção de colonialidade do poder de Aníbal Quijano. Assim, buscar formas de evidenciar as tentativas de enunciação das subjetividades em práticas associativistas constitui um passo fundamental para aquele pesquisador que pretende se desvencilhar da construção de *discursos interpretativos dominantes*.

Tomamos como unidade de análise os depoimentos dos membros da Associação de Produtores Rurais de Silves-ASSOPRAS que possuem uma posição estratégica e fundamental na formação da opinião e concepção deste grupo, uma vez que são indicados aos cargos de representação coletiva. Buscamos reconstituir alguns dos sentidos que o pertencimento ao movimento adquire na Amazônia, fundamentados da noção diferencial de sujeito, apresentada por Alain Touraine. Os depoimentos formais e informais desses sujeitos destacam as formas de adesão, empenho e dedicação ao movimento justificadas por eles próprios. Em outras palavras, os movimentos se configuram em uma alternativa de significação social, transformando, em certos casos, o pertencimento ao movimento em algo tão ou mais importante que a aquisição da própria terra, o fato do sujeito estar em movimento.

A participação e mobilização desse sujeito produzem um saber que articula cultura, política e democracia, um ponto fundamental para problematizar a existência de narrativas hegemônicas acerca de determinados conceitos (colonização, sujeito, modernidade, cultura

política e democracia), desestruturando percepções distorcidas e cristalizadas nas mentes das sociedades oriundas de um inconseqüente projeto de colonização.

Partindo deste quadro analítico, é preciso evidenciar as formas e alternativas de participação política criadas pelos grupos sociais, tendo em vista a possibilidade de construção democrática, envolvendo elementos de confiança e legitimidade. Este capítulo permite perceber que nos locais onde se encontram os grupos de “demandantes de terra” as práticas associativistas assumem importante função na formação de novas práticas políticas.

1 Revendo paradigmas e interpretações

Em termos modernos o maior legado das nações colonizadas é, justamente, a sobrevivência do colonialismo, em outras palavras, da colonialidade do poder nas nações independentes, como o Brasil que se tornou independente de Portugal no início do século XIX. A principal fundamentação desta perspectiva de análise, que estamos destacando desde o início do estudo, é que o processo de descolonização apenas foi iniciado, mas não está acabado, o que legitima a penetração de práticas colonialistas e sua reprodução nos sistemas políticos das nações após o período da independência.

A descolonização avançou até o campo político-institucional, mas permanece presente nos conceitos de raça, gênero, trabalho, conhecimento, religião e linguagem. Deste modo, seria enganoso falar em pós-colonialismo, se ainda não se faz consolidada uma fase pós-colonial. Pois, ainda está por ser realizada a segunda fase da descolonização, não no campo político, mas no campo cultural e social. Diante deste cenário, trago a tona o conceito de “colonialidade do poder”, cunhado por Aníbal Quijano, este conceito está vinculado ao padrão de poder que se constitui com o capitalismo moderno/colonial da Europa, o capitalismo teve início com a descoberta e conquista da América em 1492 (QUIJANO, 2005:227).

Este sistema deu origem a um padrão de poder mundial fundamentado na idéia de raça, à medida que estabeleceu um padrão de classificação racial da população em todo o mundo. Deste processo, foram produzidas identidades raciais novas que seriam fundamentais para legitimar as classificações anteriores das hierarquias associadas a este poder – esta perspectiva relacionava lugares e papéis sociais numa rede de dominação racial constante. Obviamente, a América protagonizou o papel chave desse processo, o lócus onde esse padrão de poder colonialista se materializou de forma completa. Segundo Quijano:

A formação de relações raciais fundadas nessa idéia produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outros. Assim, termos como espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação as novas identidades uma conotação racial. E na medida em que as relações raciais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas as hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como constitutivas delas e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha (QUIJANO, 2005:227).

Algumas definições categóricas passaram a ser fundamentais para se entender esse processo, entre as quais as de raça, identidade e divisão do trabalho. A codificação dos traços fenotípicos dos colonizados foi um passo importante na constituição das categorias de classificação racial, nesse processo, não apenas traços como a cor da pele prevalecia, mas a estrutura física de um modo geral. Mas, sem dúvida, a cor da pele foi determinante, logo, os negros, pardos e mestiços foram considerados inferiores à raça branca.

Na América Latina essa idéia de raça atribuiu mais legitimidade aos processos de poder e relação de dominação. Para Quijano, esta idéia foi fundamental para a própria definição identitária européia em uma posição hegemônica, tendo em vista que a descoberta da América que a Europa permitiu a elaboração dessa perspectiva eurocêntrica de conhecimento. Para Quijano:

[...] a primeira identidade geocultural moderna e mundial foi a América. A Europa foi a segunda e foi constituída como conseqüência da América, não o inverso. A constituição da Europa como nova entidade/identidade histórica fez-se possível, em primeiro lugar, com o trabalho gratuito dos índios, negros e mestiços da América, com sua avançada tecnologia na mineração e na agricultura, e com seus respectivos produtos, o ouro, a prata, a batata, o tomate, o tabaco [...]. Europa e América produziram-se historicamente, assim, mutuamente, como as primeiras novas identidades geoculturais do mundo moderno (QUIJANO, 2005:237).

Esse resultado foi possível porque os povos conquistados foram postos numa situação “natural” de inferioridade, logo, a raça converteu-se na principal justificativa desta tese e passou a determinar o modo de classificação racial universal da população mundial que passamos a conhecer desde quando nascemos. Afinal, a produção do conhecimento passou a ser o maior trunfo da Europa, sendo que todo conhecimento considerado válido era aquele produzido na Europa. Logo, os europeus figuravam como o povo mais avançado, mais inteligente, mais trabalhador, enfim, o povo superior. Conseqüentemente, os conhecimentos dos povos colonizados foram reduzidos a superstições, cultura popular, folclores, mitologias, crenças, entre outras coisas. A colonialidade do poder tomou conta de todas as esferas da vida

social. “Como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento” (QUIJANO, 2005:230).

Logicamente, o fato da Europa Ocidental se auto-definir como superior pressupõe que na sua “escala de desenvolvimento” e evolução, a Europa configura como a parte moderna da humanidade, a parte mais avançada da espécie na trajetória civilizatória. Contudo, entendemos que essa modernidade só se tornou possível mediante as estratégias de colonização. A idéia de modernidade é, portanto, indissociável da idéia de colonização. A colonialidade do poder é constitutiva da modernidade, pois enquanto a modernidade significou para a Europa sua condição emancipatória e desenvolvida, para as nações colonizadas significou violência, transvertida de civilização, evangelização, cristianização e colonização.

Para Aníbal Quijano, há um grande equívoco nessa forma de conhecimento universalizada, de modo que a modernização não significa a ocidentalização das sociedades e culturas, uma vez que a modernidade é um fenômeno que está presente em todas as sociedades. O que se pode dizer é que a modernidade Ocidental foi mais longe no desenvolvimento científico-tecnológico, tendo a Europa no papel hegemônico¹⁸. Mas a pretensão de ser produtora e protagonista da modernidade revela, na verdade, uma tendência também “natural” ao etnocentrismo. Portanto, a modernidade foi também colonial desde o seu ponto de partida.

Enrique Dussel afirma que há dois conceitos de modernidade. Mas, para compreender sua perspectiva de análise, é preciso se opor à interpretação hegemônica da Europa Moderna. Contudo, o primeiro conceito é eurocêntrico, de modo à modernidade é tida como possibilidade de emancipação, implica o desenvolvimento do ser humano. Processo que

¹⁸ “Os defensores da patente européia da modernidade costumam apelar para historia cultural do antigo mundo heleno-românico e ao mundo do Mediterrâneo antes da América, para legitimar sua defesa da exclusividade dessa patente. O que é curioso desse argumento é que escamoteia, primeiro, o fato de que a parte realmente avançada desse mundo do Mediterrâneo, antes das Américas, área por área dessa modernidade, era islâmico-judaica. Segundo, que foi dentro desse mundo que se manteve a herança cultural greco-romana, as cidades, o comércio, a agricultura comercial, a mineração, os têxteis, a filosofia, a história, quando a futura Europa Ocidental estava dominada pelo feudalismo e seu obscurantismo cultural. Terceiro que, muito provavelmente, a mercantilização da força de trabalho, a relação capital-salário, emergiu, precisamente, nessa área e foi em seu desenvolvimento que se expandiu posteriormente em direção ao norte da futura Europa. Quarto, que somente a partir da derrota do Islão e do posterior deslocamento da hegemonia sobre o mercado mundial para o centro-norte da futura Europa, graças a América, começa também a deslocar-se ao centro da atividade cultural a essa nova região. Por isso, a nova perspectiva geográfica da história e da cultura, que ali é elaborada e que se impõe como mundialmente hegemônica, implica, obviamente, uma nova geografia do poder. A própria idéia de Ocidente-Oriente é tardia e parte da hegemonia britânica. Ou ainda é necessário recordar que o meridiano de Greenwich atravessa Londres e não Sevilha ou Veneza?” (QUIJANO, 2005:233).

ocorria na Europa do século XVIII, segue uma seqüência espaço-temporal bem conhecida e marcada pelo Renascimento Italiano, Reforma e Revolução Francesa. Perspectiva eurocêntrica, pois parte de fenômenos intra-europeus e até seu desenvolvimento posterior está, unicamente, na Europa (DUSSEL, 2005:58).

O conceito de modernidade busca definir como determinação fundamental do mundo moderno o fato de ser “centro” da história mundial. Em outras palavras, não se pode afirmar que até 1492 não houve história mundial, pois os impérios e sistemas culturais coexistiam entre si em todo o mundo. O que ocorre é que, com a expansão européia e chamada conquista do novo mundo dá-se lugar para uma só história mundial. Essa história passou a ser determinante, forçadamente assimilada e incorporada nas nações colonizadas. Aliás, como essa “outra” história poderia ser contada se os seus guardiães, para usar a expressão de Giddens, foram duramente silenciados? Para Dussel, esta Europa “centro” da história mundial determina que todas as outras culturas devem ser tidas como periféricas.

A Europa aparece no centro e todas as outras nações na periferia. As setas indicam o momento em que estas nações adquiriram sua independência, as outras nações indicadas conseguiram esse objetivo no século XIX, com exceção da América do Norte que obteve no século XVIII. No esquema a América Latina se caracteriza como periferia, a África Banto como o escravismos em costas ocidentais, a América do Norte conquista sua emancipação no século XVIII e a América Latina apenas no século XIX. Aliás, a conquista da América Latina funciona como um trampolim para a dita vantagem européia, afinal, sua “superioridade” é proveniente da acumulação de riquezas e conhecimentos desde a conquista da América Latina. Portanto, a América Latina entra na modernidade antes da América do Norte, mas como a “outra face”, dominada e explorada. Esta falsa idéia de modernidade está encoberta pelo “mito da modernidade”, que para Dussel está envolvido em um encadeamento de circunstâncias históricas desenvolvidas do seguinte modo:

1. Civilização moderna e superior (eurocentrismo) → 2. Superioridade implica o desenvolvimento da inferioridade (civilização) → 3. Quem aponta o caminho para o desenvolvimento? (Europa) → 4. Que diante da resistência do inferior (nativo) produzia a violência → 5. Conseqüência: Vítima/holocausto/civilização (o nativo colonizado) → 6. Modernidade (emancipação) → 7. Civilização da modernidade.

Esse esquema interpretativo permite conceber a modernidade dentro de uma perspectiva inteiramente nova, afinal, quem deve estar no centro elaborando esse processo de investigação é o próprio colonizado, aquele que esteve exterior. Para Dussel, a superação dessa falsa idéia de modernidade requer a percepção dessa violência matricial como culpada pela condição atual das nações que foram colonizadas. “Para tanto, a outra-face negada e vitimada da modernidade deve primeiramente descobrir-se inocente: é a vítima inocente do sacrifício ritual que ao descobrir-se inocente julga a modernidade como culpada da violência sacrificadora, conquistadora, originária, constitutiva, essencial”.

Aliás, é urgente a percepção da própria existência dessa colonialidade de poder, considerando que a independência dos Estados-Nação pressupõe a possibilidade de um tempo de pós-colonização. Mas, ao contrário, as hierarquizações coloniais não foram superadas, inclusive, no campo racial. O colonialismo e o período colonial estão inseridos em estágios históricos específicos da colonialidade de um poder que se faz recorrente. Os processos de independência na América Latina não superaram o padrão de poder constituído no período colonial formal. Dito de outro modo: os ex-colonizados continuaram presos a hierarquizações coloniais, sobretudo, os negros e os índios. Estamos diante de Estados independentes com sociedades coloniais (QUIJANO, 2005:).

2 Resta a opção descolonial?

No Brasil esse processo também não poderia deixar de ser desastroso, os negros e os índios não participaram, efetivamente, na construção do Estado brasileiro. Aliás, a maioria das nações latino americanas não teve a participação destes em sua concepção de Estado. No Brasil, esse imaginário se construiu de diferentes modos em torno de uma suposta democracia racial, nesta matriz colonial a nacionalidade brasileira foi fundamentada no silêncio dos seus próprios filhos, mas onde está a mãe gentil? O povo heróico não se contentou com este cenário, resistiu e lutou, mas foi ignorado e destituído dos seus direitos.

Vê-se presente nesse momento da história (fim do século XX e início do século XXI) pôr-se em marcha o segundo momento da descolonização. Resta ainda esta opção? Nesta opção é assumido que o pensamento surge da exterioridade (criação de fora para dentro), não fora do contexto histórico, mas por quem foi colocado fora dele. Para Walter Mignolo, esta opção deve ser uma opção de co-existência, deve rejeitar formas unilaterais de ver e entender a realidade, seja ela qual for (MIGNOLO, 2008:246).

Esta construção epistemológica é necessária, sobretudo, para quem foi vítima dos sistemas etnocêntricos de poder. A opção descolonial não propõe uma nova ideologia universal, mas pretende multiplicar e conectar projetos de descolonização em todo o mundo. Obviamente, cada um dos projetos de descolonização, em oposição ao colonialismo do poder, se desenvolveu em circunstâncias sociais, políticas, culturais e históricas diferentes, mas, em geral, cada um deles precisa se desprender das perspectivas totalitárias de entendimento. Nesse contexto, convém questionar: qual seria o diálogo possível entre os movimentos de emancipação e o projeto de descolonização? Em primeiro lugar, a opção descolonial propõe o desprendimento da lógica da colonialidade.

Em segundo lugar, é preciso relacionar diretamente a ideia de descolonização a noção de subjetivação. O processo de subjetivação é essencial para que esta opção descolonial tome corpo. Os projetos políticos que dão concretude a colonialidade do poder, destacada por Quijano, estão em relação direta com os próprios colonizados que se situam nessa ordem de classificação. Portanto, a opção descolonial precisa se orientar em direção aos colonizados e aos colonizadores, precisa ser um projeto universal. Contudo, há que se destacar os esforços que sempre estiveram presentes na construção de outra narrativa, esse movimento começou a ser percebido no campo político e intelectual como a noção de “diferença colonial”. Para Magnolo:

A diferença colonial é o espaço onde as histórias locais que estão inventando e implementando projetos globais encontram aquelas histórias locais que os recebem [...] a diferença colonial é, finalmente, o local ao mesmo tempo físico e imaginário onde atua a colonialidade do poder, no confronto de duas espécies de histórias locais visíveis em diferentes espaços e tempos do planeta (MIGNOLO, 2003:10).

A diferença colonial, como o próprio termo sugere, é produto do embate entre as histórias locais europeias que se apresentam como projetos universais e as histórias locais das sociedades colonizadas. A imposição desse projeto de colonização não eliminou, por completo, as culturas locais. Mas, não se trata de entender a diferença colonial como uma diferença cultural, pois esta perspectiva de análise é simplista e empobrecedora, à medida que não considera os aspectos de poder e dominação. A diferença cultural pressupõe a ideia de relativismo cultural, enquanto a noção de diferença colonial implica a liberação de formas de poder presentes na ideia de colonialidade.

Com base na coexistência dessas perspectivas, Magnolo sugere o “pensamento fronteiro”, como reação a diferença colonial. Pressupõe a elaboração de situações dialógicas e enunciação como reação ao discurso hegemônico. O pensamento fronteiro se caracteriza

como o momento do confronto entre conhecimento moderno/Europeu e os conhecimentos das perspectivas das modernidades coloniais (Ásia, África, América), mas não se trata de cair em um fundamentalismo teórico e prático novamente – que rejeita o Europeu, pois seria reproduzir a colonialidade sob outros moldes. Trata-se de levar em conta a duplicidade de consciência – o embate de duas perspectivas teóricas locais, de modo inteiramente democrático.

Por isso, é preciso fugir das análises unilaterais. E falar em nome de uma infinidade de experiências, todas diversas entre si. Para não cometer o erro de universalizar e uniformizar essas experiências, tomando com o parâmetro apenas aquelas presentes nas obras desses autores. Destacamos as nossas próprias experiências e evidências de como os grupos sociais da Amazônia estão colocando em marcha o processo de descolonização. Na verdade, há muitos locais de enunciação que precisam ser manifestados, experiências de libertação e construções que colocam em andamento a opção descolonial. Este estado de espírito está presente no mundo do ex-colonizado que toma consciência das formas de inferiorização que os atingiu e atinge severamente na expressão de sua vontade de libertação e criação de si. Ele não se levanta como vítima que precisa da reprodução de práticas assistencialistas e clientelistas, mas como sujeito que carrega diante de si próprio o projeto de construir uma realidade transformada por ele mesmo.

3 A emergência do sujeito e o processo de descolonização na Amazônia

Ilse Scherer-Warren em seu estudo sobre os *Movimentos Sociais* afirma que a busca em compreender o social está relacionada a um conjunto de relações comandadas pela dialética da opressão e libertação. De modo que todas as relações sociais estão mediadas por uma relação de poder que leva a opressão e, conseqüentemente, reação a esta opressão. Segundo a autora: “Nenhum grupo é totalmente oprimido ou completamente liberto” (SCHERER-WARREN, 1989:08).

A luta contra essa opressão pode ser expressa de vários modos, como tem ocorrido historicamente com lutas sangrentas, reivindicações e repressões violentas. “Contudo, a busca por libertação exige um agir ativo”. Mas quando os grupos resolvem se unir em prol de uma causa e superar uma determinada condição social, podemos falar da existência do um Movimento Social. O termo Movimento Social surgiu com Lorenz Von Stein, por volta de 1840, quando este autor passa a defender os estudos dos movimentos políticos franceses,

comunistas e socialistas emergentes. A partir de 1940, o interesse por esta temática aumentou, destacando-se os trabalhos de Mac-Iver, R. Heberle, G. Rocher e, particularmente, Alain Touraine.

Em geral, os critérios utilizados na caracterização dos movimentos eram os seguintes: grupo mais ou menos organizado; com liderança ou não; com programa ou projeto comum; fundamentado em alguma doutrina ideológica ou concepção de movimento. Nesse contexto, a sociologia Marxista obteve grande expansão, os critérios da concepção marxista de movimento passaram a ser adotados pela maioria dos movimentos até os dias de hoje. A contribuição marxista também se deu no campo acadêmico, quando os intelectuais tomaram as obras de Karl Marx para fundamentar suas teses e estudos sobre os diferentes segmentos sociais. Com base nisso, alguns conceitos passaram a ser fundamentais para a formação e dinâmica dos movimentos sociais como *práxis, projeto e ideologia*.

Os movimentos sociais na Amazônia surgem a partir desta lógica de entendimento, em meio a um processo de transição democrática não linear, tampouco estendida àqueles grupos que lutam pelo reconhecimento de suas existências. Em meio a esta condição de opressão apontada por Scherer-Warren, as relações sociais na Amazônia estão marcadas, desde o princípio, por opressões e rejeições. Mas isso não significa que isso tenha sido assimilado naturalmente por aqueles que vivem na região, muitos grupos sociais se lançaram em oposição a esta condição social em que foram inseridos.

Foram aliadas, nesse processo, instituições que não podem ser esquecidas ou desconsideradas. Entre as quais, a CPT – Comissão Pastoral da Terra; CIMI – Conselho Indigenista Missionário; CEBS – Comissão Eclesial de Base; CUT – Central Única dos Trabalhadores. Essas instituições foram fundamentais no processo de formação política dos sujeitos sociais que lutavam por cidadania na Amazônia.

As novas identidades que vão surgindo nesse contexto remetem a antigas condições sociais e éticas da história dos índios e negros na região. Evocam suas relações com a natureza (castanheiro, pescador, seringueiro, quebradeira de coco). Expressam também uma posição derivada da ação de projetos impositivos em suas vidas (“atingidos”, “assentados” e “deslocados”). A Amazônia está representada por uma diversidade de grupos sociais e evidências de manifestações coletivas. “O que há de novo é a manifestação no espaço público por direitos daqueles que antes viviam sob a lógica do favor” (GONÇALVES, 2001:128).

O fato desses grupos estarem nessa condição de “subalternidade” e opressão não atribui a eles a incapacidade de não construírem alternativas informais de participação. Ao

longo de suas histórias de vida está evidente a participação em setores informais de organização dos interesses coletivos. Por outro lado, a participação em postos de representação política formal é um acontecimento recente e, ainda assim, limitado. A transição da ditadura para a democracia possibilita uma percepção mais evidente das dificuldades dos setores populares na conquista de um lugar na política institucional.

Segundo Carlos Gonçalves a redemocratização brasileira não teve início com as eleições para presidente, mas com as eleições para governadores e prefeitos, em 1982. “As eleições para prefeitos dos municípios das capitais, que tendem a ser menos controladas pelas oligarquias tradicionais e, portanto, mais politizadas [...]” (2001:129). Este fator permitiu a participação de novos atores sociais e, conseqüentemente, a reconfiguração de quadros políticos dominados por práticas assistencialistas, clientelistas e patrimonialistas.

Assim, vários movimentos sociais surgem nos anos de 1980, possibilitando o encontro de grupos sociais que lutam em prol de uma mesma causa, o reconhecimento de suas existências. Buscamos destacar três importantes movimentos na Amazônia, os Movimentos dos Seringueiros, os Movimentos dos Quilombolas e o Movimento das Quebradeiras de Coco.

Um dos movimentos sociais de maior repercussão na Amazônia foi o Movimento dos Seringueiros. Em meados da década de 1970, surgem nos Acre os primeiros embates contra aqueles fazendeiros que queriam implantar pastos na Amazônia. Os seringueiros se manifestaram como defensores da região e, portanto, refratários a esta lógica de desenvolvimento.

Esses seringueiros, inicialmente, reivindicavam a propriedade definitiva de suas terras. Logo, perceberam a situação de miséria a sua volta, sobretudo nos projetos de assentamentos, e passaram a dar maior legitimidade as suas lutas. Com a liderança do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Xapuri e Chico Mendes formularam uma proposta política original, combinando a luta pela terra com suas identidades políticas de seringueiros. A proposta das Reservas Extrativistas representa o coroamento de suas identidades coletivas, a defesa de suas famílias e condições sociais. Em 1985, é criado do Conselho Nacional dos Seringueiros, entidade representativa que adquiriu grande importância na consolidação desse princípio de redemocratização.

Outros movimentos de grande repercussão nacional foram aqueles que envolvem as populações negras, que representam o maior passivo social da sociedade brasileira, juntamente, com os indígenas, mas com poucas manifestações de reconhecimento e respeito a sua classe. Embora a escravidão não tenha sido tão presente na Amazônia, quando comparada

com outras regiões do país, há muitos registros da resistência e fuga dos escravos durante o regime colonial. No Maranhão foram identificados mais de um milhão de hectares de terras cujos habitantes se definem como “pretos”, marcando suas identidades. Adquiriram maior visibilidade quando passaram a se manifestar contra os grandes projetos que se implantavam nas regiões de suas comunidades. A região de Trombetas no Pará é um exemplo. Diante deste cenário, essas comunidades criaram a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná, PA, onde tentam afirmar seus direitos, como a demarcação das suas terras.

Por fim, há um passo em direção a consolidação de movimentos sociais que envolvem as identidades produtivas das sociedades amazônicas. Entre esses movimentos estão as Quebradeiras de Coco das regiões do Maranhão, Mato Grosso, Pará e Tocantins. Esses trabalhadores, em particular, trabalhadoras rurais estão empenhadas na luta contra o desmatamento dos babaçuais¹⁹ e proibição de sua coleta. Essas mulheres se voltam para a sociedade para manifestar suas opiniões e demandar o reconhecimento de suas categorias sociais. Em *Guerra Ecológica nos Babaçuais*, o pesquisador Alfredo Wagner B. de Almeida *et al*, aborda o aumento das privatizações e a proibição da quebra de coco pelos fazendeiros, bem como o abandono dessas famílias que dependiam dessa atividade econômica.

Considerando a vasta produção e conhecimento deste pesquisador a respeito dos movimentos sociais que surgem na Amazônia contemporânea, destacamos suas contribuições acerca da recente Cartografia dos Movimentos Sociais na Amazônia, onde estão indicadas as categorias, movimentos sociais e legislação referente a abrangência de segmentos sociais em “terras tradicionalmente ocupadas” (ver anexo).

4 O sujeito e a descolonização na Amazônia

Partimos de uma equação simples, que prevê um processo de descolonização em consonância com o processo de subjetivação. O nascimento do sujeito pressupõe o nascimento de uma consciência política que coloca o próprio sujeito no centro desse processo. Em outras palavras, trata-se da conquista da subjetividade que deve estar associada a transformação da cultura política. Esta transformação não implica apenas a rejeição da dominação racial, mas a afirmação da experiência vivida pela própria subjetividade que

¹⁹ O babaçu é uma palmácea que predomina em zonas de várzeas, junto aos vales dos rios e pequenas colinas, estando associada a outros tipos de vegetações.

emergiu, implica a confirmação da capacidade de pensar a si mesmo e agir, no sentido de superar o estágio de opressão e dominação que o sistema colonialista engendrou.

Diferente do que a maioria dos estudos aponta, estes sujeitos não acreditam no desaparecimento de suas identidades e subjetividades, simplesmente, não se consideram vítimas indefesas e oprimidas. Convencem-nos disso quando demonstram seus projetos de vida e o interesse em transformar suas próprias existências. Não apenas numa conjuntura coletiva, mas no campo individual. São indivíduos que se formam na escola da vida, levam suas experiências para a construção de um projeto coletivo:

Essa associação surgiu de um grupo de pessoas que não tinha trabalho, nem terra para cultivar na cidade, como tinha uma experiência de associação, em comunidade por parte dos meus pais. A partir de 15 anos participava na igreja, me aprofundando em trabalhos comunitários, em movimentos, em vista desse problema, organizamos um grupo para lutar pelo direito dessas pessoas a ter uma terra para trabalhar, fundando essa associação para pleitear essa terra, conforme a ata [...]. (Ronaldo, Representante local, maio de 2009).

A subjetivação constitui o processo de formação do sujeito, constitui a defesa dos direitos de cada um. Para isso, é preciso se distanciar de todas as formas de definição sociológica que contemplam apenas os sistemas sociais e suas funções. O silêncio foi quebrado, é chegada a hora dos embates e combates. “Precisamos encontrar a forma de esclarecer este obscuro período que nos mergulhou na opacidade do *discurso interpretativo dominante*” (TOURAINÉ, 2009:16). É neste meio que devem ser operadas as escolhas, que são forjadas as condições de comunicação tão necessárias ao entendimento desse processo.

Este discurso dominante tem construído um mundo sem atores, mas as sociedades e culturas silenciadas pela colonização surgem e reivindicam seus lugares na história. Ora, não é à toa que este ator foi silenciado; ele representa o pior inimigo deste sistema de poder, sobretudo, quando passa a reconhecer e exigir seus direitos. Aquela imagem da sociedade abstrata, sem suas subjetividades necessárias, está associada apenas a estes discursos interpretativos dominantes, que lutam contra a existência do sujeito.

Para Touraine, o assassinato do sujeito pelo Discurso Interpretativo Dominante - DID o fez surgir em novas perspectivas de análise. Aquele pesquisador que não se deu conta disso ainda está preso a era das finalizações, onde o objeto de estudo das ciências sociais estava em crise. Seria possível imaginar o aparecimento de uma nova figura do sujeito? Quando o indivíduo se livra de todos os ornamentos a ele relacionados é que pode caminhar para o movimento de reflexão de si mesmo, cuja definição não tem mais a ver com nenhuma

daquelas apresentadas por outras correntes de pensamento. Esse processo tem ocorrido lentamente, pouco a pouco esses sujeitos se despertam, e o processo de auto-reconhecimento é doloroso e necessário, permite um momento de escuridão para depois iluminar o caminho novamente.

A descoberta é fundamental para assegurar a confiança em si diante desse processo, o sujeito se vê mediante uma duplicidade de ser um ser para si e para o outro. A definição deste ser duplo – individual e social – é necessária, é mais que uma simples definição de papéis sociais. A distribuição, meramente mecânica, de indivíduos em diferentes papéis e funções sociais impede a capacidade que as pessoas tem de refletir sobre elas mesmas, de exprimir, conscientemente, aquilo que querem e pensam. “O que entendo por consciência é a presença num indivíduo, ou num grupo de indivíduos, de representações de si que carregam nelas julgamentos de valores morais sobre as condutas deste indivíduo ou deste grupo” (TOURAINÉ, 2009:142). Este dilema atinge a formação dessa subjetividade, à medida que coloca em cheque seu papel funcionalista na sociedade:

Eu penso assim, como eu estou aprendendo, eu também estou ensinando muitos companheiros, a se interessar, a não esmorecer com pouca coisa, porque sempre, até mesmo em reunião que a gente tem na associação, eu sempre, eu tenho um ditado aos companheiros que diz assim: acima de tudo o que vale é a luta, pra nós lutarmos temos que estar unidos, então, e pra nós estarmos unidos, nós temos que estar em grupo. Se nós estivermos em grupo vamos lutar, se nos estivermos unidos vamos vencer. Acima de tudo a gente comenta na reunião, prega na reunião pros companheiros, acima de tudo é o interesse da cada um, a parcela de colaboração de cada um é uma coisa superior (Ronaldo, Representante local, maio de 2009).

O sujeito não deve estar isolado dentro de um mundo solitário, mas deve estar em um espaço autônomo, para que possa falar por si mesmo, ter o seu próprio entendimento. Ficar no meio desse processo é o que muitos cientistas partidários do discurso interpretativo dominante fazem. A idéia não é se lançar em busca de compreender esse sujeito, interpretá-lo e apresentá-lo, mas de reconhecer seu espaço de criação de si, o caminho que reconduz a ele próprio, para depois se lançar no processo de reconhecimento do outro como sujeito. Percurso que, aliás, precisa ser feito pelo próprio pesquisador que, pretensamente, se envolve nessa descoberta:

O importante é lançar o sujeito na busca dele mesmo e do duplo sentido do qual ele necessita, seja ele sagrado ou profano. Não podemos mais olhar para o céu para nele encontrar o sujeito e reconduzi-lo até nós. Devemos sempre mais olhar para dentro de nós a fim de encontrar o sujeito sem o qual não podemos resistir aos ministros das religiões guerreiras ou aos mercadores. O sujeito, enfim, tornou-se busca de si mesmo (TOURAINÉ, 2009:166).

Este sujeito não se define, apenas, pelos papéis sociais que cumpre, tampouco pelas relações sociais que estabelece. O ponto de partida não deve estar nas relações intersubjetivas, mas deve o definir pela relação consigo mesmo. Este é o ponto de ruptura. Em uma das entrevistas realizadas com um dos membros da ASSOPRAS esta perspectiva de análise foi evidenciada, o sujeito não se define mais em função do papel ou projeto que realiza, mas pela sua própria razão existencial:

Eu acho que nem é social e nem política. É eu vou fazer como a história, é por vontade própria, é por um interesse, é pelo bem-estar das pessoas, como ainda a pouco eu comentei com você, porque praticamente nós adotamos uma política dentro da associação, uma política de trabalho, não é uma política partidária, a nossa política é uma política de trabalho, a gente discute sobre trabalho, sobre união, sobre organização [...].

O sujeito é a passagem do indivíduo ao ator, é quando o indivíduo se transforma em ator e passa a se inserir nas relações sociais de modo transformador. O ator não age ou pensa em função do lugar que ocupa em uma coletividade ao desempenhar um determinado papel. O ator modifica seu ambiente material e social continuamente. Ele não se contenta em desenvolver uma atividade ou ocupar um lugar na organização social, mas ele modifica as relações sociais presentes em seu cotidiano. Com base nesse contexto, Touraine sugere a adoção da noção de sujeitos sociais e a substituição de classes sociais por movimentos sociais.

O ator não se define apenas em função da sua utilidade social ou por outras razões que não convém enumerar, mas em função de si mesmo, do sujeito exterior ao indivíduo. Para Touraine: “A subjetivação é a penetração do sujeito no indivíduo e, portanto, a transformação – parcial – do indivíduo em sujeito” (2002:222). É o sujeito que empurra o indivíduo para buscar liberdade e afirmação de si e dos movimentos nos quais está inserido. O sujeito é também racionalidade, não a racionalidade instrumental dos tecnocratas e burocratas, mas a racionalidade como instrumento de liberdade. Pois,

No dia em que o sujeito se degrada em introspecção e o si-mesmo em papéis sociais completamente impostos, nossa vida social e pessoal perde toda força de criação e não é mais que um museu pós-moderno onde substituímos nossa impotência em produzir uma obra por múltiplas lembranças (TOURAINÉ, 2002:223).

Quando se afirma a idéia de sujeito, afirma-se também a superioridade das virtudes particulares sobre os papéis sociais, a superioridade da consciência sobre a opinião pública. Soa como um contraponto a racionalidade presente na idéia de modernidade, uma vez que o

sujeito da modernidade deve romper com os valores e sentimentos que não possuam uma fundamentação racionalmente lógica. O novo sujeito não descarta sua própria subjetividade.

Essas múltiplas formas de entendimento atribuem uma percepção deformada e fragmentada da modernidade, percepção esta refletida na própria idéia de sujeito. O sujeito tem a função de dar unidade a esta fragmentação. “A nova modernidade – porque se trata certamente de uma modernidade – une a razão e o sujeito que integram cada um dos dois elementos culturais da modernidade esfacelada”. Não cabe ao sujeito reunificar os elementos fragmentados da modernidade, mas religá-los (TOURAINÉ, 2002:232).

Além disso, este sujeito assume uma posição contrária a idéia de sujeito presente na modernidade, sobretudo, quando se busca reforçar aquele movimento cultural voltado para a hegemonia da produção e do consumo. Mas, quem seriam os sujeitos desse movimento oposto? É aquele que reivindica seu reconhecimento e identidade, um movimento que se constrói fora do movimento cultural dominante. O processo de afirmação deste movimento de oposição pressupõe o reconhecimento do outro, pois é quando o indivíduo fala do outro que ele se projeta fora de si-mesmo, de suas determinações e convenções sociais. “É pela relação ao outro como sujeito que o indivíduo deixa de ser um elemento de funcionamento do sistema social e se torna criador de si-mesmo e produtor da sociedade” (TOURAINÉ, 2002:240). Tal como destacamos no depoimento:

Samia - Se sente uma liderança então?

Paulo - Eu me sinto. Se eu tiver força de alguém, como eu digo para os associados, pros colegas, eu gosto de fazer as coisas, se vocês me derem força eu sou uma liderança de lutar e vou a frente mesmo, vou enfrentar. Agora tudo depende de alguém me dar apoio. Eu sempre falo com eles, se vocês me apoiarem eu vou em frente, porque uma só andorinha não faz verão. E pra mim ter força, eu preciso de apoio, já que estou na liderança. E assim ter voz, falar com alguém, que é pra aquele lá atrás dizer: Olha esse aqui é o nosso líder, nós temos fé nele e vamos acreditar, ele vai em frente e vai lutar, então, eu acho que sou essa pessoa, eu me sinto assim se tiver o apoio de vocês. Não sou muito bom de palavra, sempre eu falo o que eu quero, o que eu acho que deve ser. Não sei falar bonito, mais o meu objetivo é esse [...]. Se tivesse uma palavra pra me definir, no momento aqui, que nós estamos, seria: perseverança, luta.

Portanto, o retorno do sujeito não está relacionado a uma sociedade de consumo, tampouco na existência, somente, de projetos políticos e sociais coletivos. Tanto uma condição como outra se opõe a formação do sujeito que destacamos acima. A idéia de sujeito é destruída quando relacionada à de individualismo, mas requer uma visão dualista do homem, tanto subjetivo, quanto racional. A noção de sujeito “impõe o retorno a uma visão dualista do homem e da sociedade, pondo fim o orgulho de uma razão que julgava necessário

destruir sentimentos e crenças, pertenças coletivas e história individual” (TOURAINÉ, 2002:242).

A expectativa é de ter uma vida melhor, é, você, por exemplo, tá desempregado como eu chegar lá pegar meu terreno, vai criar, plantar, produzir, ter uma expectativa de vida melhor de lá tirar produção, vender, ter minhas economias, se Deus quiser uma ajuda lá. Meu filho já está entrando agora, tá fazendo pré-vestibular, expectativas de que a gente arrecade lá uma economia pra bancar o filho pra seguir a vida, a expectativa de todos os pais é essa. E como né não temos de onde tirar, expectativa minha como de todos os outros colegas, é essa, é uma vida digna e melhor. Eu acho que a expectativa é essa. Tá se encaminhando pra isso. Não tem outra linha. É trabalho, trabalho e trabalho (Paulo, Representante local, 2009).

Na maioria das entrevistas observamos um dado bastante enfatizado pelos sujeitos da pesquisa, a preocupação de uns com os outros. A necessidade em destacar um projeto de vida contextualizado com a realidade do outro, pode soar de modo controvertido. No entanto, pode ser justificável quando estes percebem que constituem uma família, e passam a reconhecer as necessidades comuns entre eles. Reconhecimento este fundamental para o entendimento de que sozinhos eles não poderão avançar neste projeto, ao mesmo tempo, projeto de fundamentação pessoal e subjetiva.

A luta pela terra não é justificada pelo fim imediato que poderá resolver os problemas financeiros e familiares. A luta pela terra torna-se uma causa que fundamenta o projeto de vida dessas pessoas e fundamenta suas existências históricas. Não basta alcançar o objetivo e atingir uma melhoria individual, o resultado só poderá ser usufruído quando partilhado por todos, de modo legítimo e democrático.

5 Cultura política e construção democrática

Como as sociedades amazônicas internalizaram os efeitos desse processo histórico e construíram suas representações em relação à política? Como as pessoas pensam e percebem a política enquanto instrumento essencial para entender a situação que se encontra o país? O quadro histórico no qual tem se formado a política brasileira aponta para uma dupla instabilidade, tanto em nível das instituições, quanto em nível da própria sociedade. De modo que há uma crença, quase generalizada, de este quadro tem possibilitado a manutenção de práticas tradicionais pautadas em atitudes clientelistas, paternalistas e patrimonialistas, comprometendo a construção de uma democracia impessoal, confiável e legítima.

Na Amazônia, como em qualquer lugar do Brasil, muitas práticas políticas ainda permanecem submetendo as pessoas aos discursos populistas e enganosos que criam um clima de insatisfação e passividade. Essas práticas têm se caracterizado, em geral, pela apropriação dos recursos públicos para garantir a subordinação política dos eleitores mediante o uso de assistencialismo e clientelismo. Se a compra de votos é uma prática no Brasil, há que se destacar o quanto esta prática tem sido constante na Amazônia. Grande parte dos arranjos políticos é feito entre as famílias mais poderosas, sendo que os votos são contabilizados a partir dos particularismos entre os políticos e famílias. O fornecimento de algum serviço (doação de telhas, madeira, motores de luz, ranchos, bombas d'água, entre outros) garante a disponibilização de todos os votos de uma determinada família.

Essa tendência assistencialista favorece esses eleitores imediatamente, mas, logo, esses favores são deixados de lado e abandonados. E as poucas alusões que permanecem da política são percebidas nas faixas, cartazes e camisetas, registrando a passagem de algum político por lá nas últimas eleições. Esta perspectiva de orientação política favorece a fragmentação social, pois não disponibiliza programas políticos democráticos, capazes de fortalecer a confiança das pessoas na política. O envolvimento das famílias na política acaba se limitando às atividades convencionais de votar, assistir a um comício, acompanhar horários eleitorais e jornais, entre outras coisas.

A profunda e constante influência ibérica no Brasil gerou a formação de um país sem autenticidade política, incapaz de expressar sua própria história, atuando como um receptor da história do Ocidente moderno. Deste modo, é fundamental compreender a especificidade histórica do país, no que diz respeito a política e relações sociais. Essa história nasceu fundamentada em uma estrutura familiar patriarcal que corroborou para a formação de lideranças carismáticas e racionalidades individuais. Via de regra, conceitos como atraso, primitivo, miséria, fome, corrupção, assistencialismo, clientelismo, personalismo e patrimonialismo passaram a ser relacionados aos valores culturais, assimilados e naturalizados como parte da cultura política do país, gerando uma situação de apatia, descontentamento e falta de interesse pelos rumos que a política toma no país.

Não podemos deixar de mencionar que embora não seja levado em consideração, à política ocupa um lugar central no cotidiano das pessoas, não apenas no sentido de transmitir seus valores, mas, sobretudo, no funcionamento das instituições a sua volta. Logo, a forma como se constrói a política interfere, diretamente, no desenvolvimento das sociedades. A transformação da cultura política para uma dimensão participativa depende da transição das

práticas tradicionais à construção de uma democracia descentralizada. Quando a política se constrói numa perspectiva descentralizada, procedimentos assistencialistas e clientelistas são eliminados das relações sociais. Entretanto, o processo de descentralização só é possível com a participação de atores sociais capazes de contribuir criticamente na construção de uma sociedade democrática.

Nas últimas décadas, o crescimento e organização de movimentos sociais em torno de demandas por terra e regularização fundiária tornou-se um fenômeno de grande interesse e relevância para a compreensão das mudanças e transições sociais presentes nas relações sociais e políticas na Amazônia. No centro deste debate estão as ações coletivas que trazem para o cenário político a transformação, sobretudo, das relações sociais em uma região que sempre foi tratada como lócus de modelos de dominação tradicional²⁰. Diante de uma diversidade de ações coletivas de mobilização, um aspecto, em particular, tem sido de grande importância para a criação de uma cultura política de base democrática, trata-se da recorrência a instituições informais para atuarem como interlocutoras perante o Estado.

Essa participação no processo de descentralização está diretamente vinculada à implantação de assentamentos, onde é possível encontrar maior organização entre “demandantes”. Ainda que estas pessoas estejam motivadas por um fim imediato – o acesso a terra – sabemos que elas percebem o papel que podem desempenhar nesse processo, haja vista a mobilização realizada, arduamente, para o alcance deste objetivo. Ainda que o projeto político de construção do assentamento rural em Silves possa carregar marcas de uma política assistencialista e paternalista, não podemos deixar de destacar a atuação destas pessoas na efetivação deste objetivo. Sendo que, em cada passo dado em direção à implantação do projeto, está materializada a busca cotidiana de resolver os pequenos dilemas que emperram este propósito.

Paulo - Dez anos! Já se pensou você esperar dez anos? Então, é uma história que gente tem ali de luta, aquele ramal foi aberto com muita luta ali. Eu fui pra lá mesmo, deixei aqui, filhos, e vou pra lá, conseguimos fazer aquele ramal, você andou lá, viu que não é fácil, né! Então, eu tenho pra mim assim, digo mesmo, o pouco que eu dei ali, mas valeu a pena, se eu não conseguir chegar até no final, mas até aí pra mim foi importante mesmo, sabe! Tem a participação ali muito grande.

Samia - Na história já construída, né?

Paulo - Na história construída ali.

Samia - Com o movimento?

²⁰ Para a definição de dominação tradicional utilizamos as contribuições de Max Weber, apresentadas anteriormente no capítulo I.

Paulo - Com o movimento. Eu sou uma pessoa que eu luto, luto mesmo, sou um lutador, sou aquela pessoa que se for pra brigar pelo meu amigo, eu brigo (Paulo, representante local, maio de 2009).

Tomamos como unidade de análise as situações presentes no processo de mobilização das associações para fins de regularização fundiária das terras porque consideramos este um momento importante na consolidação de práticas de participação democráticas. Essa participação ocorre em múltiplas dimensões no sentido de garantir os direitos de cada uma das pessoas envolvidas na prática associativista. Em Itacoatiara, os sujeitos desempenharam inúmeras atividades desde a formulação até a execução do seu projeto de assentamento, estes assumem uma posição determinante na reprodução ou não dos projetos de colonização na Amazônia. Compreender as dimensões histórico-sociais resultantes do permanente processo de colonização na Amazônia significa entender o papel político do projeto de vida dos sujeitos “demandantes de terra” na formulação e execução de assentamentos rurais no Estado do Amazonas.

O nosso ideal é que cada família tenha um pedaço de terra para sobreviver, agora o que vamos acatar é aquilo que os órgãos determinar, se vamos desmatar meio hectare, vamos concordar para desmatar somente meio hectare, a nossa intenção é ter uma terra para morar, são pessoas que vivem de aluguel, morando com pai e mãe, vivem vendendo picolé, vendendo banana para sobreviver, por que não veio todo mundo para reunião? (Ronaldo, representante da ASSOPRAS, fevereiro de 2008).

Em uma das visitas a ASSOPRAS tivemos a oportunidade de presenciar um momento importante na luta pela terra. Era o dia da entrega de títulos para os candidatos aos lotes de terras, ou seja, o primeiro passo na consolidação do assentamento rural. Durante o dia todos estavam eufóricos e felizes pelo fato de ter chegado àquela data que tanto esperavam, afinal eram cerca de sete anos de uma ansiosa espera. Chegamos a conversar com alguns desses demandantes, na verdade, os líderes do movimento, relataram à história da associação, a longa espera, as idas e vindas, o eterno recomeçar e as expectativas com relação à nova vida.

A atividade de entrega dos títulos foi realizada a noite. Todas as famílias da Associação estavam presentes como nunca havíamos presenciado. O Instituto de Terras do Amazonas também estava presente para fazer a entrega dos documentos pessoalmente. Entretanto, não foi o que de fato aconteceu. Logo, os associados foram informados que a entrega dos títulos não poderia ser efetuada naquele dia. A razão seria a evidência de um novo proprietário das terras onde seria implantado o assentamento, de modo que a Procuradoria Geral do Estado interrompeu a atividade de ocupação até que fossem investigadas e

esclarecidas essas evidências. Diante da comprovação de um novo proprietário seria necessário buscar uma nova área para o assentamento, ainda que grande parte da ocupação já tivesse sido realizada.

Esse momento foi importante para destacarmos o questionamento central desta seção. O fato de termos presenciado este momento nos causou certo desânimo. Inúmeras tentativas frustradas e agora, mais um empecilho. Após o recebimento da notícia conversamos com alguns líderes do movimento a respeito do que havia acontecido e como estavam lidando com isso. A atitude dessas pessoas causou surpresa, ao contrário do que esperávamos, suas reações foram confiantes e otimistas, no sentido de afirmar que aquela seria mais uma barreira a ser superada, um dos líderes chegou a comentar: “Já estivemos mais longe e tivemos força para suportar, isso não é nada na frente do que já passamos, devemos confiar no que nos foi prometido, eles se comprometeram e vão cumprir”. Logo, percebemos que as atitudes de descontentamento, aborrecimento e apatia partiam de nosso imaginário político, mas não do deles.

O grau de credibilidade que as pessoas depositam nos sistemas políticos depende, necessariamente, da confiança que colocam nas suas instituições representativas. No entanto, a história política do Brasil tem se afastado da possibilidade de constituir-se em um elemento catalisador de uma qualidade democrática melhor. Entretanto, à medida que o Estado torna-se ineficiente, diminui sua credibilidade e, conseqüentemente, aumenta a instabilidade das instituições políticas e institucionalização de relações pautadas por comportamentos clientelistas e paternalistas. A existência e multiplicação dos problemas sociais contribuem para a decepção e distanciamento, este clima de instabilidade se dá num contexto de crise da credibilidade e legitimidade (BAQUERO, 2004).

[...] estou aqui para lutar pelo meu próximo. Que eu acho assim, que não tem justiça para o pequeno. Eu sou uma pessoa lutadora mesmo, eu gosto de ter as coisas, pra mim só faltam oportunidades, porque lutar e coragem pra enfrentar qualquer coisa eu tenho. Pode ser o que for, eu tenho, pra lutar pelo meu próximo igualmente a mim, humilde, eu faço qualquer coisa, eu sou essa pessoa (Paulo, representante local, maio de 2009)..

Para o autor, valores como a confiança interpessoal e a crença nas instituições democráticas são fundamentais para promoção da organização social e participação política. No entanto, quando algumas variáveis (personalismo, clientelismo, assistencialismo e corrupção) insistem em permanecer nas práticas políticas, cresce a desconfiança dos cidadãos na política e nos políticos. Segundo o autor: “A confiança é um componente básico do capital

social. Quanto maior a confiança, maior a probabilidade de cooperação e participação política” (BAQUERO, 2004:14). Tal como destacou uma das entrevistadas:

Agora, o desinteresse de cada um pode levar ao fracasso, nós queremos pessoas lá que queiram realmente trabalhar, que queiram tocar mesmo, e não depois de um, dois, três anos largar não. Porque se acontecer isso é um fracasso total. Fracasso não só pra eles, mas que vai incorporar a associação toda. Se o governo ajudar do jeito que promete (Joana, membro da ASSOPRAS, maio de 2009).

Esses grupos mostram como constroem sua participação política em um contexto de fragmentação e desigualdade social, para isso são criados mecanismos informais que transmitem suas demandas sociais. Esse processo suscita o desenvolvimento de formas de mobilização e construção de identidades coletivas. Nesse contexto, há um fator novo e diferenciador, que não é o processo de organização social desses grupos apenas, mas o papel atribuído ao sujeito por ele mesmo. Para Marcelo Baquero, a valorização do cidadão relaciona-se a possibilidade de *empowerment* (empoderamento) desses cidadãos por meio do capital social, que se refere ao envolvimento dos indivíduos em atividades coletivas que geram benefícios amplos. Assim, até que ponto o capital social tem sido importante para o fortalecimento da democracia contemporânea? Para Baquero, “[...] o capital social pode ser o *empowerment* de cidadania, o pluralismo e a democratização” (BAQUERO, 2003:94).

Tudo que nós fazemos pela ASSOPRAS nós trabalhamos em equipe, ali trabalhando todo mundo unido, porque só assim unido nos vamos conseguir o objetivo que nos estamos lutando todo esse tempo. Trabalhando unido e dividindo as tarefas, lá no assentamento a gente divide, cada turma vai para um lado, faz o seu serviço, sempre assim. Tem eu, a Dona Marlene, tem aquela senhora que não deu nem tempo de eu apresentar ela pra você, faz parte da diretoria, e é assim a gente se divide, olha por exemplo, hoje nos vamos receber o pessoal do ITEAM, nos estamos aí preparando um lanche pra levar, é sempre assim, nos estamos trabalhando juntas, pra não ficar sobrecarregando [...] (Joana, membro da ASSOPRAS, maio de 2009).

Diante deste cenário, outras formas de participação e inserção dos grupos sociais na política foram criadas, fomentadas pela necessidade das pessoas em construir outras perspectivas de ver o mundo e de se relacionar com a política. Deste modo, os cidadãos têm recorrido as instituições informais à margem das instituições convencionais. Isso se dá porque a ação coletiva só é possível quando há afinidade entre as pessoas e uma relação de confiança. São esses fatores que levam as pessoas a se envolverem em organizações informais, onde de fato tem ocorrido o processo de formação política. Não é à toa que há uma proliferação dessas instituições, objetivando potencializar canais de intermediação política.

Ser membro de uma associação tem se tornado um importante indicador para examinar a formação de capital social, uma vez que as pessoas se envolvem em interações sociais, aumentam a capacidade de cooperação coletiva e confiança no grupo, estes fatores possibilitam que objetivos coletivos sejam alcançados mais facilmente. Para Baquero, “[...] quanto mais a pessoa participa de associações maior a tendência a solidificar um civismo público e, conseqüentemente, o fortalecimento da democracia” (BAQUERO, 2003:100). Na associação há a possibilidade de conhecer novas pessoas, a possibilidade de discussão política e participação crítica.

Eu acho que todos nós chegamos a um só objetivo mesmo, por que a gente tem que tá unido. Nós não temos pra onde correr. Eu acho que, o que eu sinto pra mim, eu sinto pra outras pessoas também que estão passando pelo mesmo que estou passando nesse momento. Como eu quero pra mim, eu vou lutar por esses outros também que tenham a mesma coisa. Alimentação, alguma coisa de bom que ofereça pelo menos para os filhos. Nós estamos seguindo no mesmo caminho, é conseguir o melhor pra nós, uma vida digna. Que nós não sabemos muito. Tem dias que gente chega sem nada assim, né! Eu acho que é isso. A terra tem muita coisa boa pra gente trabalhar. A finalidade da terra é você trabalhar produzir e viver melhor, é mais ou menos isso (Joana, membro da ASSOPRAS, maio de 2009).

Essa perspectiva de ação participativa leva ao processo de emancipação social, pois embora este ainda seja um dos maiores problemas das sociedades modernas, não podemos esquecer que ele está caminhando gradativamente, sobretudo, com o empenho e interesse que os grupos sociais estão desenvolvendo no sentido de garantir suas participações nas esferas políticas e decisórias. Daí a urgência em se criar uma sociologia que dê conta dessas ausências, que se volte para todas as experiências presentes, mas inexistentes das pesquisas sociais. Trata-se, portanto, de expandir o presente para melhor compreendê-lo, mostrando que existem muitas realidades fora da realidade que convenientemente buscamos enxergar, aquilo que é produzido, mas tratado como não existente. É preciso articular conhecimentos, práticas e ações coletivas. É necessário criar inteligibilidades no interior das pluralidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva de entendimento que lançamos sobre essa associação não é propriamente aquela construída pelos estudos sobre o assunto no Brasil. Nossa perspectiva tenta identificar nesse movimento a superação não apenas de uma condição econômica, mas uma superação de interpretação social. Este movimento é um movimento de produção do conhecimento, conhecimento este que não se limita aos envolvidos diretamente nele, mas aqueles que, pretensamente, se lançaram na tarefa de entendê-los. Optamos por uma interpretação fundamentada nas contribuições dos teóricos da descolonização, de modo que conceitos pouco familiares a sociologia brasileira foram utilizados nesse percurso conclusivo: colonialidade do poder, diferença colonial, pensamento fronteiriço.

O saber produzido por estes segmentos sociais também são considerados marginais, menosprezando em seu processo de validação o que é visto como tradicional, místico, folclórico, mitológico. Encaramos este saber como fundamental para a construção de um processo efetivo de descolonização do conhecimento, da política, da cultura. Este saber não se restringe ao campo intelectual, ele é produto do pensamento humano. Mas não queremos cair em uma análise essencialista, no sentido de representar as vozes dessas pessoas, sustentando um padrão colonialista de poder, mas podemos tomar suas formas de pensamento como ponto de partida para nossa análise. Perspectiva esta que partiu então, do exterior – de uma perspectiva que esta fora de um entendimento convencional.

Destacamos e justificamos a utilização do conceito de “colonização”, uma vez que muitos autores partidários dos “pós” consideram este ultrapassado. No entanto, o Pós-Colonial é um conceito que se refere ao fechamento de um período histórico, como se os efeitos e conseqüências do colonialismo estivessem terminado. Entendemos que se as práticas de colonização não foram definitivamente extintas na Amazônia, é preciso entender como estas práticas estão sendo reproduzidas e reelaboradas para a manutenção do sistema vigente. Os chamados projetos de colonização e/ou assentamento têm representando um importante instrumento neste processo de reprodução, na medida em que se caracterizam como uma das principais estratégias de ocupação territorial na Amazônia.

Contudo, é preciso ter cautela na realização de estudos que envolvem fatores políticos, pois não podemos entender as sociedades como se estivessem paralisadas, há que se destacar

que ao longo desse processo histórico muitas mudanças ocorreram no setor fundiário do Estado do Amazonas, sobretudo, na última década. Podemos perceber um avanço significativo no processo de mobilização dos segmentos populares em torno dos seus interesses, bem como na preocupação dos setores governamentais em garantir seus direitos no crescente desenvolvimento do poder legislativo no que diz respeito às questões ambientais e sociais.

As organizações sociais e políticas na Amazônia também têm desempenhado a função de resistir e combater este sistema de exploração econômica e marginalização social. Estas organizações lutam, sobretudo, pela afirmação da existência de cada uma das pessoas envolvidas, tanto no plano individual, quanto no plano coletivo. A constituição de uma sociologia de ausências nos fez perceber apenas a dimensão da exclusão e invisibilidade, mas diante da possibilidade de constituição de uma sociologia de emergências percebemos a importância de dar visibilidade a estes segmentos sociais que lutam em prol de causas sociais e coletivas. Percebemos que a emergência maior se concentra no reconhecimento do próprio sujeito – em sua dimensão particularizada – enquanto produtor do conhecimento e da história. História que tem sido escrita por diversas mãos, menos pelas deles próprios.

Este estudo permitiu a compreensão da formulação de duas dimensões de um mesmo discurso, em primeiro lugar, um discurso produzido dentro dos moldes e padrões de colonialismo do poder e um discurso construído mediante a emergência de consolidação de um processo de descolonização – tanto no campo epistemológico, quanto no campo político. A resolução deste dilema não se reduz ao reconhecimento da igualdade de diferenças destes segmentos sociais, mas na fundação de uma sociedade diferenciada. As demandas dos sujeitos de Itacoatiara não se reduzem a um campo político e prático, mas envolvem um questionamento da própria noção de sociedade. Em outras palavras, não se trata, apenas, de incluir o que estava excluído, mas de perceber as diferenças e aceitá-las sem julgamentos valorativos e superados.

Sua escala diminuída de participação na vida política e cultural da sociedade brasileira pode não representar nada para aquele que está do outro lado deste cenário – como mero expectador – mas, para o sujeito, representa o alcance a uma visão diferenciada de sociedade, de política, de economia. Sua participação nesse movimento de conscientização permite o acesso a uma nova perspectiva de entendimento, nesse contexto, pouco importa quem são os interlocutores e mediadores, a finalidade maior está posta: o sujeito está em movimento.

A colonialidade do poder se manifesta na vida desses sujeitos através do não reconhecimento de suas categorias, pela associação de suas condições sociais as práticas de exclusão e subalternidade. Em contraposição a este poder, estes sujeitos produzem suas próprias formas de conhecimento. Durante todo processo de construção do movimento percebe-se a troca de informações e experiências, um encontro de subjetividades.

Essa produção de conhecimento denuncia o que muitas vezes a cientificidade acadêmica oculta. A articulação das noções de descolonização, cultura política e construção democrática exige uma interpretação que precisa integrar as experiências dos sujeitos que vivem o lado mais cruel da modernidade. Se esta transformação ainda não está em curso é porque a prática intelectual também coloca em andamento a colonialidade do poder. Até que ponto esta prática não participa no processo de hegemonia do conhecimento? Diante disso, é preciso pensar em novas modalidades de produção desse conhecimento, de modo que o pesquisador compartilhe essa troca intersubjetiva não apenas como diagnosticador de uma realidade. Não existe validade ou neutralidade em um conhecimento produzido dentro de uma conjuntura diferenciadora e limitadora. O conhecimento deve ser estendido a todos não enquanto prática populista e demagógica de intelectuais, mas enquanto esforço em compreender a realidade que não se faz presente, claramente, diante dos nossos olhos.

REFERÊNCIAS

ADAMS, C. *Sociedades caboclas amazônicas: invisibilidade e modernidade*. São Paulo: Annablume, 2006.

ALMEIDA, Alfredo W. *Terras tradicionalmente ocupadas: terras de quilombos, terras indígenas, babaçuais livres, castanhais do povo, faxinais e fundos de pasto*. 2ª ed. Manaus: PGSCA, 2008.

ALMEIDA, Alfredo W; NETO, Joaquim; MARTINS, Cynthia. *Guerra ecológica nos babaçuais: o processo de devastação dos palmeirais, a elevação do preço de commodities e o aquecimento do mercado de terras na Amazônia*. São Luís: Lithograf, 2005.

BAQUERO, Marcelo. *Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil*. Curitiba: Rev. Sociol. Polit., novembro de 2003.

_____. *Cultura política participativa e desconstrução democrática*. São Paulo em Perspectiva, 15(4), 2001.

BAQUERO, Marcelo & AMORIM, Maria Salete. *Cultura política fragmentada: o papel do capital social na democratização brasileira*. Sociedade e Cultura, v. 7, n. 1, jan/jun de 2004.

BECK, Ulrich. *A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva*. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

BECKER, Bertha. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BECKER, Bertha. *Ordenação do território: uma questão política?* Rio de Janeiro: Departamento de Geografia da UFRJ, 1984.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: formação social e cultural*. Manaus: Valer/EDUA, 1999.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia legal na década de 70/80: expansão e concentração demográfica*. Manaus: EDUA/CEDEAM, 1981.

BOSI, Alfredo. *A dialética da colonização*. 4ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CHAUNU, Pierre. *Conquista e exploração dos novos mundos (século XVI)*. Trad. Jordino Marques & Maurílio Camello. São Paulo: Editora Pioneira, 1984.

CONCEIÇÃO, Maria Carneiro. *Projetos de colonização: as grandes questões*. In: Amazônia: uma proposta interdisciplinar de educação ambiental. Brasília: IBAMA, 1994.

DURHAM, Eunice Ribeiro. *A dinâmica da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

DUSSEL, Enrique. *Europa, modernidade e eurocentrismo*. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (Org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro de 2005.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC; NUPAUB, 2004.

DIEGUES, Antônio Carlos & MOREIRA, André de Castro (orgs). *Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum*. São Paulo: NUPAUB, 2001.

ELIAS, Nobert. *O Processo civilizador: a formação do Estado e Civilização*. Volume 1. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

_____. *O Processo civilizador: a história dos costumes*. Volume 2. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FILHO, Pontes. *Estudos de História do Amazonas*. Manaus: Editora Valer, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. Trad. de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____. *A vida em uma sociedade pós-tradicional*. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

GOFFMAN, Erving. *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC editora, 1988.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 6ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GONÇALVES, Carlos. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Organizadora Liv Sovik. Tradução Adelaine La Guardia Resende et all. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10ª edição. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

HÉBETTE, Jean. *Colonização para quem?* Belém: Editora da Universidade do Pará, 1977.

_____. *Amazônia no processo de integração nacional*. Belém: Editora da Universidade do Pará, 1974.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

IANNI, Octávio. *Colonização e contra reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

ITUASSÚ, Oyama. *O colonialismo e a escravidão humana*. Manaus: Academia Amazonense de Letras/Governo do Estado do Amazonas/Editora Valer, 2007.

LIMA, Deborah. *A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico*. Belém: Novos Cadernos NAEA, vol. 2, nº 2, dezembro de 1999.

MAGNOLO, Walter. *Novas reflexões sobre a idéia da América Latina: a direita, a esquerda e a opção descolonial*. Salvador: Caderno CRH, v. 21, n. 53, p. 239-252, Maio/Ago. 2008.

MARTINS, José de Souza. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2004.

MAURO, Frédéric. *Expansão européia (1600-1870)*. Trad. Maria Luiza Marcílio. São Paulo: Editora Pioneira, 1980.

MELLO, Neli Aparecida. *Políticas territoriais na Amazônia*. São Paulo: Annablume, 2006.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. *Relatório do Plano Nacional de Logística e Transportes- PNLT*. Brasília: Ministério dos Transportes, 2006.

MIRANDA, Mariana. *Os novos espaços de colonização em Rondônia: uma avaliação preliminar de suas perspectivas*. VI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Garanhuns, 1986.

_____. *Colonização oficial na Amazônia: o caso de Altamira*. In: BECKER, Bertha; MIRANDA, Mariana; MACHADO, Lia. *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora Universidade do Rio de Janeiro, 1990.

PINTO, Renan Freitas. *A viagem das ideias*. Estudos Avançados 19 (53), 2005.

PORRO, Antônio. *O Povo das águas: ensaios de etno-história amazônica*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

_____. *Crônicas do Rio Amazonas: tradução, introdução e notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1993.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder: eucentrismo e América Latina*. En libro: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*.

Edgardo Lander (Org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro de 2005.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos Sociais*. 3ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.

SCHLUCHTER, Henrich & Offe. *Weber e o projeto da modernidade*. In: COHN, Gabriel. *Sociologia: para ler os clássicos*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2005.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. *Coletânea de Unidades de Conservação: Leis, Decretos e Portarias*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2009.

SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.

SOUZA, Jessé & ÖELZE, Berthold (orgs). *Simmel e a modernidade*. 2ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2005.

THIOLLENT, Michel. *O processo de entrevista*. In: *Crítica Metodológica e Investigação Social e Enquete Operária*. 5ª ed. São Paulo: Editora Polis, 1987.

TOURAINE, Alain. *Crítica da modernidade*. 7ª ed. Tradução Elia Edel. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. *O mundo das mulheres*. Tradução Elia Edel. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. *Pensar outramente: o discurso interpretativo dominante*. Tradução Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2009.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução Pietro Nasseti. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.

_____. *Economia e Sociedade*. Volume 1. Tradução Regis Barbosa e Karen Barbosa. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1991.

ANEXO

ANEXO A – Lista dos Movimentos Sociais da Amazônia

Categoria	Movimento Social	Legislação			Agência Oficial Competente	Política Governamental	Estimativa de Área (Hectares)	População de Referência
		Ato	Data	Texto				
Quebradeiras-de-côco babaçu	MIQCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Côco Babaçu)	Constituição Estadual do Maranhão	16/05/90	Art. 196 – “Os babaçuais serão utilizados na forma da lei, dentro de condições, que assegurem a sua preservação natural e do meio ambiente, e como fonte de renda do trabalhador rural. “Parágrafo único – Nas terras públicas e devolutas do Estado assegurar-se-á a exploração dos babaçuais em regime de economia familiar e comunitária.”	MMA IBAMA CNPT MDA	Ambiental e Agrária	18,5 milhões (5) RESEX 36.322	400.000 extrativistas, sendo que em RESEX 3.350
		Leis Municipais	1997-2003	Leis Municipais: – n.º 05/97 de Lago do Junco (MA). – n.º 32/99 de Lago dos Rodrigues (MA). – n.º 255/ dez. 99 de Esperantinópolis (MA). – n.º 319 /2001 de São Luís Gonzaga (MA). – n.º 49/ out. 2003 de Praia Norte (TO). – n.º 1.084/2003 de Imperatriz (MA). – n.º 306/ out. 2003 de Axixá (TO). – pl n.º 466/2003 de Lima Campos (MA). – pl n.º de Capinzal do Norte (MA). – pl n.º 58 de 11/08/2003 de Buriti (TO). – pl s/n São Domingos do Araguaia (PA).				
		Decretos	1992	Reservas Extrativistas do Babaçu – Decreto n.º 532, de 20 de maio de 1992 (Cria a RESEX Mata Grande). Área aproximada 10.450 ha – Decreto n.º 534, de 20 de maio de 1992 (Cria a RESEX do Ciriaco). Área aproximada 7.050 ha. – Decreto n.º 535, de 20 de maio de 1992 (Cria a RESEX do Extremo Norte). Área aprox. 9.280 ha. – Decreto n.º 536, de 20 de maio de 1992 (Cria a RESEX Quilombo do Frechal). Área aproximada 9.542 ha.				

Categoria	Movimento Social	Legislação			Agência Oficial Competente	Política Governamental	Estimativa de Área (Hectares)	População de Referência
		Ato	Data	Texto				
Pescadores	MONAPE	Decretos	1992 1997	– Decreto n.º 523, de 20 de março de 1992. Cria RESEX de Pirajubaé. Área de 1.444 ha. População estimada 600 pessoas. – Decreto s/n, de 3 de janeiro de 1997. Cria a resex de Arraial do Cabo). s/í	MMA	Ambiental	RESEX 1.444	em RESEX 600
Ribeirinhos	Movimento dos Ribeirinhos do Amazonas (MORA) (6) Movimento de Preservação de Lagos	Constituição Estadual do Amazonas	1989	“Art. 250 – O Estado, ..., acompanhará os processos de delimitação de territórios indígenas, colaborando para a sua efetivação e agilização, atuando preventivamente à ocorrência de contendas e conflitos com o propósito de resguardar, também, os direitos e meios de sobrevivência das populações interioranas, atingidas em tais situações, que sejam comprovadamente desassistidas.” “Art. 251 – v – § 2º – (...) viabilizar o usufruto dos direitos de assistência, saúde e previdência, em especial o previsto no Art. 203, v, da Constituição da República, pelos integrantes de outras categorias extrativistas, pela população ribeirinha e interiorana em geral.”	MMA IBAMA	Ambiental ProVárzea (PPG-7)	-	-
Atingidos por barragens	MAB	Decretos	1977-92	– Decretos de desapropriação por utilidade pública para implantação de hidrelétricas desde final dos anos 70: – UHE de Sobradinho e uhe de Itaparica no Rio São Francisco, – UHE de Itaipu na Bacia do Rio Paraná, – UHE de Machadinho e Ita na Bacia do Rio Urugua, – UHE de Tucuruí no Rio Tocantins, etc.	MME MDA	Energética	-	“mais de 1 milhão de pessoas prejudicadas e expulsas de nossas terras pela construção de usinas hidrelétricas” (7)

Categoria	Movimento Social	Legislação		Agência Oficial Competente	Política Governamental	Estimativa de Área (Hectares)	População de Referência	
		Ato	Data					Texto
Povos Indígenas	COIAB (Coordenação Indígena da Amazônia Brasileira) APOINME (Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, M.Gerais e E.Santo) UNI (União das Nações Indígenas)	Constituição da República Federativa do Brasil (CF)	05/10/88	<p>“Art. 231 - São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.”</p> <p>§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.</p> <p>§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.</p>	FUNAI	“Política indigenista”	110 milhões	734.127 indígenas (1)
Quilombolas	CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas)	CF Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) Decretos	05/10/88 20/11/03 24/05/04	<p>Arts. 215 e 216 - reconhecem as áreas ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos como parte do patrimônio cultural do País.</p> <p>Art. 68 - “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”</p> <p>Decreto 4.887 - Regulamenta procedimentos titulação Instrução Normativa n.º 16-Incra</p>	FCP MDA INCRA	“Política Nacional dos Quilombos”	30 milhões	2 milhões de pessoas (2)

Categoria	Movimento Social	Legislação		Agência Oficial Competente	Política Governamental	Estimativa de Área (Hectares)	População de Referência	
		Ato	Data					Texto
Seringueiros	CNS (Conselho Nacional de Seringueiros)	Decreto Lei “Lei Chico Mendes” (Acre)	30/01/90 8/07/00 13/01/99 05/07/99	<p>Dec. n.º 98.897 regulamenta RESEX utilizada por “populações extrativistas”.</p> <p>Lei n.º 9.985 - Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da CF, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.</p> <p>Lei Est. n.º 1277</p> <p>Dec. Est. n.º 868</p>	MMA (3) IBAMA CNPT SEPRO-AC	Ambiental e Extrativista PRODEX	-	
Seringueiros e Castanheiros	CNS	Decretos	1990 1997 1998 2004	<p>Reservas Extrativistas de Seringa e Castanha</p> <p>- Decreto n.º 98.863, de 23 de janeiro de 1990 (Cria a RESEX do Alto Juruá). Área aproximada 506.186 ha. População estimada 3.600</p> <p>- Decreto n.º 99.144, de 12 de março de 1990 (Cria a RESEX Chico Mendes). Área aproximada 970.570 ha. População estimada 7.500</p> <p>- Decreto n.º 99.145, de 12 de março de 1990 (Cria a RESEX do Rio Cajari). Área aproximada 481.650 ha. População estimada 3.800</p> <p>- Decreto n.º 99.166, de 13 de março de 1990 (Cria a RESEX do Rio Ouro Preto). Área aproximada 204.583 ha. População estimada 700</p> <p>- Decreto s/n, de 04 de março de 1997 (Cria RESEX do Médio Juruá). Área de 253.226 ha. População estimada 700</p> <p>- Decreto s/n, de 06 de novembro de 1998 (Cria a RESEX Tapajós-Arapiuns). Área de 647.610 ha. População estimada 16.000</p> <p>- Decreto de 08 de novembro de 2004 (Cria a RESEX Verde para a Sempre). Área de 1.258.717,2009 ha</p> <p>- Decreto de 08 de novembro de 2004 (Cria a RESEX Riozinho do Anfrísio). Área de 736.340,9920 ha</p>	MMA IBAMA CNPT	Ambiental e Agrária	17 milhões (4) RESEX 5.058.884	163.000 extrativistas sendo que em RESEX 33.300

Fonte: ALMEIDA, Alfredo W. *Terras tradicionalmente ocupadas: terras de quilombos, terras indígenas, babaçuais livres, castanhais do povo, faxinais e fundos de pasto*. 2ª edição. Manaus: PGSCA, 2008.

APÊNDICE

APÊNDICE – As Amazonas

BOX 01

As Amazonas

E quis Deus que, dobrando uma ponta que o rio fazia, víssemos adiante na margem uns povoados grandes, de onde saíram em direção a nós alguns índios em canoas; e assim que estiveram próximos, a um tiro de besta de bergatins, o capitão começou a chamá-los com sinais de paz os quais eles, entendidos ou não, não responderam, antes começaram a dar gritos e faziam sinais ameaçado-nos com seus arco e flechas. Vista sua soberba, mandou o capitão que lhes atirassem com as bestas e arcabuzes, e assim fugiram para os seus povoados. Na mesma ocasião saíram do meio das árvores, pela margem do rio, muitos flecheiros, falando alto como que irritados, fazendo movimentos com o corpo a significar que nos tinham em pouco apreço [...].

Frei Gaspar de Carvajal, Petrópolis, 1996.

APÊNDICE – A cabanagem

BOX 02

A cabanagem

A Cabanagem foi uma manifestação popular que aconteceu entre os anos de 1835 e 1840 na província do Grão-Pará (atual estado do Pará). Recebeu este nome, pois grande parte dos seus manifestantes era formada por pessoas de baixa renda que moravam em cabanas nas beiras dos rios da região. Estas pessoas eram chamadas de *cabanos*. No início do Período Regencial, a situação de miséria no Grão-Pará aumentou. Os chamados *Cabanos* viviam em precárias condições de vida, sem trabalho e sem condições adequadas de vida. Esta situação provocou o sentimento de abandono com relação ao governo central e, ao mesmo tempo, muita revolta. Os comerciantes e fazendeiros da região também estavam descontentes, pois o governo regencial havia nomeado para a província um presidente que não agradava a elite local. Embora por causas diferentes, os cabanos (índios e mestiços, na maioria) e os integrantes da elite local (comerciantes e fazendeiros) se uniram contra o governo regencial nesta revolta. O objetivo principal era a conquista da independência da província do Grão-Pará. Os cabanos pretendiam obter melhores condições de vida (trabalho, moradia, comida).

Já os fazendeiros e comerciantes, que lideraram a revolta, pretendiam obter maior participação nas decisões administrativas e políticas da província. Com início em 1835, a Cabanagem gerou uma sangrenta guerra entre os cabanos e as tropas do governo central. As estimativas feitas por historiadores apontam que cerca de 30 mil pessoas morreram durante os cinco anos de combates. No ano de 1835, os cabanos ocuparam a cidade de Belém (capital da província) e colocaram na presidência da província Félix Malcher. Fazendeiro, Malcher fez acordos com o governo regencial, traindo o movimento. Revoltados, os cabanos mataram Malcher e colocaram no lugar o lavrador Francisco Pedro Vinagre (sucessido por Eduardo Angelim). Contando com o apoio inclusive de tropas de mercenários europeus, o governo central brasileiro usou toda a força para reprimir a revolta que ganhava cada vez mais força. Após cinco anos de sangrentos combates, o governo regencial conseguiu reprimir a revolta. Em 1840, muitos cabanos tinham sido presos ou mortos em combates. A revolta terminou sem que os cabanos conseguissem atingir seus objetivos.

APÊNDICE – História de Itacoatiara

BOX 03

História

Em 1655 é criada pelo Padre Antônio Vieira a missão Arroquis na Ilha Albi. Em 1757, os habitantes da Aldeia dos Abacaxis são transferidos para a outra margem do Rio Amazonas (margem esquerda), onde está atualmente a cidade de Itacoatiara. Em 1758, Francisco Xavier de Mendonça passa pelo local em sua segunda viagem pela região, com o objetivo de fundar a Capitania de São José do Rio Negro. Em 1759, a aldeia é elevada a categoria de Vila, com o nome de Serpa. Itacoatiara tornou-se município através da lei nº. 74 de 10 de dezembro de 1857, mas no ano seguinte, em 1858, é erigida novamente à vila, com o nome de Nossa Senhora do Rosário de Serpa. Finalmente, em 25 de abril de 1874, através da Lei nº. 283, Itacoatiara é elevada a categoria de cidade, com o seu nome atual. Em 25 de abril de 1876, é criada a comarca de Itacoatiara que se instala em 11 de setembro de 1896. O nome Itacoatiara, que segundo a ortografia vigente deve ser grafado *Itaquatiara*, é originário da língua indígena e significa "Pedra Pintada", devido as inscrições gravadas em algumas pedras localizadas no rio Urubu em frente à cidade. Teve como primeiros habitantes os índios Muras, Juris, Abacaxis, Anicorés, Aponariás, Cumaxiás, Barés, Jumas, Juquis, Pariguais e Terás. Itacoatiara é um vocábulo indígena que significa pedra pintada, pedra escrita. Procede do tupi ou nheengatu *itá*: pedra; e *coatiara*: pintado, gravado, escrito, esculpido.

APÊNDICE – Dados da economia madeireira em Itacoatiara

BOX 04

A *Gethal*, criada em 1966, foi a primeira indústria madeireira do Amazonas a obter o “Selo Verde” do Conselho de Manejo Florestal (FSC) e detem o maior projeto de reflorestamento do Estado, com plantios de mais de 100.000 mudas/ano. A empresa emprega 623 funcionários na produção de compensados e serrados, utilizando madeiras como a samaúma (*Ceiba pentandra* Gaertn) e a copaíba jacaré (*Eperua olifera* Ducke), espécies oriundas de Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), desenvolvido no município de Manicoré, em área explorada de 19.800ha. A produção chega a 1.500m³/mês de compensado e 150m³/mês de madeira serrada. A maior parte deste volume é exportada para países como Alemanha, EUA, Inglaterra e Holanda (GHETAL, 1998).

A *Precious Woods Amazon* (Mil Madeireira e Carolina), de acordo com dados confirmados pelo FSC (2002), detém uma área de 80.571 há de floresta no município de Itacoatiara, sendo a primeira empresa a possuir PMFS certificado na Amazônia e utilizam aproximadamente 60 espécies florestais, empregando 300 pessoas na produção de madeira serrada, componentes, deks e outros. Os resíduos florestais estão sendo aproveitados para a geração de energia.

A *Braspor* gera 79 empregos diretos (300 indiretos) e produz madeira serrada, tacos de madeira, tábua corida, molduras lam parquet, pallets, etc, em um total aproximado de 1.000m³/ano. Exporta para a Europa, via Portugal e para o EUA. As espécies mais utilizadas são: cumaru (*Dipteryx odorata* Wild), ipê (*Tabebuia serratifolia*) e jatobá (*Hymenaea courbaril* Linn), proveniente de PMFS's em Rio Preto da Eva e rio Uatumã, onde a empresa possui áreas com 6.000ha e 48.000ha, respectivamente. Os resíduos gerados são doados para instituições filantrópicas.

A *MW Florestal* é uma empresa exportadoras de madeira, que produz peças pré-beneficiadas e madeira serrada. Seu principal mercado consumidor é os Estados Unidos, que importa cerca de 22.000m³/ano, seguido do Reino Unido que importa 18.000m³/ano (MAPA, 2002).

A *Reflorestadora Holanda Ltda*, fundada em 1999, tem sede em Manaus e escritório em Itacoatiara, de onde gerencia 214.000ha de floresta primária, localizadas em Silves e Itapiranga. A empresa possui uma unidade de manejo florestal aprovada, com área de 96.000ha, com previsão de incorporação de 118.000ha de área restante. Um outro segmento da empresa é o reflorestamento de áreas degradadas com espécies florestais madeireiras

(nativas e exóticas). (Zoneamento Ecológico-Econômico Participativo: estágio atual e perspectivas futuras, dezembro de 2002).

APÊNDICE – Ética da Preguiça

BOX 05

Ética da Preguiça?

Dentre os sete pecados capitais podemos afirmar que a *preguiça* é dos pecados o mais controvertido. E é, justamente, em função deste caráter controvertido que buscamos fundamentar nossas discussões sobre a “identidade” dos sujeitos da Amazônia, apresentando nossas objeções e dúvidas a respeito desta temática. São Tomás de Aquino no opúsculo “Os sete pecados capitais” enumera os sete principais pecados humanos: vaidade, avareza, inveja, ira, luxúria, gula e preguiça. Refletir sobre os pecados capitais é refletir sobre a natureza humana, tendo em vista que o homem tem essencialmente uma natureza pecaminosa (que significa tudo aquilo que é reprovável aos olhos Deus). Entretanto, há um pecado em particular que nos interessa mais de perto, precisamente o sexto pecado capital – a preguiça. A preguiça (*acedia*) é definida como aversão ao trabalho; morosidade, negligência; moleza; indolência; vadiagem; entre outros tantos adjetivos presentes nos dicionários. Para São Tomás de Aquino a preguiça não pode ser entendida sem uma relação direta com a tristeza. Para o autor, o ser humano recebe o dom de desempenhar tarefas e a sua omissão pode tornar-se um pecado. “[...] a acídia (preguiça) é aquela tristeza modorrenta do coração que não se julga capaz de realizar aquilo para que Deus criou o homem (AQUINO apud COSTA e SILVA, 2007:6). A preguiça também estava associada à melancolia que acarretava uma letargia que passou a ser conhecida como a preguiça. Esta passou a ser vista como uma atitude de prostração e irresponsabilidade, na medida em que fortalece o hábito de limitar as idéias e ações do cotidiano a nada. A preguiça foi, portanto, considerada um pecado que despreza o amor de Deus, vinculada a uma forte depressão que baixa o poder do homem de encarar a vida de frente. Ao homem da idade média foi inculcada esta mentalidade, sendo ele, genuinamente, um ser “penitente”. Sempre em busca da salvação eterna. Esses homens eram dominados pelo pecado, por meio dos quais eram vigiados e julgados corriqueiramente mediante a confissão e o sermão. Os preguiçosos eram considerados pecadores imperdoáveis, pois não se esforçavam para o trabalho e as benfeitorias na vida cotidiana. Para fazer alusão a este pecado surgiu na idade média a expressão “demônio do meio-dia”, associado à melancolia, a perda de sentido da existência. Dentre os pecados e virtudes relacionados

buscamos dar ênfase a preguiça e diligência, considerando o modo como a percepção em torno do brasileiro, em particular, o amazonense sempre esteve vinculado a esta característica comportamental. A idéia de que os índios não gostavam de trabalhar, não tinham vocação para o trabalho sempre vigorou entre os colonizadores europeus. Haja vista a grande dificuldade de controle e exploração do trabalho indígena, logo foi criada uma imagem distorcida deste povo, cujo interesse era estabelecer um regime de trabalho forçado, que nunca obteve muito sucesso. O papel que a igreja desempenhava no sentido de atribuir culpa por tal comportamento não mudava nesse momento. A intenção era evangelizar para tornar esse povo cristão e, portanto, também temeroso. Além disso, a cultura Ocidental moderna pregava uma ética voltada para o trabalho, que se opunha a atitude característica dos “selvagens colonizados” que, em tese, não gostavam do trabalho árduo. Nas colônias da América do Norte esta perspectiva era diferenciada, pois os colonizados e colonizadores repudiavam atitudes de apatia e indolência. Seguindo esta mesma linha de interpretação, os colonizadores da América do Sul (portugueses e espanhóis) adotavam uma orientação católica que tinha na preguiça um grande pecado cometido contra o amor de Deus. Os “nativos” das colônias eram considerados indolentes, não gostavam de trabalhar e faziam corpo mole. O objetivo dos colonizadores portugueses e católicos era catequizar os índios e expandir a fé católica, com isso foram fundadas muitas missões (que deram origem a algumas cidades no Amazonas como Borba, Parintins e Itacoatiara), colocando em prática o projeto colonizador de Portugal. A maior intenção desse projeto era aproveitar o máximo possível à mão-de-obra barata dos indígenas na exploração dos recursos naturais disponíveis na região amazônica. Entretanto, uma atitude de resistência a este trabalho acabou estigmatizando toda uma cultura milenar. O maior estereótipo atribuído a nação indígena foi a preguiça, o que justifica toda nossa digressão no sentido de melhor compreender esse termo. Quem nunca ouviu falar que o amazonense não gosta de trabalhar? Que todos conseguem “se dar bem” no Amazonas, menos o próprio amazonense? Que a Amazônia é terra de ninguém? Não pretendemos generalizar essas afirmações, mas simplesmente ressaltar o quanto ainda estão presentes no imaginário do brasileiro e do próprio amazonense. Trata-se de desconstruir um estigma que fundamenta uma atitude de discriminação, preconceito e rejeição da população do norte do país por outras regiões do Brasil.

CADERNO DE FOTOS



Imagem de apresentação do vídeo da ASSOPRAS





Construção do ramal da ASSOPRAS



Marcação das áreas de lotes



Reunião das mulheres na preparação das refeições



Construção de um banheiro



Abertura do ramal principal



Reunião de planejamento das atividades



Hora do descanso



Encontro no igarapé



Abertura do ramal

